

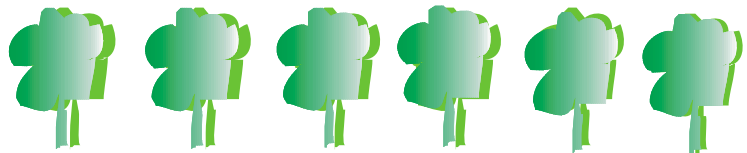
# Plano de Manejo



Parque Nacional de Aparados  
da Serra e Serra Geral

Encarte 2 - Anexo: Relatórios Temáticos

MMA/IBAMA



**Presidência da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministério do Meio Ambiente**

Marina Silva

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

Marcus Luiz Barroso Barros

**Diretoria de Ecossistemas**

Cecília Foloni Ferraz

**Coordenação Geral de Ecossistemas**

Pedro Eymard Camelo Melo

**Coordenação Geral de Unidades de Conservação**

Guadalupe Vivekananda

**Gerência Executiva - RS**

Cecilia Hypolito

**Gerência Executiva - SC**

Luiz Fernando Krieger Merico

**Chefe dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral**

Fernando Athayde de Nóbrega (até Outubro/2003)

Renzo Alberto Guillermo Bassanetti (em exercício)

## **IBAMA/DIREC**

### **Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação**

Dione Côrte

### **Supervisão e Acompanhamento Técnico do Plano de Manejo para os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral**

Marisete Inês Santin Catapan – Coordenação Geral

Edilene Menezes – Acompanhamento Técnico pelo IBAMA

Lêda Maria Vasconcelos Furtado – Acompanhamento Técnico pelo IBAMA

Jordan Wallauwer – Representante da gerência Executiva do IBAMA no estado de Santa Catarina

José Paulo Fitarelli – Representante da Gerência Executiva do IBAMA no estado do Rio Grande do Sul

### **Chefe dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral/RS/SC**

Fernando Athayde Nóbrega – até Outubro de 2003

Renzo Alberto Guillermo Bassanetti – a partir de Outubro de 2003

### **Agradecimentos**

Margarene Beserra

Pedro Luiz Migliari

### **Equipe Técnica – SOCIOAMBIENTAL Consultores Associados Ltda**

Marcos Da-Ré – coordenação geral e Uso Público

Eduardo Castilho Saliés – planejamento e Uso Público

Roberto Antonelli Filho – coordenador da Avaliação Ecológica Rápida

Rafael Garziera Perin – botânica

Dante R. C. Buzzetti – avifauna

Marcelo Mazzolli – mastofauna

Magno Segalla – anurofauna

Karen Follador Karam – coordenadora da socioeconomia

Ricardo Martello – socioeconomia

Eduardo Hermes Silva – planejamento, socioeconomia e percepção socioambiental

Luis Fernando Carvalho – uso público

Alexey Bevilacqua Tormin Borges – ecoturismo

Marcos Tortato – ecoturismo

Carlito Duarte – recursos hídricos

Maurici Amantino Monteiro – climatologia

Neide Beschold - climatologia

Cláudio Gomes - fogo

Marcelo Luvison Rigo – geologia e geomorfologia

Este trabalho foi realizado com recursos da Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Itá-Caxias.

### **ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A**

#### **Gerência do Patrimônio Imobiliário e do Meio Ambiente**

Luiz Augusto Portella Filho – até março de 2003

Aldo Pedro Ferrari – a partir de março de 2003

---

### **SOCIOAMBIENTAL Consultores Associados Ltda**

#### **Sócio-gerente**

Ricardo Müller Arcari

#### **Coordenação Técnica**

José Olímpio da Silva Junior

### **DIRETORIA DE ECOSSISTEMA - DIREC/IBAMA**

Fone: (61) 316 1163/316 1164 - Fax: (61) 225 7517

SAIN Via L4 Norte - Edifício Sede do IBAMA

70800 200 – Brasília - DF

## **ANEXOS**

- RELATÓRIO TEMÁTICO: SOCIOECONOMIA
- RELATÓRIO TEMÁTICO: PERCEPÇÃO

**RELATÓRIO TEMÁTICO: SOCIOECONOMIA**

---

## SUMÁRIO

1.	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS .....	3
1.1	Aspectos históricos .....	3
1.2	Aspectos Culturais .....	9
1.3	Considerações .....	14
2.	ASPECTOS SOCIAIS .....	16
2.1	Dinâmica Demográfica .....	16
2.2	Situação Educacional.....	19
2.3	Saúde .....	22
2.4	Saneamento básico. ....	22
2.5	Renda .....	25
2.6	Indicadores sociais .....	26
2.7	Infraestrutura Básica.....	29
2.7.1	Vias de Acesso .....	29
2.7.2	Comunicações .....	32
2.7.3	Energia Elétrica.....	32
2.8	Organização Social.....	33
3.	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	36
3.1	Atividades Econômicas.....	36
3.2	Turismo.....	40
3.2.1	Cambará do Sul.....	41
3.2.2	Praia Grande .....	42
3.2.3	Jacinto Machado.....	42
3.3	Visitação aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral .....	43
4.	USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS .....	45
4.1	Situação Fundiária .....	45
4.2	Produção Agrícola .....	49
4.2.1	Principais Culturas Temporárias e Permanentes .....	49
4.2.2	Culturas Temporárias.....	51
4.2.3	Culturas Permanentes .....	61
4.2.4	4.2.4. Pecuária.....	64
4.2.4	4.2.4. Pecuária.....	65
5.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	78
6.	BIBLIOGRAFIA .....	86

## **Caracterização Sócio-Econômica-Cultural dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.**

---

### **1. ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS**

O histórico de ocupação da região em que estão inseridos os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral apresenta aspectos que pontuam de forma muito peculiar as características geográficas e biofísicas locais. Particularmente no que se refere as unidades ambientais relativas ao planalto, no nordeste do Rio Grande do Sul, e a parte baixa, no extremo sul de Santa Catarina, separados pelas encostas íngremes da Serra Geral. É da mesma forma marcante a influência que estes aspectos têm sobre o uso da terra e as expressões culturais, observados na região.

#### **1.1 Aspectos históricos**

O processo inicial de ocupação do planalto riograndense e do extremo sul catarinense ocorreu de forma razoavelmente dissociada, muito embora as barreiras físicas representadas pelas escarpas da Serra Geral não tenham constituído um obstáculo realmente efetivo à integração dos processos históricos subseqüentes.

Antes de iniciada a ocupação européia no planalto do Rio Grande do Sul, as populações nativas da região eram constituídas por índios pertencentes a três grupos distintos: os Guarani, os Pampeano e os do tronco lingüístico Jê. Barbosa apud IBDF (1984), estima que cerca de 500 mil índios destes grupos viviam na região.

A ocupação européia neste Estado está inicialmente relacionada a diversas ordens religiosas, com o intuito de catequização dos índios, dentre as quais destacam-se as ordens jesuíticas. Em 1626, Jesuítas espanhóis provenientes do Paraguai cruzaram o Rio Uruguai para tentar fundar no Brasil as primeiras missões do Tape, encontrando, no entanto, forte resistência indígena. A “Companhia de Jesus” retorna com mais força criando cerca de 18 aldeamentos, que ficaram conhecidos como “reduções”.

A partir de 1635, como conseqüência da franca expansão dos engenhos paulistas, bandeirantes, sob a liderança de Raposo Tavares, passaram a atacar sistematicamente as reduções em busca de mão-de-obra indígena. Os Jesuítas recuaram e parte dos índios catequizados, juntamente com todo gado criado nas reduções, se dispersou pelo planalto.

Aproximadamente nesta mesma época, a região do extremo sul catarinense, habitada pelos índios Carijós, passa a receber investidas semelhantes. Segundo a SDM (2002), foram adotadas estratégias no sentido de “domesticar” os indígenas locais para serem encaminhados, posteriormente, às feiras onde eram comercializados como escravos. A “domesticação recaía, principalmente, sobre os chefes das tribos que passavam a comercializar os índios de suas próprias aldeias, com escravocratas de São Vicente e São Paulo”.

Ao que tudo indica, os caminhos que penetravam nos Campos de Cima da Serra, usados pelos bandeirantes nos anos de 1630, já eram utilizados pelos indígenas, e estes os ensinaram aos europeus. Acredita-se que alguns grupos indígenas que habitavam a borda meridional da Serra utilizavam estes caminhos com certa sazonalidade, coletando pinhões nos “Aparados” e descendo até o litoral para a coleta de ostras e outros moluscos.

De acordo com Rambo apud IBDF (1984, p. 69), o gado solto pelos Jesuítas no planalto passa a constituir mais tarde “o rebanho inicial da campanha gaúcha”. Destaca-se neste sentido, a importância das condições locais, de clima e relevo, favoráveis ao desenvolvimento sócio-econômico que a pecuária extensiva proporciona em todo período histórico posterior. A proliferação deste rebanho chega a alcançar cerca de 4 milhões de cabeças entre o rio Uruguai e o oceano, razão pela qual a região passa a ser conhecida como “Vacaria do Mar”.

A busca do controle destes rebanhos e da proximidade aos ervais nativos, aliados ao fato da autorização dada aos Guarani para o uso de armas de fogo, fizeram com que os Jesuítas voltassem mais preparados e estabelecessem os Sete Povos das Missões<sup>1</sup> no noroeste do Rio Grande do Sul. Esta organização estava voltada para a defesa das reduções e escambo de mercadorias entre elas. Durante aproximadamente 70 anos, as Missões prosperaram chegando a constituir uma população de quase 40.000 pessoas em 1732, o que, de certa forma, parece ter representado certa ameaça a hegemonia da coroa espanhola na região.

Fato importante para a região em que se encontram atualmente os Parques Nacionais, ocorre quando parte dos Jesuítas se dirige para o nordeste do Rio Grande do Sul, levando consigo cerca de 80.000 cabeças de gado da Vacaria do Mar para a região que ficou conhecida como Vacaria dos Pinhais (os Campos de Cima da Serra), numa referência a grande quantidade de araucárias que entremeavam os campos naturais. Esta transferência é conseqüente dos freqüentes ataques que vinham sofrendo por parte dos espanhóis.

A decadência das Missões iniciou por volta de 1733. Para alguns historiadores, no entanto, um dos principais fatos responsáveis por este declínio está relacionado ao Tratado de Madrid (1750), através do qual Portugal entrega a Colônia do Sacramento, às margens do rio da Prata, à Espanha, em troca da região dos Sete Povos das Missões, onde pretendia instalar colonos portugueses. Jesuítas protestaram e os índios se rebelaram, ocorrendo um dos maiores genocídios indígenas da história, realizado pela Espanha e Portugal, episódio que ficou conhecido como a Guerra Guaranítica.

Na costa catarinense, o surto de colonização européia da região tem sua origem consolidada através da penetração lagunense. A incerteza quanto ao local exato da divisa primordial dos territórios espanhóis e portugueses, estabelecida pela linha do Tratado de Tordesilhas, não impediu, ao contrário, parece ter incentivado cada vez mais o objetivo luso de avançar para o interior contendo a colonização espanhola. Não tendo forças militares para tanto, os portugueses o fizeram por meios pacíficos, ou melhor, aumentando a ocupação do território como se de fato lhes pertencesse. Citando aspectos históricos gerais da região, SDM (2002) salienta a hábil estratégia de colonização portuguesa, fazendo uso das “concessões de terras a determinados cidadãos, os quais reuniam algumas famílias, formando assim os vilarejos”. No entanto, de acordo com IBDF (1984), o principal motivo que levou às primeiras concentrações populacionais no litoral sul foi a descoberta de ouro no sopé da Serra, em princípios do Século XVII.

Durante este mesmo período, alguns fatos parecem integrar historicamente o planalto gaúcho e a planície sul catarinense, mesmo que de forma incipiente. Vacaria dos Pinhais, ou os Campos de Cima da Serra, passa a ser descoberta pelos “caçadores de couro” provenientes de Laguna, que acessam a área através de caminhos que subiam as escarpas da Serra.

Em parte, o próprio povoamento do planalto do Rio Grande do Sul foi sendo feito a partir da chegada dos primeiros lagunistas. A presença do gado foi, portanto, o principal atrativo para a fixação no solo gaúcho. Embora existisse por parte do governo colonial o interesse de povoar a terra e, desta forma, garantir sua posse, foi principalmente devido a iniciativa privada dos que procuraram a região, e graças a abundância de gado, que o povoamento se tornou possível. Rambo (1994, p.310), abordando historicamente a criação de gado, salienta que “(...) por tradição e habilidade, os descendentes dos açorianos, em todo território da Serra, entregaram-se quase exclusivamente a este ramo de atividade”.

Já a partir do séc. XVIII, a descoberta de ouro em Minas Gerais passa a influenciar de forma considerável praticamente toda a economia colonial, e, da mesma forma, as populações que viviam tanto no planalto quanto na costa do sul do país. Deste momento em diante, a

---

<sup>1</sup> Os Sete Povos estiveram organizados nas Missões denominadas de: São Nicolau, São Luis Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Francisco Borja e Santo Ângelo Custódio.



economia sulina liga-se efetivamente ao mercado colonial brasileiro. Ao que parece, no planalto, a simples pilhagem do gado e a agricultura de subsistência que suportaram a expansão do império português na região da platina anteriormente, deram lugar a exportação do gado e a produção do charque.

Destaca-se neste sentido, a importância que a primeira charqueada<sup>2</sup> de caráter comercial, ocorrida em Pelotas em 1780, representou para a dependência da economia provinciana em relação à pecuária, tornando este um dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

A atividade mineradora, que passa a ser o foco econômico do império colonial, demanda com urgência suprimentos de animais de corte e tração. O gado muar tornou-se o meio básico de transporte interno e o charque passou a alimentar toda escravaria das áreas de produção para exportação. Mesmo que ambos não se constituíssem em produtos adequados a uma típica exportação colonial, inseriram-se com regularidade no sistema econômico nacional como produtos subsidiários da economia exportadora.

Surge neste período um novo tipo de mercado interno, possibilitando o comércio do gado vivo em substituição a prática de se comercializar somente produtos animais, entre os quais destacava-se também o couro.

O grande impulso econômico e social é refletido em toda a região, tanto no planalto quanto na parte baixa. Caminhos foram abertos cortando o vale do Araranguá em direção a Serra Geral e daí aos campos de Curitiba (abertura da estrada Conventos/Curitiba), sempre por via terrestre, até chegar às feiras de Sorocaba e São Paulo e a partir daí as minerações de Minas Gerais, onde enormes quantidades de muares, eqüinos e gadaria em geral eram comercializados. Insere-se neste período uma figura de grande importância não só para os aspectos histórico-culturais desta região como para a sócio-economia da colônia como um todo: **o tropeiro**. Este passou a ser o principal, senão o único, abastecedor do mercado das Minas Gerais, passando a ligar e unir áreas tão distintas e distantes na formação do Brasil.

Segundo o IBDF (1984, p. 70), as grandes distâncias existentes entre as fontes de produção e os compradores “gerou a criação de vários ‘pousos’ ou ‘invernadas’, que serviam de postos de descanso, (...) base para concentração populacional, que posteriormente se transformaram em cidades”.

No litoral, a mudança da rota comercial com a mineração traz um êxodo significativo de famílias lagunenses para a costa do extremo sul catarinense, que passam a requerer pedaços de terras, as sesmarias.

As sesmarias são requeridas junto ao governo que são concedidas em 1732, formando-se subitamente, de um momento para o outro, o regime de propriedade. A partir deste momento as invernadas começam a ceder lugar as estâncias, mais bem cuidadas que eram utilizadas como repastagem, com pequenas plantações. (SDM, 2002)

A ocupação do litoral influencia de modo significativo o comércio, particularmente relacionado à agricultura e a indústria canavieira. Uma atividade de grande importância para a região foi a cultura da mandioca, fazendo surgir engenhos de produção de farinha. A partir do séc. XVIII, destaca-se localmente a exportação da farinha de mandioca, açúcar, aguardente, feijão, milho e banha.

Havia iniciado, em meados do séc. XVIII, a política de incentivo à colonização do sul do país por famílias provenientes de outros países. A partir de 1740, chegou à região do Rio Grande do Sul o primeiro grupo organizado de povoadores açorianos, que tinham apoio oficial do governo para ocuparem a grande área onde se situavam anteriormente as Missões. As

---

<sup>2</sup> Designa-se como charqueada o local onde os bois são abatidos e se procede ao preparo do charque.

dificuldades de transporte fizeram com que se instalassem onde é hoje Porto Alegre, os campos da Viamão, assim como nas duas margens da Lagoa dos Patos e na costa do extremo sul, até a fronteira uruguaia.

Na costa, a partir da chegada dos primeiros açorianos na ilha de Santa Catarina, houve subsequente a ocupação de grande parte do litoral catarinense. De acordo com IBDF (1984, p. 71),

A principal atividade econômica desenvolvida inicialmente foi a pesca, e a ocupação do território foi caracterizada pela concentração populacional, ao invés da procura por grandes extensões de terra. Enquanto que em Santa Catarina as culturas a que os colonos mais se dedicavam foram mandioca, arroz, e cana-de-açúcar, no Rio Grande do Sul os maiores cultivos foram os da mandioca, linho e principalmente o trigo, que era plantado em terras de campo.

A ocupação humana na região, no início do séc. XIX, já refletia uma relação explícita com as distintas características geográficas e biofísicas do planalto gaúcho e da planície sul catarinense.

No planalto meridional, a ocupação populacional estava dispersa nas áreas abertas, limítrofes a vegetação, correspondendo as terras utilizadas como fazendas de gado. Estas áreas são originadas da política de sesmarias, iniciada por volta de 1732, consistindo na doação de áreas de terras equivalentes a 13.068 hectares. Segundo Krob (1998, p. 7),

Só no ano de 1814 foram concedidas 336 sesmarias. Sesmeiros construía capelas aos santos devotos, o que atraía moradores, propiciando a delimitação territorial de jurisdição eclesiástica para o estabelecimento de uma freguesia. Condição esta, por exemplo, foi dada aos povoados de Vacaria (1768) e de Cima da Serra (São Francisco de Paula).

nova política de incentivos à colonização é realizada pelo governo imperial brasileiro, desta vez dirigida a população da Alemanha, chegando os primeiros imigrantes por volta de 1824. Estes foram assentados em glebas de terras nas proximidades da atual capital gaúcha. Foram também encaminhadas famílias de imigrantes alemães para a região da Serra Geral, onde procuraram ocupar os fundos dos vales e encostas, antes cobertas pela mata, de modo a evitar os solos mais pobres do planalto. Rambo (1994, p.309) salienta que quando a agricultura alcançou a parte superior do planalto, os alemães “preferiram seguir ao longo do talude, até onde as terras eram rendosas, isto é, entre os rios, dos Sinos e Jacuí”.

Praticamente todo o surto de colonização que vinha acontecendo anteriormente fez diminuir expressivamente as populações indígenas da região, expulsando-os ou obrigando-os a refugiar-se cada vez mais para o interior dos cânions, a partir da planície catarinense, e dos capões de mata no planalto gaúcho.

Fato marcante, ocorrido durante a fase inicial da colonização alemã, abalou política e economicamente o Rio Grande do Sul, influenciando também outros estados da colônia e até países vizinhos. A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 e 1845, fora deflagrada pelos gaúchos que não aceitavam a situação de subordinação a que o governo central submetia este Estado, incorporando em suas reivindicações separatistas os ideais de liberdade em voga então na Europa.

A Revolução significou uma pausa temporária na política de incentivos à colonização. Como consequência também, muitas famílias, principalmente de alemães, tiveram que transmigrarem para outras regiões, incluindo o vale do Araranguá na costa catarinense. Segundo SDM (2002), esta migração de famílias alemães não formou colônias isoladas, mas parece ter se mesclado com a população em geral.

Com a proibição das propagandas de incentivo para emigração para o Brasil, por parte do governo prussiano, a política de colonização passa a ser direcionada para o norte da Itália. A partir de 1870 começaram a chegar ao Rio Grande do Sul imigrantes italianos. Como as terras próximas a atual capital gaúcha já estavam ocupadas pelos imigrantes alemães, foram encaminhados para a região da Serra, onde as terras, mesmo não prestando à agricultura a maneira dos teutos, eram bastante propícias à plantação de videira e trigo, culturas já bem conhecidas dos novos imigrantes. Nesta região, seriam fundadas posteriormente as cidades de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi.

Na costa catarinense, a colonização italiana se dirigiu principalmente para os atuais municípios de Criciúma e Urussanga. As famílias que foram para o extremo sul do estado fundaram, em 1914, a colônia de Turvo, iniciando também a colonização de Volta Grande, atualmente Jacinto Machado. Este movimento colonizador italiano espalhou-se posteriormente por todo extremo sul de Santa Catarina.

De um modo geral, as levas de imigrantes que se sucederam, principalmente no séc. XIX, influenciaram sobremaneira a sócio-economia no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com a diversificação da agricultura, em pequena propriedade, e com o artesanato em uma escala que, até então, não fora praticada.

Principalmente a partir das primeiras décadas do séc. XX começa a se desenhar a divisão política dos municípios atuais da região em que se inserem os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral. Cabe, no entanto, elucidar brevemente alguns aspectos históricos anteriores e posteriores a emancipação de alguns destes municípios, particularmente aqueles que compõem o conjunto territorial abrangido pelas referidas Unidades de Conservação.

No planalto meridional, a partir do ano de 1814, onde atualmente é a cidade de Cambará do Sul, foram concedidas cerca de 336 sesmarias a alguns imigrantes, na região conhecida como Freguesia do Campo Bom. Segundo Krob (1998, p.7), parte da área do município compreendida entre os rios Santana e das Antas até o "Fundo Máximo era formada por quatro (4) sesmarias: Sesmaria da Santana, Sesmaria de São Gonçalo, Sesmaria do Lobo e Sesmaria do Máximo, todas de propriedade do Alferes Joaquim José do Canto e Mello". Filha de uma família de imigrantes agraciados com sesmarias, Dona Úrsula Maria da Conceição, devota de São José, doou 20 hectares de terra como pagamento de promessa para a construção de uma igreja ao santo, criando então o distrito de São José do Campo Bom. Desde 1902, era o 4º distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra, mudando o nome e a categoria para Vila de Cambará cerca de 30 anos mais tarde. Em 1963, Cambará do Sul é elevada à condição de município, a partir de sua emancipação do então município de São Francisco de Paula.

A sócio-economia do município no séc. XX, historicamente baseada na pecuária extensiva, passa por algumas transformações com a instalação de uma grande empresa de reflorestamento. Principalmente a partir da década de 40, o plantio do *Pinus sp.* começa sistematicamente a ocupar extensas áreas de campo antes destinadas a criação do gado. Esta atividade assume papel de destaque na geração de empregos e renda no município.

No litoral catarinense, acredita-se que toda região pertencia originariamente ao atual município de Laguna, a partir da emancipação em 1880 da então freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Não se sabe ao certo, no entanto, se esta região do extremo sul de Santa Catarina não pertencia ao Distrito de Tubarão, do qual desmembrou-se posteriormente Araranguá em 1870.

O município de Turvo teve sua colonização iniciada por imigrantes italianos, após doação de terras devolutas, por parte do governo, como pagamento pelos seus serviços de abertura de estradas. A migração de colonos aumentou depois de iniciadas as plantações e instalação de engenhos de farinha e serraria (IBDF, 1984).

Inicialmente, emanciparam-se de Araranguá, os municípios de Turvo em 30 de dezembro de 1948 e Sombrio em 30 de dezembro de 1953. De Turvo surgiram os municípios de: Jacinto Machado em 21 de junho de 1958, Praia Grande em 21 de junho 1958, Timbé do Sul em 11 de maio de 1967 e Meleiro em 27 de novembro de 1961. De Sombrio originaram-se os municípios de: São João do Sul em 20 de dezembro de 1961 e Santa Rosa do Sul em 04 de janeiro de 1988. (SDM, em prep.)

Praia Grande teve sua colonização iniciada no séc. XIX, no local denominado Roça da Estância, por famílias oriundas do planalto. No entanto, segundo Ronsani (1999), seu povoamento iniciou, provavelmente, já nas primeiras expedições ao sul do Brasil para captura e escravização dos índios Carijós. Para o autor, sua região fora anteriormente uma das principais passagens para a subida de cargueiros para a Serra, suprindo comercialmente os gaúchos de povoados costeiros e arredores.

É possível que a partir do ano de 1730, já eram conhecidas nossas serras, principal atalho para os tropeiros com suprimentos através do porto de Laguna, por terra ou por mar através do rio Mampituba, com acesso ao porto da colônia “hoje Dom Pedro de Alcântara”, ou mesmo através do morro dos conventos em Araranguá. Esta passagem mais tarde foi também responsável por nossas relações comerciais onde vendíamos todos os produtos produzidos ou cultivados para os gaúchos e mesmo para o norte do país. (RONSANI, 1999)

A plantação agrícola que no início da segunda metade do séc. XIX servia apenas para subsistência das famílias, juntamente com a prática da caça, começa a dar lugar às lavouras destinadas a comercialização. Nesta época, os principais produtos comercializados com os tropeiros que passavam em Praia Grande eram os produzidos a partir da cana-de-açúcar. Mais tarde começa-se a diversificar os produtos agrícolas destinados a comercialização, dentre os quais destaca-se, ainda presente de forma marcante atualmente, a banana. A ligação comercial com a serra foi, de certa forma, uma grande força impulsionadora para o desenvolvimento agrícola e comercial de Praia Grande.

O atual município de Jacinto Machado, até 1921, era habitado somente por lusos-brasileiros. Originariamente, sua área pertencia a 4 latifundiários: Dona Maria Monteiro de Guimarães e Cunha, João da Silva Córdova, Antônio Manoel Bandeira e Martinho Guizzo. Até 1943, era conhecido como “Volta Grande”, numa referência a estrada que, vindo do norte, acompanhava todo o rio, fazendo todas as voltas e tornando longo seu percurso.

Como os lusos não davam muito valor as terras, se caracterizando pela concentração populacional, estas foram sendo vendidas ou trocadas a valores relativamente baixos. O grande desenvolvimento do município ocorreu posteriormente com a chegada dos imigrantes italianos, que implementaram a agricultura comercial de forma expressiva. A produção da banana torna-se a principal atividade do município, ocupando principalmente as encostas da Serra, razão pelo qual Jacinto Machado passa a ser conhecida como a “Capital da Banana”. A diversificação da produção na segunda metade do século XX, no entanto, incorporou atividades como a plantação de fumo, cuja secagem utilizou lenha de mata nativa, a cultura de arroz, multiplicada com a implementação do Pró-Várzea, e a suinocultura, mais recentemente.

Outros aspectos da história sócio-econômica recente dos municípios do entorno dos Parques Nacionais encontram-se no corpo deste diagnóstico, o que possibilitará uma melhor compreensão da região.

## 1.2 Aspectos Culturais

Os aspectos culturais presentes na região dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral refletem diferenças marcantes relativas às características físicas e aos processos históricos do planalto riograndense e da planície sul catarinense. Somado a singularidade que as escarpas íngremes da Serra Geral conferem ao patrimônio paisagístico e natural da região, há uma rica diversidade cultural representada por estes dois complexos distintos, conferindo ao Parque uma grande vocação potencial que concilie preservar e receber.

No planalto do Rio Grande do Sul, diferente da planície sul catarinense, os aspectos culturais remontam a processos históricos anteriores às levas de imigração europeia ocorridas no séc. XVIII. Eles são, em grande parte, reflexo do desenvolvimento que a atividade pecuária passa a assumir a partir da introdução e criação do gado nos campos altimontanos, oriundo das Missões, na segunda metade do séc. XVII. Além do expressivo aumento do rebanho primordial gaúcho, conseqüente das ótimas condições climáticas e de relevo, o gado assume papel fundamental na região, primeiro como produto alimentar e posteriormente como insumo comercial. Como conseqüência desta prática, surge o hábito corrente do churrasco, característica comum e amplamente difundida nesta região dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Herança do conhecimento indígena, uma importante prática incorporada aos aspectos culturais e também bastante difundida na região está ligada ao consumo do mate ou chimarrão. Ao que parece, populações indígenas nativas secavam a folha da erva-mate (*Ilex paraguayensis*) em locais específicos, os “barbaquás”, cujos vestígios são ainda hoje encontrados no entorno dos Parques.

Ambos elementos, o churrasco e o mate, não só caracterizam hábitos culturais locais, como parecem simbolizar parte da hospitalidade gaúcha no planalto, sempre oferecida ao visitante que é bem-vindo.

Para Barbosa *apud* IBDF (1984, p. 119), o “termo gaúcho surge da designação dada ao índio maltrapilho que andava de pouso em pouso, ora trabalhando nas estâncias, ora visitando os amigos, sempre a cavalo cujos arreios lhe serviam de cama e poncho”. Da mesma forma, o termo pastoreio, utilizado por Darcy Ribeiro, segundo Diegues & Arruda (2001), faz referência à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas do Rio Grande do Sul.

Fruto da miscigenação entre os habitantes originais, os Guarani, e os colonizadores espanhóis e portugueses, os gaúchos constituem o grupo pastoral de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva da região do pampa, vivendo no local onde trabalham, grandes estâncias voltadas para a produção de gado de corte e de lã. (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 46)

Darcy Ribeiro *apud* Diegues & Arruda (2001) descreve os gaúchos tradicionais como uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade de língua, costumes e usos comuns. Neste sentido, Barbosa *apud* IBDF (1984, 119) aborda a indumentária típica do gaúcho, consistindo de “chiripá flutuante; bota de garrão de vaca ou potro; chapéu de abas largas preso por barbicacho; lenço colorado, folgadoamente amarrado ao pescoço; adaga pendente à esquerda; faca atravessada na guaiaca ou no atirador; bombachas e grandes esporas”. Embora haja alguma diferenciação nas vestimentas típicas destinadas as lidas no campo e as datas festivas, ambas são ainda hoje utilizadas com certa frequência na região do planalto que circunda os Parques Nacionais, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Principalmente no século passado, os processos históricos relacionados ao desenvolvimento da pecuária extensiva geraram uma divisão social, onde, de um lado, existe o estancieiro ou grande proprietário de terra, com sua casa confortável, e de outro o

peão-gaúcho, que mora em casas mais rústicas e toma conta do gado e das lidas do campo em geral. Estes últimos se transformaram então em reserva de mão-de-obra, na qual o estancieiro recruta os homens quando necessita bater os campos, esticar um aramado ou nas épocas de tosquia (Darcy Ribeiro *apud* Diegues & Arruda, 2001).

Em trabalho recente realizado na região dos Campos de Cima da Serra, entorno destas Unidades de Conservação, técnicos do Projeto Curicaca<sup>3</sup> (KROB, 1998) identificaram comunidades tradicionais caracterizadas pelo amplo conhecimento do ciclo temporal, o qual rege suas atividades diárias e anuais, pelas relações de parentesco e compadrio e suprimento das necessidades básicas a partir de recursos da própria propriedade, com pouca participação no comércio local, dentre outras características. Segundo Krob (1998, p.15),

Estas comunidades destacam-se por terem suas atividades muito diretamente ligadas aos trabalhos manuais, produzindo artesanato em lã de ovelha, o cedém, o crochê, o tricô, o bordado em ponto cruz e a costura de favos em bombachas. Estas atividades envolvem variação de matérias-primas, processo da produção de um artigo e produto final.

O artesanato tradicional em lã de ovelha é ainda praticado por famílias residentes de localidades do município de Cambará do Sul, como Morro Agudo e Morro Grande, e, apesar da produção ainda incipiente, constitui uma potencial alternativa de desenvolvimento para as comunidades, fortalecendo a identidade cultural local. O processo de produção e os tipos de produtos confeccionados a partir dele refletem esta identidade de maneira bastante característica, incluindo a divisão de tarefas na mão-de-obra familiar e a produção de indumentária e artigos utilitários típicos. De acordo com Krob (1998),

O processo todo consta de: compra da matéria-prima (se não tem criação de ovelhas), lavagem e secagem da lã, abertura e cardagem, transformação em fio de espessuras variadas (que pode ser feito em fuso ou em roca) e meada. A partir da meada é que o fio será tecido no tear, com agulhas de crochê ou tricô.(...) Os produtos obtidos são para uso doméstico e pessoal como: o acolchoado, o cobertor de lã, o tapete, os lustradores de assoalho. O poncho, o blusão, as meias, os gorros. Para as lidas campeiras: os bacheros, as badanas e cochonilhos.

Uma prática campeira típica da região que circunda os referidos Parques é o pixuru ou mutirão, e consiste na ajuda mútua entre vizinhos e parentes para a realização de alguma atividade em que a mão-de-obra familiar torna-se insuficiente (Krob, 1998).

Além das atividades campeiras, destaca-se dentre os aspectos culturais desta região do planalto gaúcho, particularmente do município de Cambará do Sul e adjacências, as festas religiosas, as serenatas, as festas no clube, manifestações nativistas e a tradicional festa do mel.

A importância das festas religiosas para a identidade da população local remonta ao próprio período inicial de ocupação e povoamento europeu da região. Dentre os santos homenageados, destaca-se o padroeiro do município de Cambará do Sul, São José, cujas procissões eram realizadas na rua principal, com os homens alinhando-se de um lado e as mulheres de outro. Na primeira metade do século passado, era também realizada homenagem à Nossa Senhora do Rosário, comemorada principalmente por pessoas de

---

<sup>3</sup> Projeto de desenvolvimento sustentável para a região dos Campos de Cima da Serra, município de Cambará do Sul, com referência especial para o entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

origem negra. Além disto, são também homenageados São Cristóvão e Nossa Senhora do Caravagio, esta última comemorada no mês de maio (Krob, 1998).

Outras festividades da região estão ligadas as próprias atividades nativistas, refletindo a forte ligação existente entre o homem, o gado e a terra. Deste modo, além dos Torneios de Laço, realizados de dezembro a maio, os CTG's da região organizam rodeios movimentando um considerável número de pessoas de diferentes municípios. Em Cambará do Sul, são realizados rodeios pelo CTG Peão da Estância, em janeiro; CTG Baio Ruano, em fevereiro; e, CTG 29 de Setembro no mês de março.

O clube municipal de Cambará do Sul, embora seja atualmente utilizado para a realização de diversos tipos de eventos, fora outrora destinado principalmente a festas para congregação de pecuaristas e proprietários de terras da região, constituindo além de ocasiões de lazer para a família, oportunidades importantes para tratamento de negócios e discussões políticas. Krob (1998, p.14) salienta que estes "bailes eram preparados com antecedência, pois os convidados e os músicos vinham de longe (São Francisco de Paula, Bom Jesus, Praia Grande) e as vias de acesso eram bastante precárias". Destaca-se ainda no município a tradicional Festa do Mel em abril, cuja produção deu ao município o título de "Capital do Mel"; a Semana Farroupilha em setembro; as cavalgadas; o Sarau de Prendas; dentre outros eventos típicos regionais.

As serenatas constituem uma atividade cultural proveniente principalmente das zonas rurais. A casa onde se realizava a festa fornecia os animais que serviriam de alimento aos convidados, sendo que os organizadores marcavam o horário e chamavam os músicos sem que o anfitrião da festa soubesse.

Em termos paisagísticos, um aspecto marcante comumente observado no interior e entorno dos Parques Nacionais, conseqüência também do desenvolvimento da pecuária extensiva, se refere as "taipas" construídas principalmente em fins do séc. XIX e início do séc. XX. Buscando maior controle sobre a área de circulação do gado solto no planalto, e uma maior eficácia na complementação alimentar dos rebanhos, os grandes proprietários rurais iniciaram o cercamento de grandes extensões de campo construindo muros baixos feitos de pedras, material abundante na região (Krob, 1998).

Outro aspecto cultural que chama a atenção na região em que se inserem os Parques diz respeito ao patrimônio arquitetônico, conseqüência da imigração de colonos alemães em meados do século XIX. De acordo com IBDF (1984), esta tipologia arquitetônica se adaptava intrinsecamente as condições climáticas locais, utilizando a madeira, antes abundante na região, como principal material para construção. Em tempos recentes, estes referenciais estão desaparecendo gradualmente da região devido principalmente: a dificuldade para obtenção de madeira, a falta de mão-de-obra especializada, a utilização de novos materiais construtivos, além da própria modificação de valores individuais ou coletivos. Para o IBDF (*op cit.*), as reformas ou construções recentes que não mais utilizam os referenciais adotados originariamente, e estão gerando tipologias desvinculadas das características regionais, principalmente com o uso de tijolo, amianto, grades de ferro em substituição a madeira, principalmente nos centros urbanos.

No extremo sul catarinense, a diversidade de aspectos culturais é o resultado das diferentes correntes migratórias, responsáveis pelo povoamento e colonização da região do entorno destas Unidades de Conservação. Se por um lado, a miscigenação de raças não proporcionou a formação de uma identidade cultural marcante, como é observado no planalto com os gaúchos, por outro, não parece ter preservado de forma significativa todos os valores da diversificada herança cultural de seus colonizadores.

É importante ressaltar que, segundo a SDM (2002), os "primeiros colonizadores da região foram: o luso-brasileiro, vicentista e o açoriano que ocuparam a faixa litorânea". Houve

posteriormente, no século XIX, uma ampla influência de afluxo migratório do elemento italiano e em menor escala do germânico, do polonês e de outras etnias.

Fato curioso sobre a diversidade étnica desta região da planície está relacionada à história da localidade de Pedras Brancas ou Comunidade São Roque. Em comunicação pessoal, Gilberto Ronsani salientou a dificuldade de obter registros histórico-culturais desta localidade, em função desta ter constituído outrora um local de refúgio para escravos rebelados, uma “quilombada”. Mais do que isto, Ronsani coloca que esta localidade serviu também de abrigo para fugitivos e criminosos procurados, que encontravam aí condições suficientes de proteção e subsistência. Deste modo, há historicamente um receio por parte das gerações descendentes destes primeiros moradores em guardar registros pessoais e dados familiares que poderiam servir para o resgate deste rico patrimônio histórico-cultural. Encontra-se ainda, no entanto, alguns moradores com traços típicos de origem negra, que se dizem descendentes de antigos escravos refugiados.

Atualmente, a maior parte da composição étnica das populações desta região, principalmente nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, é formada por descendentes de lusos.

Os colonizadores portugueses repetiram, inicialmente, a prática de ocupação observada em quase toda costa brasileira, caracterizada pela concentração populacional em pequenas extensões de terra. Isolados de ciclos econômicos, sem ter um destino específico para os excedentes eventualmente produzidos, parece ter ocorrido de início uma quase subsistência, quebrada apenas pelas trocas que ocorriam quando da passagem de tropas ou da necessidade de abastecimento dos poucos e pequenos núcleos populacionais existentes.

Ronsani (1999, p.56), abordando o modo de vida dos primeiros imigrantes do município de Praia Grande e adjacências, salienta que,

A plantação era apenas para o consumo da própria família, era feito o desmatamento ao redor do próprio rancho, fazia-se aí o plantio de milho e arroz, a metade os pássaros e os macacos comiam, só era possível a colheita do feijão nas encostas dos morros, na várzea as lebres comiam ainda na brotação. Nossos antepassados viviam muito de caça e pesca, caçavam de bodoque, pois a caça era abundante, mas era apenas para o sustento.

A preocupação com a comercialização da agricultura começou mais tarde, por volta do ano de 1860. A partir daí inicia-se na região o cultivo da cana-de-açúcar, da qual eram feitos o açúcar mascavo, as rapaduras, o vinagre e a aguardente. Segundo Ronsani (op cit.), tais produtos foram os primeiros a serem vendidos aos tropeiros, e estes os comercializavam em cima da serra e arredores. A passagem de tropas pela região foi, deste modo, um importante fator para o incremento populacional e para o surto incipiente de progresso na época.

Da mesma forma que no planalto, havia nesta região em tempos passados a prática do pixuru, onde o dono da lavoura convidava antecipadamente os vizinhos para trabalharem juntos durante um ou mais dias. Segundo Ronsani (1999, p.57), nesta “troca de serviços, trabalhavam durante o dia e o alimento era levado na própria lavoura(...) Dançavam todas as noites ao som de gaita de boca, sanfona ou violão”.

A influência da colonização portuguesa/açoriana sobre os aspectos culturais nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado pode ser observada não só no patrimônio arquitetônico predominante, como nas próprias festividades típicas regionais. Segundo o IBDF (1984, p.121), “os festejos populares estão fortemente ligados ao caráter religioso, comemorando-



se com grandes festas o dia dedicado ao padroeiro, quando são realizadas procissões e a cidade é decorada para tal fim”.

Elementos referenciais, tanto para a população urbana quanto rural, segundo o IBDF (*op. cit*), incluem também as festas juninas, novenas, Tríduos de Reis, Boi-de-mamão e Pau-de-fita. Da mesma forma, o “Negrinho do Pastoreio” é comemorado através de bailes e festas campestres, onde se resgatam através da dança e música os costumes e tradições locais. Em Praia Grande, o artesanato local, originariamente produzido a partir de folhas de bananeira, taquaras, palhas de milho e tear, está aparentemente sendo resgatado, ainda que de maneira incipiente. Antigamente, a palha de milho e a taquara eram utilizadas para a produção de cestos, peneiras e balaios, enquanto que com a palha de butiá e de bananeira se fabricava chapéus. O entalhe em madeira e pedra é outra prática artesanal atualmente realizada no município. Dentre outros produtos artesanais confeccionados, inclui-se: o crochê, o tricô e os bordados. É importante ressaltar que iniciativas por parte de instituições como a CEPROACA<sup>4</sup> e o Clube de Mães, assim como o Projeto Índios Coroados, vem buscando resgatar as raízes locais através do artesanato.

Particularmente no município de Praia Grande, se incluem também nas manifestações populares alguns eventos de tradição gaúcha, como apresentações folclóricas e torneios típicos, tendo no CTG Porteira do Faxinal, seu principal centro dinamizador.

Na região de entorno dos Parques Nacionais, o elemento cultural italiano é mais marcante principalmente nas localidades do município de Jacinto Machado. No entanto, sua influência é notavelmente perceptível no que diz respeito aos aspectos de desenvolvimento econômico ocorridos no seu processo de formação histórica. Segundo publicação do Pe. Herval Fontanella, sobre o município, “antes da migração ítalo-brasileira, pouco ou nada existia aqui. Havia olaria, engenhos de farinha, e de açúcar, de erva-mate e botequins. A partir de 1923, começou a desenvolver-se. Surgiram escolas, igrejas, estradas, comércio e alguma indústria”.

Outros aspectos culturais de origem italiana no município de Jacinto Machado parecem estar ligados a culinária típica, sendo na maioria das vezes associada a produção artesanal do vinho.

Um aspecto que merece menção final no escopo desta abordagem está relacionado à importância que a herança histórico-cultural dos **tropeiros** representa para as populações tanto da planície sul catarinense quanto do planalto gaúcho. A figura do tropeiro não foi responsável tão somente pela ligação comercial e conseqüente influência na ocupação destas regiões, como também pela própria integração cultural. Fato este que faz com que seja lembrado e mencionado com freqüência e orgulho pelos moradores mais antigos do planalto e da planície no entorno dos Parques Nacionais.

Neste sentido, sobre os tropeiros do passado, vale a pena destacar que existiam na época tropeiros de carga, gado, ou mesmo porcos fazendo a ligação serra-litoral. Segundo Ronsani (1999, p.61), na organização da tropa,

a égua madrinheira ia na frente com o gineteiro guiando a tropa, esta levava um cinorro no pescoço badalando onde todas a seguiam. Um outro animal levava a bruaca ou o cargueiro da comida, onde o charque não faltava. A proteção da carga ou seja da bruaca, cesto ou cargueiro era o ligal de couro de gado, o melhor era de couro de porco grande, dobrado. Dormia-se sobre os pelegos onde era possível.(...).Pousava-se sobre uma árvore ou em uma revessa quando havia. Cobria-se com ponche de lã ou a capa

<sup>4</sup> O Centro Profissionalizante de Aproveitamento da Criança e do Adolescente – CEPROACA oferece disciplinas extra-curriculares, cursos profissionalizantes e auxílio a crianças com dificuldade de aprendizado no município de Praia Grande.

cruzeira abrigados pelo cizal. (...) Quando se fazia passeio ou viajava com mulher então carregava-se o cargueiro de canastra, mascate também usava tropas de canastra.

### **1.3 Considerações**

Atualmente, se constitui no principal atrativo turístico dos Parques Nacionais o patrimônio paisagístico das escarpas da Serra Geral, notavelmente representados pelos famosos cânions da região. Este atrativo, localizado na encosta, constitui-se exatamente na unidade ambiental situada entre o planalto riograndense e a planície sul catarinense, e assim, entre ambos complexos culturais anteriormente referenciados.

A imponência da Serra parece exercer um fascínio muito grande tanto nos visitantes quanto nas populações autóctones. Fascínio talvez refletido durante todo período histórico das regiões situadas ao longo da Serra Geral. Dentre algumas das dualidades geradas por este sentimento, cabe destacar o obstáculo e a transposição, a separação e a ligação.

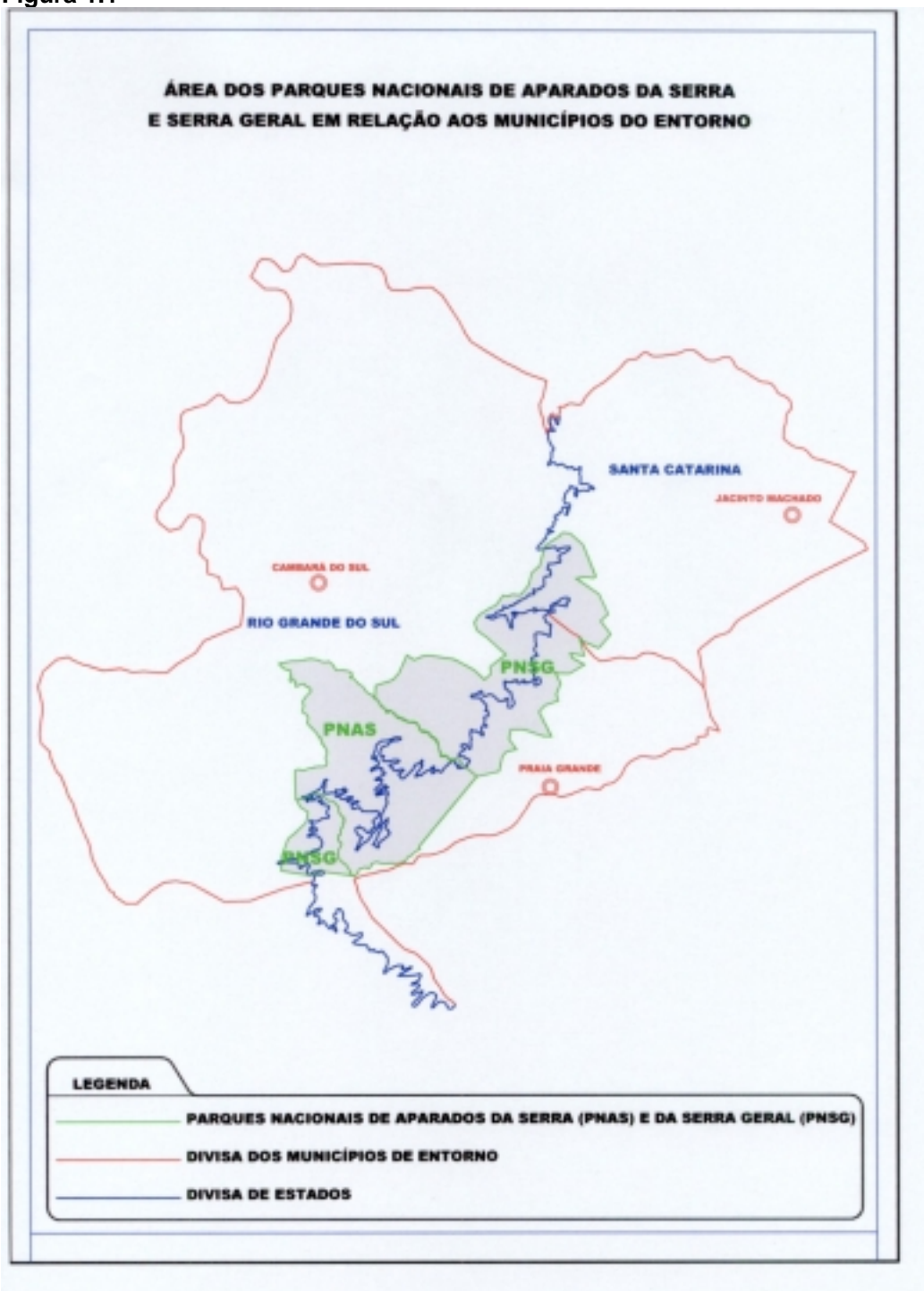
Historicamente, a transposição da Serra e a ligação entre planalto e planície fora realizada por grupos indígenas, colonizadores europeus, tropeiros, comerciantes em geral e, mais recentemente, são os adeptos de diversos tipos de esportes de aventura ou atividades ecoturísticas que continuam a manter a ligação entre os dois ambientes.

Espera-se que a exuberância do patrimônio natural venha a se constituir, no presente e futuro, em um elemento agregador, que combine a diversidade natural à cultural.

Deve-se orientar esforços para os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral potencializem e valorizem os elementos históricos e culturais do seu entorno, garantindo a manutenção tanto do ambiente natural como do sócio-cultural.

Agregar valor ao potencial atrativo das Unidades de Conservação, no ato de preservar e recuperar seu patrimônio natural, histórico e cultural, poderá dotar de dupla significância o ato de receber. Uma delas é a de maximizar a vocação turística, e a outra, como consequência desta, é a de proporcionar a sustentabilidade para tal vocação. Procede-se, deste modo, a uma reciprocidade saudável entre os imperativos de preservar e receber.

Figura 1.1



Elaboração: Socioambiental Cons. Assoc. Ltda.

## 2. ASPECTOS SOCIAIS

### 2.1 Dinâmica Demográfica

A área de entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral vem sofrendo um decréscimo populacional ao longo das últimas três décadas conforme demonstrado pelos últimos censos do IBGE. No censo realizado em 2000 a população total do entorno, o qual abrange os municípios de Jacinto Machado (SC), Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS), com características predominantemente rurais e limítrofes com a área dos Parques Nacionais, era de 26.105 habitantes.

A população destes municípios têm diminuído decorrente do êxodo rural e a falta de perspectiva profissional e educacional, particularmente para aqueles com idade para ingressar no ensino de terceiro grau ou no mercado de trabalho. Quando se confrontam os dados populacionais conforme sua distribuição em faixas etárias, de acordo com os censos de 1970, 1980 e 1991 (no censo populacional 2000 o IBGE não disponibilizou para cada município as informações relativas à faixa etária), esta tendência fica ainda mais clara. Por exemplo, em 1970 havia em Jacinto Machado 2.476 habitantes com idade entre 0 e 4 anos, em 1980 espera-se encontrar em torno daquela população inicial, porém, os dados demonstram que entre 10 e 14 anos restavam 1.720 habitantes, e, em 1991 a população diminuiu ainda mais, uma vez que aqueles entre 20 e 24 anos somam apenas 1.044 habitantes. Ou seja, houve uma redução populacional de 58% naquela geração nascida entre 1966 e 1970 ao longo de 21 anos subsequentes.

Outro aspecto é a mudança no perfil da população no que se refere a faixa etária, evidenciando o envelhecimento da mesma. A população de 60 anos e mais teve sua participação na população total ampliada de 3,8% em 1970, para 7,4% em 1991. O mesmo se verifica para o grupo etário de 40 a 59 anos, cuja participação relativa aumenta de 11,2% em 1970, para 16,4% em 1991. Em contrapartida, verifica-se uma acentuada redução na população com até 9 anos de idade, cuja participação passou de 33,5% em 1970, para 22,7% em 1991.

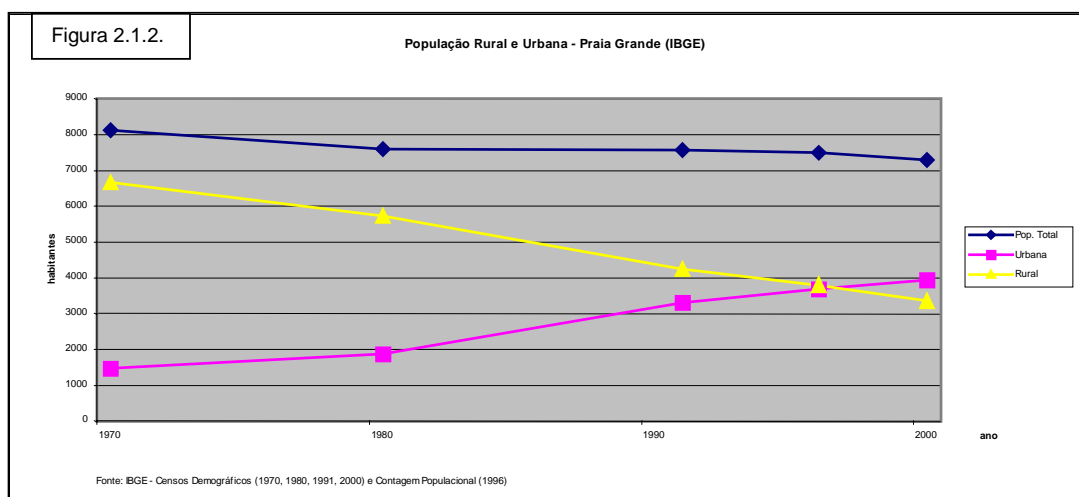
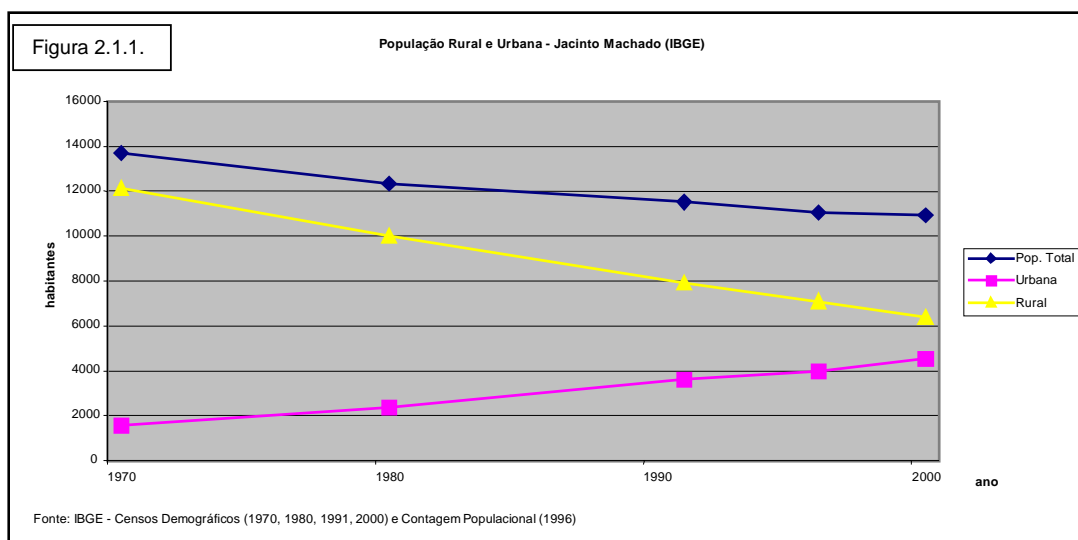
Tanto em Jacinto Machado, como em Praia Grande e Cambará do Sul, há uma tendência bastante clara de diminuição da população rural e um aumento da população urbana. Apesar do crescimento da população urbana, a população total destes três municípios diminuiu consideravelmente de 1970 a 2000, alcançando uma perda de mais de 20% da população em Jacinto Machado e Cambará do Sul, e mais de 10% em Praia Grande. Considerando-se os três municípios, a redução da população foi de 17,6% no período (figuras 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3).

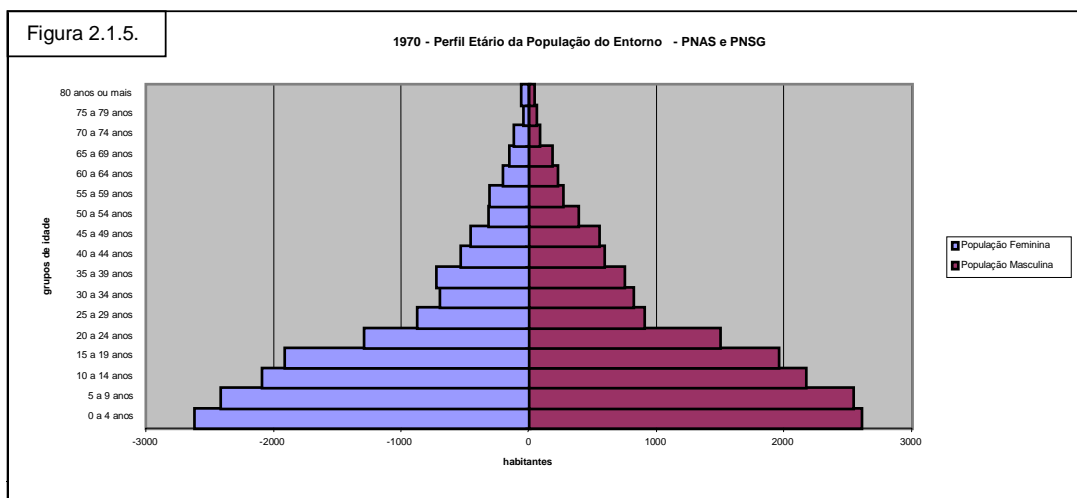
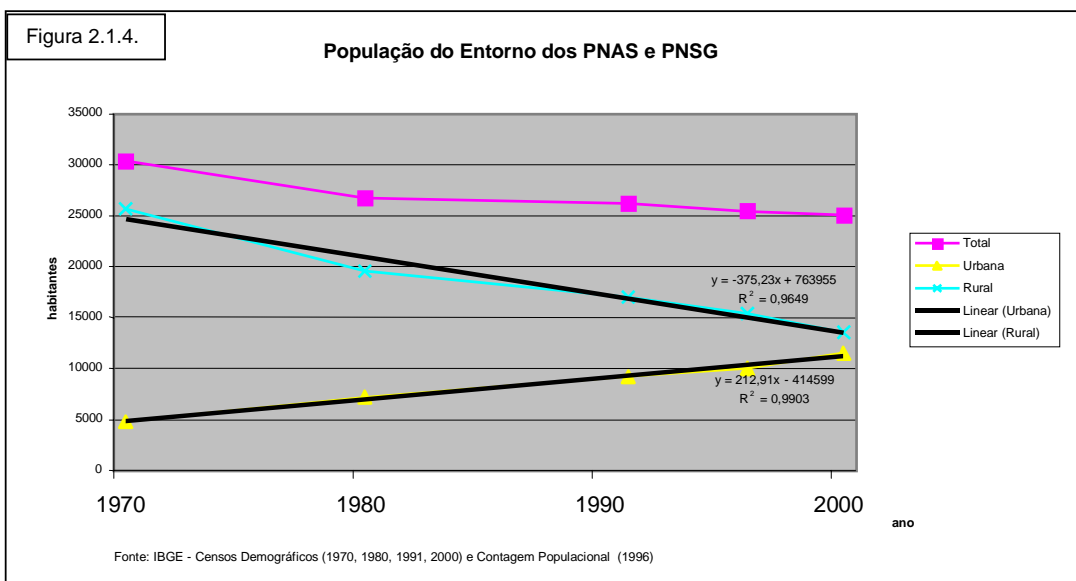
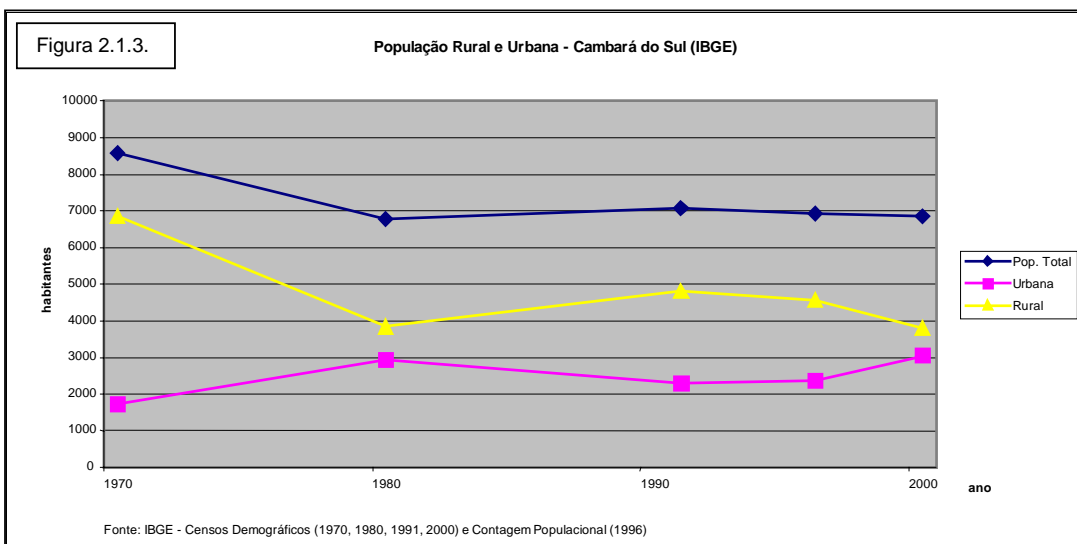
Apesar da tradição rural dos três municípios, a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, a indivisibilidade das pequenas propriedades familiares e a automação dos processos agrícolas tem levado as pessoas a abandonarem o campo e buscar emprego nos centros urbanos mais próximos. No período entre 1970 e 2000, a diminuição da população rural em Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul foi de 47%, 49% e 45% respectivamente. Apenas no caso de Cambará do Sul, houve um período a partir de 1980 onde a população rural chegou a crescer, no entanto esta tendência voltou a inverter-se a partir de 1990. A reversão da tendência de diminuição populacional na década de oitenta em Cambará do Sul, deu-se por conta de uma melhora das perspectivas na área rural impulsionada principalmente pelo setor madeireiro. No entanto, este otimismo não se manteve e a população rural voltou a migrar rumo aos centros urbanos.

Apesar de numericamente pequena, a população urbana já ultrapassa a rural no caso de Praia Grande desde meados dos anos 1990. No caso de Jacinto Machado e de Cambará do Sul, a população rural ainda é maior do que a urbana; mantendo-se os atuais padrões de crescimento demográfico, as equações lineares indicam que em Jacinto Machado a população urbana atinja níveis iguais aos da população rural em 2006. No caso de Cambará do Sul, não é possível fazer uma previsão equivalente com os dados disponíveis uma vez

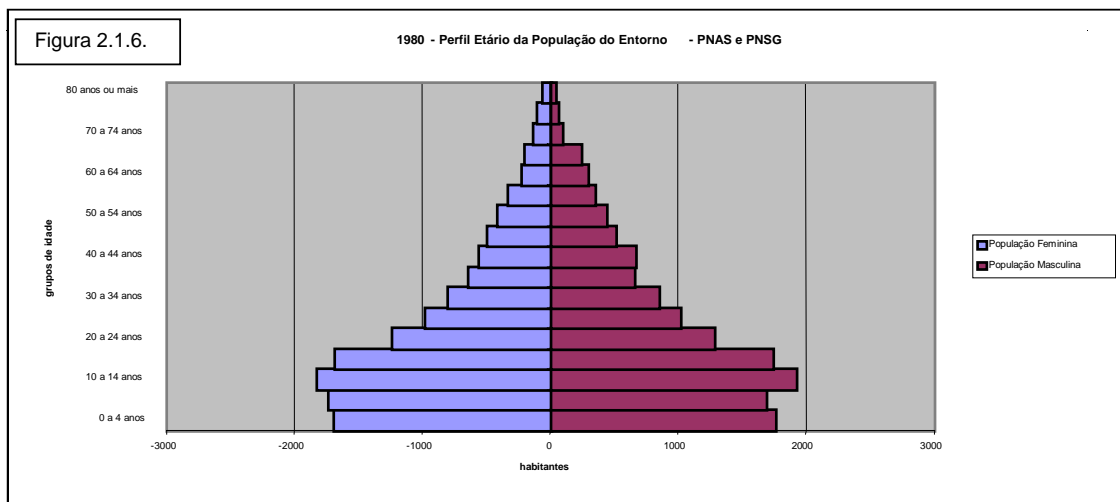
que as equações não demonstraram relevância o suficiente, por conta da reversão de tendência na década de 80. Aplicando-se equações lineares ao crescimento de populações urbanas e rurais do entorno dos Parques Nacionais como um todo, é previsto que a população urbana alcance a população rural a partir do último trimestre de 2003 (figura 2.1.4.).

A densidade demográfica de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul é bastante baixa, atingindo 26,22 hab/km<sup>2</sup>, 25,50 hab/km<sup>2</sup> e 5,91 hab/km<sup>2</sup> respectivamente. Destaca-se o baixíssimo índice apresentado por Cambará do Sul, cerca de 14 hab/km<sup>2</sup> mais baixo do que a média nacional de 19,92 hab/km<sup>2</sup> e significativamente mais baixo que a densidade demográfica dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com índices de 36,14 hab/km<sup>2</sup> e 56,14 hab/km<sup>2</sup> respectivamente. (IBGE, 2000).

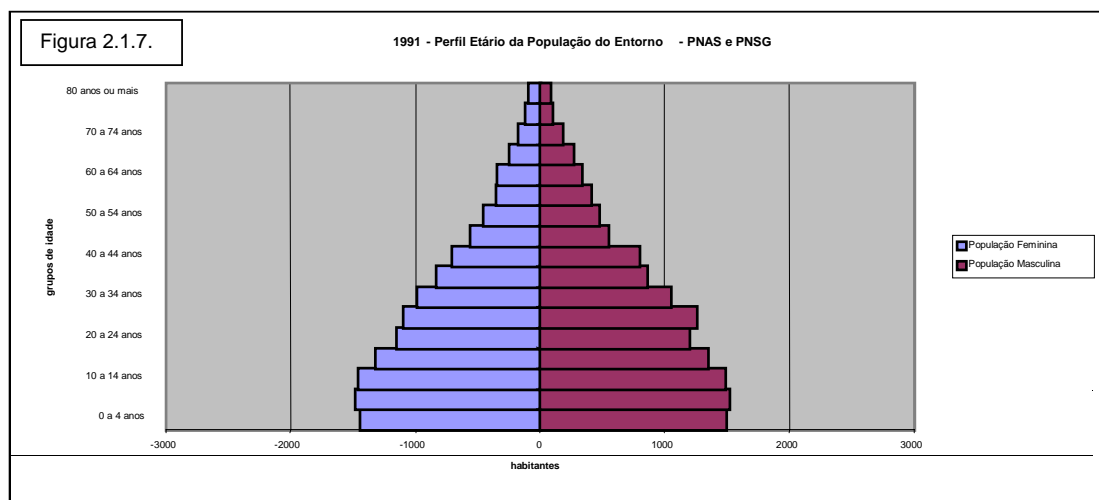




Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1970



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1980



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991

## 2.2 Situação Educacional

Os dados referentes à situação do ensino em Jacinto Machado e Praia Grande, foram extraídos dos censos do IBGE, do documento 'Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico' da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) e de entrevistas realizadas nas Secretarias Municipais de Educação. Os responsáveis pela elaboração do documento da AMESC indicam que não há necessidade de criação de mais unidades de ensino nos municípios catarinenses em questão, mas de melhorar as condições das unidades já existentes, com materiais didáticos e pedagógicos, e qualificar os recursos humanos destas unidades.

Figura 2.2.1. – Situação do ensino em Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul

	Jacinto Machado	Praia Grande	Cambará do Sul
Unidades pré- escolares	12	5	3
Matriculas na pré-escola	223	197	70
Docentes pré-escola	14	10	3
Relação matrículas X docentes pré-escola	15,9	19,7	23,3
Unidades de ensino fundamental	35	14	10
Matrículas no ensino fundamental	1.885	1.411	1.356
Docentes ensino fundamental	105	70	79
Relação matrículas X docentes ensino fundamental	18,0	20,2	17,2
Unidades de ensino médio	1	1	1
Matriculas no ensino médio	296	339	306
Docentes ensino médio	24	18	15
Relação matrículas X docentes ensino médio	12,3	18,8	20,4

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2000

A população maior de dez anos de idade dos três municípios tem níveis de escolaridade bastante semelhantes, sendo que Cambará do Sul tem uma população ligeiramente mais avançada em anos de estudo. Cerca de 30% da população destes municípios concluíram entre um e três anos de estudo, cerca de 40% concluíram de quatro a sete anos de estudo, e pouco mais de 10% da população não concluiu sequer um ano de estudo. A partir destas informações chega-se a conclusão que 40% do total da população ou é analfabeta ou o que chamamos de alfabetizado funcional, ou seja, aqueles que praticamente só desenham o nome, conhecem os números e nada mais. Sequer 20% da população destes municípios concluíram mais de oito anos de estudo; não mais de 3%, 6% e 7% da população de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul concluíram o segundo grau respectivamente, e sequer 1% da população de qualquer dos três municípios tem mais de 15 anos de estudo (figura 2.2.2.).

Em Cambará do Sul, todos os professores tem o magistério completo ou em vias de obtenção, a partir de curso oferecido no município vizinho de São Francisco de Paula. Das escolas do município, apenas duas são localizadas na sede (incluindo a escola de ensino médio) e as demais nas localidades, sendo que o município providencia transporte para os alunos poderem chegar as escolas. A taxa de aprovação dos alunos do município é de cerca de 88%. Há de se destacar o incentivo às disciplinas alternativas que são oferecidas e que fortalecem a vocação do município para o turismo e a conservação. Desde o início de 2002, fazem parte do currículo escolar de 1ª a 8ª série as disciplinas de educação ambiental, turismo e inglês.

Em Praia Grande a maioria dos professores da rede escolar tem o ensino superior completo. Destaca-se neste município as iniciativas que visam diminuir a evasão dos alunos em idade escolar tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende mais de cem crianças, e o programa Bolsa-Escola que atende mais de duzentas famílias. Há de se louvar também a criação do CEPROACA (ver nota de rodapé à página 13), que oferece disciplinas extra-curriculares tais como música, artes, dança, etc. com enfoque dado aos alunos que tem dificuldades de aprendizado.

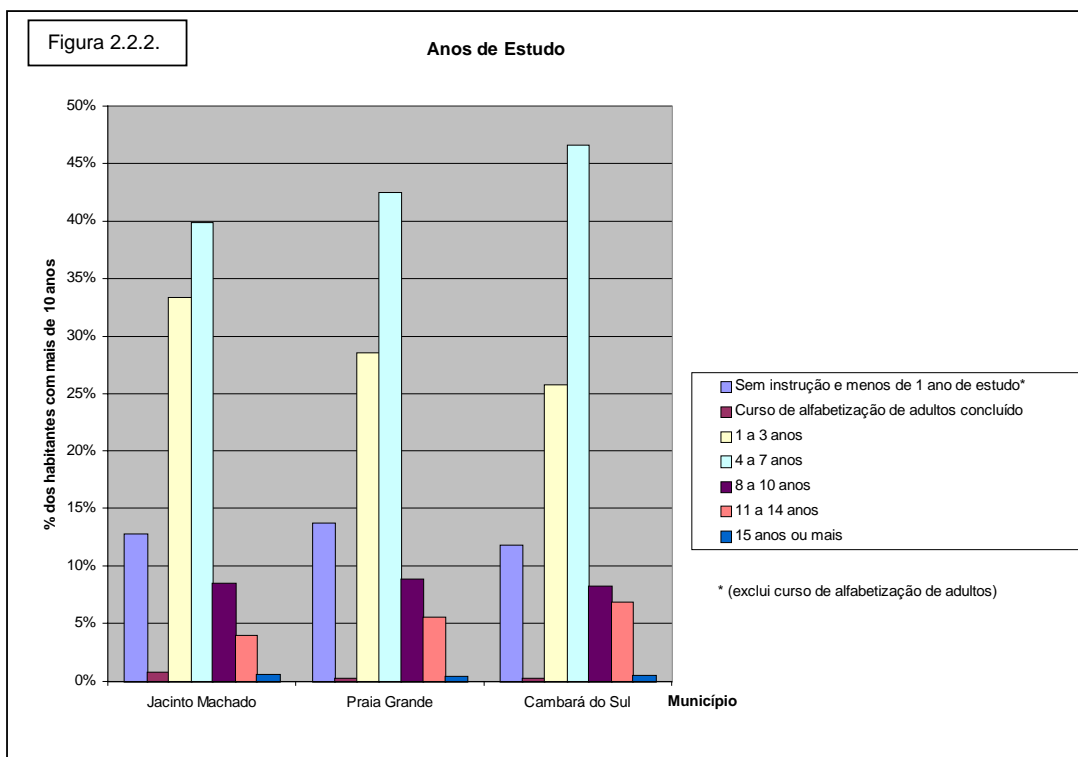
Em Jacinto Machado os professores também tem magistério ou estão em vias de completá-lo a partir de convênio firmado entre o município e a Universidade do Sul Catarinense, Unisul, campus de Araranguá. Neste município, cerca de 25% das unidades de ensino estão localizadas na sede enquanto que as demais atendem as localidades rurais. O transporte



destas à sede, para os alunos que estão cursando o ensino médio, é fornecido pela prefeitura.

Devido a pouca disponibilidade de cursos e a falta de especialização dos mesmos, muitos dos residentes dos municípios limítrofes aos Parques Nacionais buscam alternativas na região para especializarem-se. Em Sombrio, município limítrofe de Jacinto Machado há a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), a qual exerce influência tanto sobre os residentes de Jacinto Machado como de Praia Grande, os quais ingressam nos cursos de formação de técnico em agropecuária, técnico em informática e técnico em turismo rural.

Não há nos municípios de entorno aos Parques Nacionais nenhuma universidade ou outro tipo de estabelecimento de ensino superior. No entanto, existem opções de ensino superior nos pólos regionais mais próximos, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, tais como a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em Criciúma, a Unisul em Araranguá, a Ulbra em Torres, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) em Caxias do Sul e em Canela, e as recém criadas, Faculdade da Serra Gaúcha (FSG) e Faculdade dos Imigrantes (FAI) em Caxias do Sul. Por meio de seu Programa de Educação a Distância, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) atende em média três turmas de pedagogia em Praia Grande (91 alunos), em salas de aula anexas à sede da prefeitura. Para facilitar o acesso dos alunos que cursam o ensino superior fora do município, as prefeituras oferecem alguns convênios na forma de transporte gratuito às universidades mais próximas.



Fonte: Censo Educacional, IBGE – 1991

### 2.3 Saúde

Os três municípios de entorno aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e de Serra Geral apresentam desempenho razoável no que tange a saúde de seus habitantes e aos serviços médicos e hospitalares oferecidos.

Jacinto Machado destaca-se pelo alto índice de cobertura vacinal e pelo baixo índice de mortalidade infantil, acima da média estadual, de acordo com os dados fornecidos pela compilação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) de Santa Catarina de 2001 (ver figura 2.4.3.). Em entrevista realizada com o secretário de saúde do município, Sr. Hélio Giusti, o mesmo destacou que 11% do orçamento de Jacinto Machado é destinado a saúde, sendo que o município conta com um hospital particular de 38 leitos onde atuam três médicos e quatro plantonistas, sete postos de saúde sendo um na sede e os demais nas comunidades, e uma ambulância, a qual encontra-se em estado inadequado. Quando não há possibilidade de tratar uma enfermidade no município, o paciente é encaminhado a Araranguá e em casos mais sérios à Criciúma. É importante destacar que o hospital de Jacinto Machado recebe também pacientes dos municípios vizinhos de Santa Rosa e de Ermo, os quais não contam com hospitais próprios.

O secretário de saúde destacou ainda que a principal causa de mortalidade do município são as doenças cardiovasculares, possivelmente reflexo do estilo de vida da população e de seus hábitos alimentares.

Em Praia Grande a condição de saúde é mais precária do que em Jacinto Machado, como revela o componente de saúde do IDS de Santa Catarina. A cobertura vacinal, a mortalidade infantil e os demais indicadores que compõem o índice encontram-se significativamente abaixo da média estadual (figura 2.6.3.). O secretário de saúde do município não disponibilizou os dados solicitados referentes a situação de saúde e a estrutura de atendimento local.

Em Cambará do Sul, os componentes de saúde ligados ao Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) obtiveram índice baixo, ainda que o município estivesse em melhor posição do que mais de 70% dos demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul (figura 2.4.2.). Dados obtidos na secretaria de saúde do município revelam que a principal causa de mortalidade do município são as doenças cardiovasculares. O município conta com um hospital público que tem 33 leitos, e cinco postos de saúde sendo um na sede e quatro nas vilas. A ocupação dos leitos hospitalares é maior no inverno por conta das doenças respiratórias. Os hospitais de referência para onde são levados os pacientes cujas enfermidades não podem ser tratados localmente são levados a Porto Alegre ou a Caxias do Sul. O município não possui ambulância ainda que haja planos de adquirir uma no início de 2003. Atualmente o serviço é terceirizado pela empresa Cambará S/A, disponibilizando sua ambulância ao município.

No município existem diversos programas de saúde em andamento para a prevenção e o atendimento a diabetes e a hipertensão, assim como um programa de saúde da mulher (citopatológico). Encontram-se em fase de implantação programas voltados a saúde do trabalhador, a hanseníase e a tuberculose.

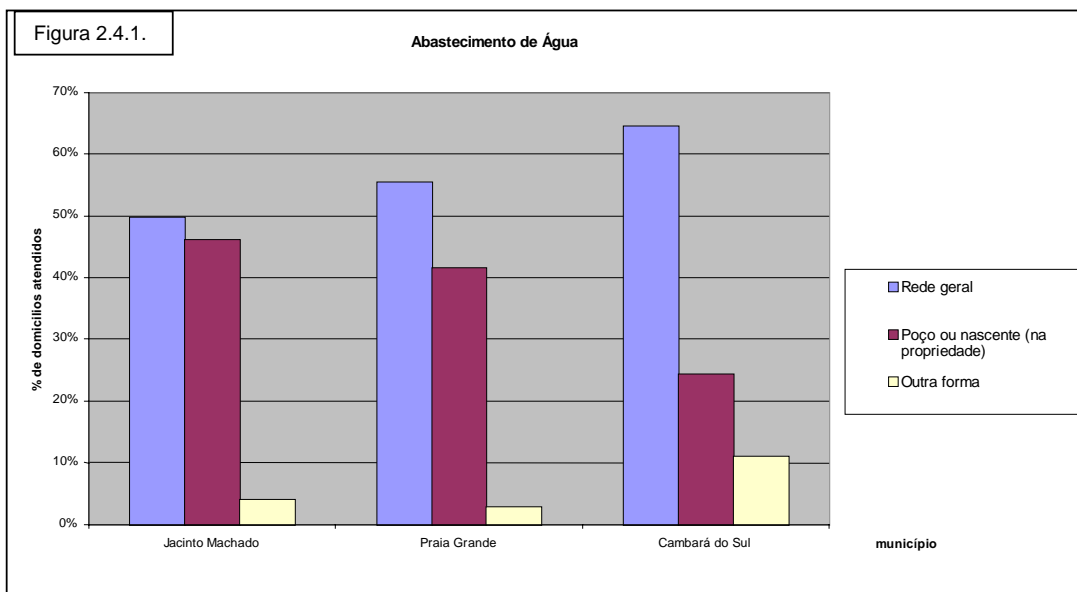
### 2.4 Saneamento básico.

A disponibilidade de água tratada, a existência e as condições das instalações sanitárias, e o tratamento dispensado ao lixo são importantes indicadores de qualidade de vida com reflexos diretos sobre a saúde e o bem estar da população. Em se tratando de municípios predominantemente rurais, cujas construções são pouco adensadas e com zonas urbanas relativamente pequenas, não é surpresa que os municípios de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul tenham estruturas bastante precárias no que se refere ao abastecimento de água, saneamento e destino do lixo. Embora a situação ideal seja de

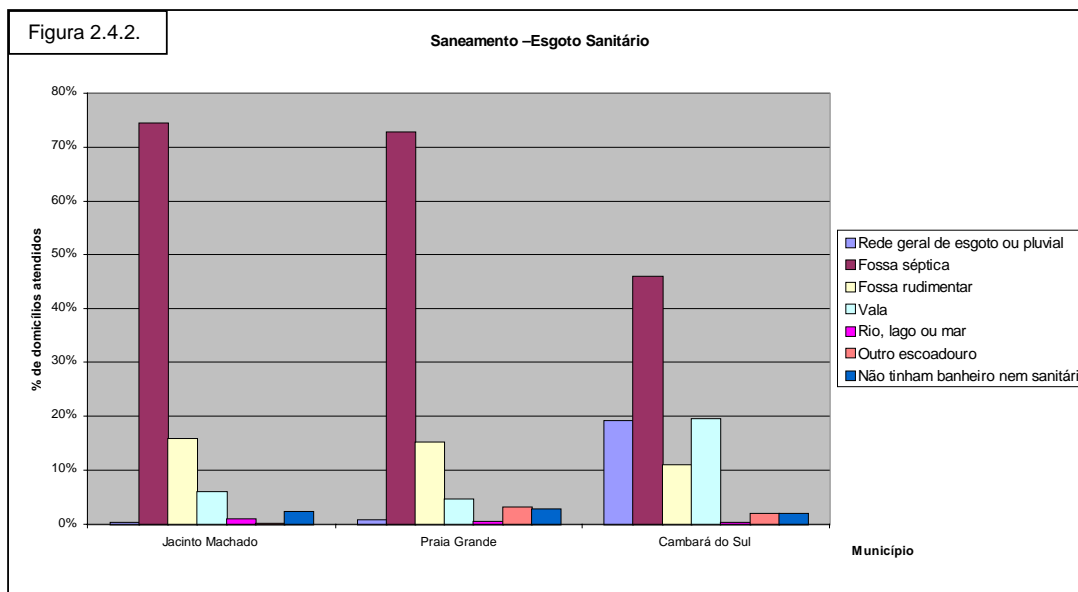
disponibilidade de rede coletora de esgotos e abastecimento de água, a incumbência de prover a infraestrutura é do poder público, e na ausência da mesma, as alternativas encontradas pelas populações indicam os condicionamentos derivados de sua condição de renda. Em geral, Cambará do Sul apresenta uma melhor estrutura do que Jacinto Machado e Praia Grande no que se refere a lidar com estas questões, possivelmente resultante de estímulos e investimentos por parte do governo do Rio Grande do Sul em prover este tipo de infraestrutura.

A água que abastece Cambará do Sul está sob concessão da CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento, cujo sistema de captação provém principalmente de poços artesianos, mas também conta com barragens. Em Praia Grande o abastecimento de água é feito pela CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento enquanto que em Jacinto Machado o abastecimento é feito pela SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto. A rede pública que abastece os municípios atinge 50%, 55% e 65% dos domicílios de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul respectivamente e abrangem principalmente as áreas urbanas. Muitas das propriedades rurais obtém água a partir de poços ou nascentes, sendo que o fornecimento é feito desta forma em 46%, 42% e 24% dos domicílios respectivamente. O restante dos domicílios obtém água de outras formas não especificadas pelo IBGE no censo de 2000 (figura 2.4.1.).

Fonte: Censo IBGE, 2000



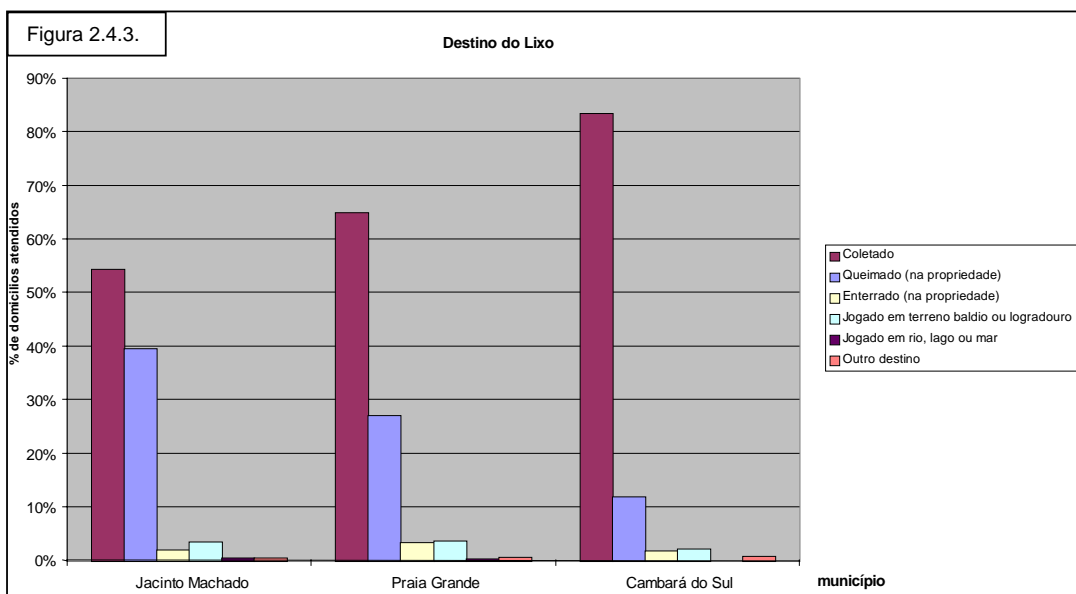
A estrutura de saneamento da região não tem capacidade para receber e tratar os dejetos produzidos nos municípios de entorno aos Parques Nacionais. A coleta de esgoto sanitário na rede pública é praticamente inexistente nos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande, não chega sequer a 1% dos domicílios, enquanto que em Cambará do Sul a rede pública de esgotos capta os dejetos de 19% das residências. A maior parte dos efluentes domésticos é tratada em fossas sépticas, chegando a 74,5% do total em Jacinto Machado, 72,8% em Praia Grande e 46,0% em Cambará do Sul. O tratamento em fossas rudimentares chega a 15,8% do total em Jacinto Machado, 15,2% do total em Praia Grande e 11,0% do total em Cambará do Sul, sendo que neste município a porcentagem de dejetos que são despejados em valas chega a 19,5% (figura 2.4.2.).



Fonte: Censo IBGE, 2000

Apesar dos três municípios contarem com um sistema de coleta de lixo, as áreas para onde o lixo vem sendo destinado não estão regularizadas, caracterizando-se como lixões a céu aberto, localizados nos próprios municípios. Em Jacinto Machado 54,3% dos domicílios tem lixo coletado, índice que é de 64,9% em Praia Grande e de 83,4% em Cambará do Sul. Dos domicílios que não são atendidos pela coleta de lixo, uma boa parte queima os rejeitos sólidos enquanto que em menor escala ocorre também de o lixo ser enterrado, jogado em terrenos baldios ou jogado em rios. A queima do lixo ocorre em até 39,5% dos domicílios de Jacinto Machado, 27,1% dos domicílios de Praia Grande e 11,9% dos domicílios de Cambará do Sul (figura 2.4.3.).

Em Cambará do Sul existem três áreas de descarte de resíduos sólidos e há uma caçamba a disposição para realizar a coleta. No entanto, a coleta não abrange às vilas mais distantes da sede, algumas das quais são atendidas pelo sistema de manejo de resíduos sólidos da Celulose Cambará. Informalmente, ocorre a seleção de materiais recicláveis do lixo in natura por parte de um pequeno grupo familiar, que comercializa estes materiais.

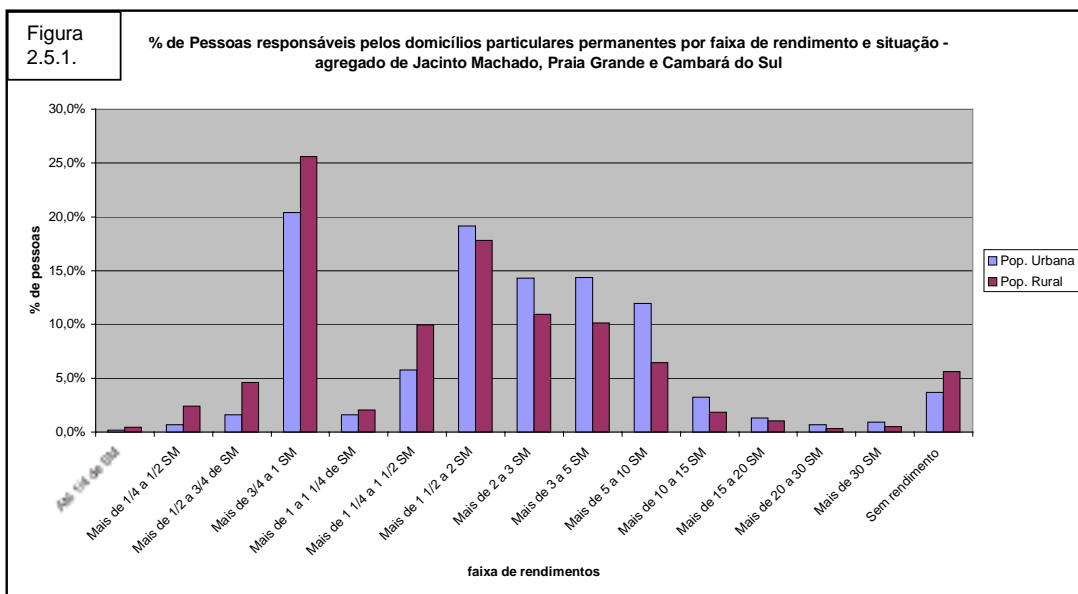


Fonte: Censo IBGE, 2000

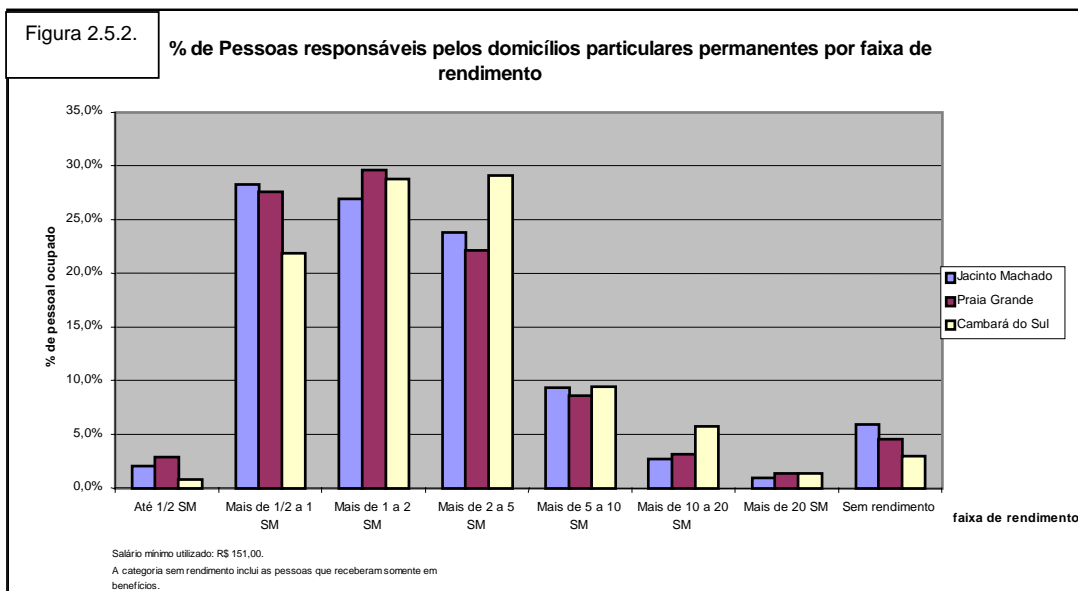
## 2.5 Renda

Conforme demonstrado pelos indicadores sociais, a renda é a medida de desenvolvimento que apresenta maior precariedade nestes municípios. Na análise dos dados do censo 2000 do IBGE destaca-se o rendimento da população rural, bastante inferior ao da população urbana, o que reforça a idéia de que o êxodo rural é, pelo menos em parte, motivado por uma perspectiva de melhor qualidade de vida e oportunidades nos centros urbanos.

Nas áreas urbanas, 23,0% dos responsáveis pelos domicílios permanentes tem rendimento inferior a um salário mínimo enquanto que na área rural este percentual sobe para 33,1%. Mesmo para faixas de rendimento maior, esta tendência se mantém: 78,1% dos responsáveis pelos domicílios permanentes na área urbana tem rendimento inferior a cinco salários mínimos enquanto que este percentual é de 84,1% na zona rural (figura 2.5.1.).  
Fonte: Censo 2000, IBGE.



Apesar de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul apresentarem características razoavelmente parelhas nesta questão, os rendimentos dos responsáveis pelos domicílios permanentes em cada município mostram que a população de Cambará do Sul tem uma ligeira vantagem relativa aos municípios catarinenses. Os responsáveis pelos domicílios permanentes de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul com rendimento inferior a um salário mínimo somam 30,2%, 30,5% e 22,6% respectivamente. A porcentagem de responsáveis pelos domicílios permanentes com rendimento inferior a cinco salários mínimos é de 81,0%, 82,2% e 80,5% respectivamente, demonstrando maior nivelamento do que nas faixas menores de rendimento (figura 2.5.2.).



Fonte: Censo 2000, IBGE.

## 2.6 Indicadores sociais

Para avaliar a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento dos municípios, os índices de desenvolvimento, sejam eles de desenvolvimento humano ou social, são na atualidade considerados os melhores instrumentos disponíveis por agregar uma série de indicadores abrangendo questões econômicas, de saúde e de educação, além de permitir a comparação entre municípios. Embora haja semelhança nas metodologias para a formulação destes indicadores, há algumas diferenças na forma como os indicadores são elaborados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Mesmo nos indicadores de Santa Catarina houveram alterações nos componentes dos mesmos de 2000 em diante, substituindo o índice de desenvolvimento humano (IDH) pelo índice de desenvolvimento social (IDS). Cabe destacar ainda que, o índice social municipal ampliado (ISMA) do Rio Grande do Sul foi compilado de 1991 a 1998, não havendo dados disponíveis para Cambará do Sul nos anos posteriores.

Os indicadores demonstraram haver uma precariedade em diversos quesitos nestes municípios, os quais apresentaram índices inferiores às médias estaduais.

O ISMA é composto de quatorze componentes divididos em quatro categorias com peso igual, sendo eles condições de domicílio, educação, saúde e renda. No ISMA de 1998, Cambará do Sul obteve um índice de 0,46, ficando abaixo da média do estado de 0,55, situando o município na 315ª posição dentre os 467 municípios do estado. Como destaque negativo, o município obteve um índice de 0,31, alcançando a 453ª posição do estado no que se refere à renda, quesito composto pelas taxas de despesa social, índice de Gini (medidor de concentração de renda) e o PIB municipal per capita. Nos demais quesitos do ISMA, condições de domicílio, educação e saúde, Cambará do Sul teve desempenho razoável, obtendo índices de 0,55, 0,52 e 0,49 colocando-se na 189ª, 394ª e 127ª posição no estado para os respectivos quesitos. Na série histórica, Cambará do Sul vem mantendo seu índice de forma razoavelmente estável, sendo que de 1991 a 1993 o ISMA do município foi de 0,45 e de 1994 a 1998 o índice alcançado foi de 0,46. Na realidade, pode se falar em uma pequena perda de qualidade de vida uma vez que a média estadual aumentou em 0,02 entre 1991 e 1998.

Figura 2.6.1. – Índice Social Municipal Ampliado, Cambará do Sul e RS

ORD. 98		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	TOTAL DO RS	0,53	0,54	0,54	0,54	0,55	0,55	0,55	0,55
315	Cambará do Sul	0,45	0,45	0,45	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46

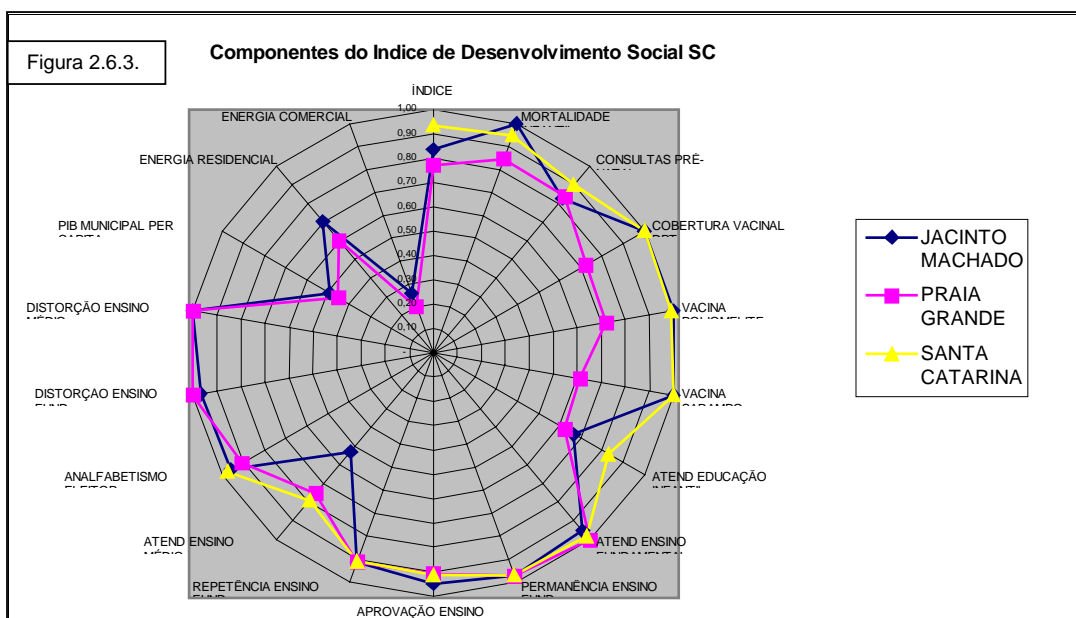
Fonte: ISMA, RS. 1991-1998. FEE/NIS

Figura 2.6.2. – Componentes do Índice Social Municipal Ampliado, Cambará do Sul.

Colocação	Quesito	Índice
189	Domicílio/saneamento	0,55
394	Educação	0,52
453	Renda	0,31
127	Saúde	0,49

Fonte: ISMA, RS. 1998. FEE/NIS

Os municípios catarinenses tem como índice social mais recente o IDS, composto de dezessete indicadores pertencentes a três categorias, sendo elas saúde, educação e economia. Tanto Jacinto Machado como Praia Grande tiveram desempenho sofrível, abaixo da média estadual de 0,93, alcançando 0,84 e 0,77 e colocando-se na 198ª e 263ª posição respectivamente, num total de 293 municípios.

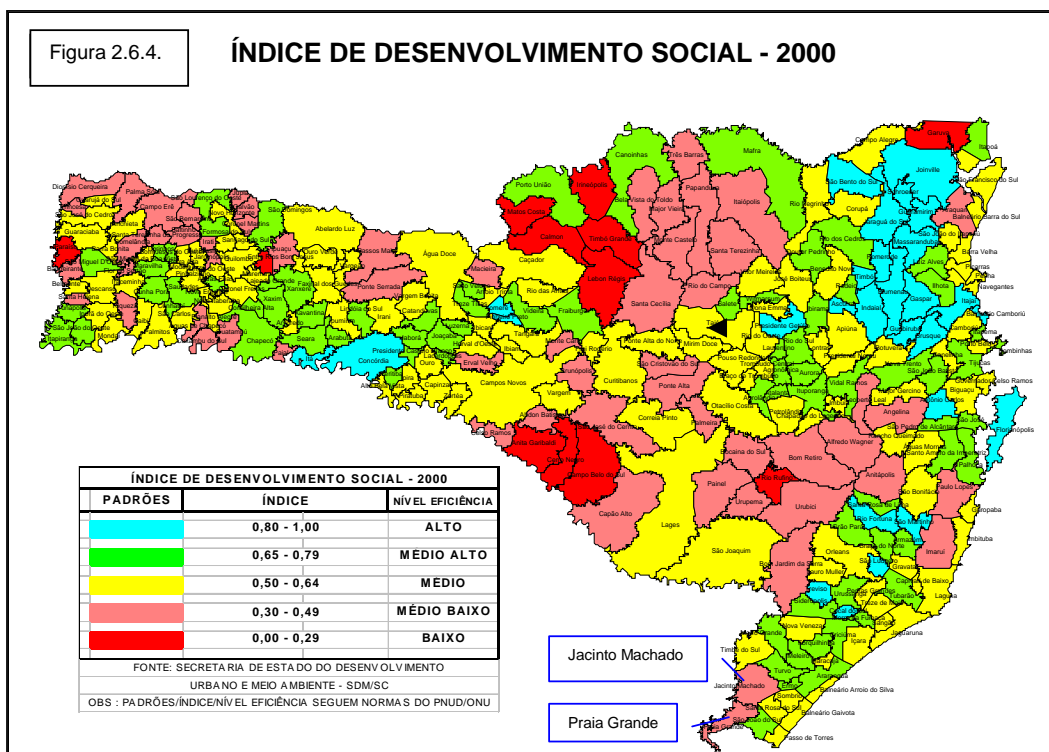


Fonte: DURB, Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente/SC – 2001.

Como destaque positivo, Jacinto Machado alcançou a nota máxima em diversos quesitos, incluindo mortalidade infantil, cobertura vacinal DPT, vacina poliomelite, vacina sarampo, e distorção do ensino médio. Em Praia Grande a nota máxima foi alcançada no atendimento do ensino fundamental, na distorção do ensino fundamental e também do ensino médio. Negativamente, destacam-se nos dois municípios o PIB municipal per capita e o uso de energia elétrica para fins comerciais com índices alcançados inferiores a 0,50.

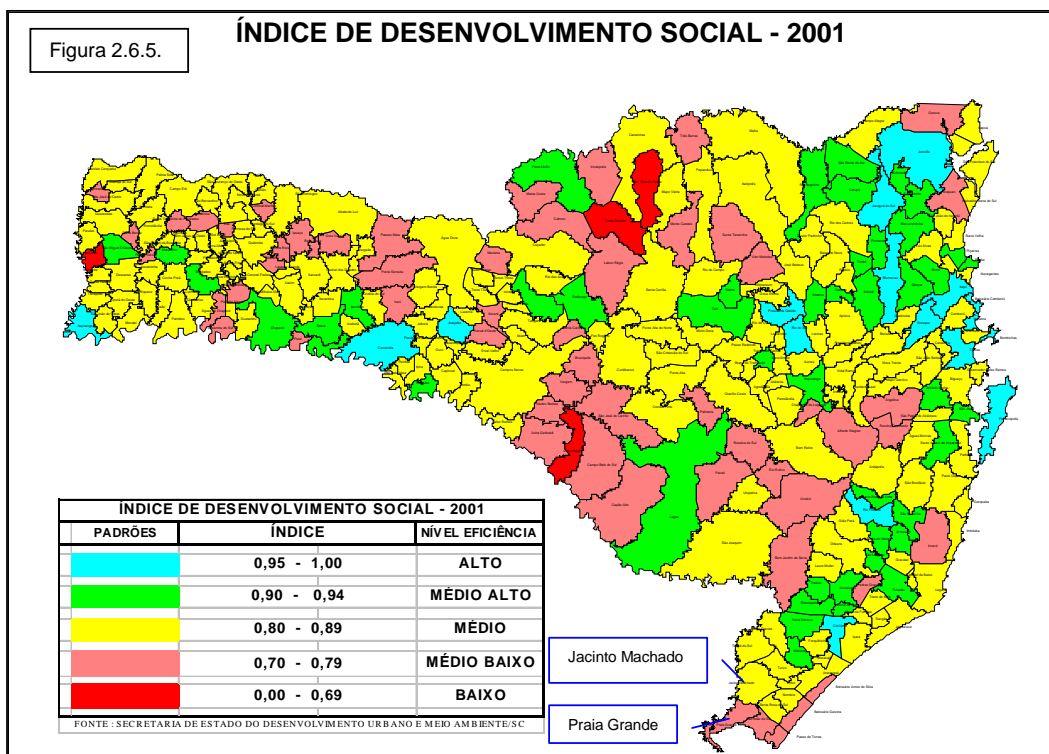
Na comparação com o IDS de Santa Catarina em 2000 (figura 2.6.4.), houve uma evolução significativa em Jacinto Machado em 2001 (figura 2.6.5.), tanto que o município passou de

um nível de eficiência em desenvolvimento social 'médio baixo' para 'médio', passando da 238ª posição para 198ª. No caso de Praia Grande, pese a manutenção do nível de eficiência 'médio baixo', uma vez que em 2000 o município estava colocado na 236ª posição e em 2001 estava em 263ª. A classificação de Praia Grande no nível de eficiência 'médio baixo' em 2001 implica neste município ser um dos 56 municípios qualificados para o PROCIS 2002, Programa Catarinense de Inclusão Social, o qual objetiva elevar os níveis de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios mais carentes de Santa Catarina, através de implementação de medidas compensatórias. Estas medidas compensatórias vão desde aumentos no percentual da verba repassada até a ampliação da oferta e da gama de atuação dos programas de incentivo e programas sociais para o município, as empresas nele situadas e seus habitantes.



FONTE: Diretoria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2000.





FONTE: Diretoria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2001.

## 2.7 Infraestrutura Básica

### 2.7.1 Vias de Acesso

O acesso aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral pode ser feito através de duas vias de acesso principais. Um dos acessos se dá a partir do planalto gaúcho e serve à Porto Alegre e demais municípios do interior do Rio Grande do Sul. O outro acesso se dá a partir da BR-101, servindo tanto Torres (RS), como os demais municípios do litoral catarinense incluindo Florianópolis.

A ligação entre Porto Alegre e os Parques Nacionais se dá pela rodovia estadual RS-020, passando por Taquara, São Francisco de Paula e Cambará do Sul. Daí, segue-se pela RS-429, num trajeto onde a estrada é de terra, desde Cambará do Sul até a portaria Galha Azul, distante 197 km da capital. A partir de Cambará do Sul é possível aceder ao Posto de Informação e Controle (PIC) do Cânion Fortaleza no Parque Nacional de Serra Geral, seguindo por estrada de terra em um trajeto de 21 km. Como alternativa desde Porto Alegre, pode tomar-se o caminho do litoral, pela BR-290 até Osório e de lá até Torres, pela BR-101 ou pela RS-389 (“Estrada do Mar”). De Torres, segue-se por um trajeto de 9 km a partir do qual chega-se a SC-450 que leva até Praia Grande. A partir daí percorre-se a Serra do Faxinal (RS-429) até a portaria Galha Azul, num percurso de 19 km.

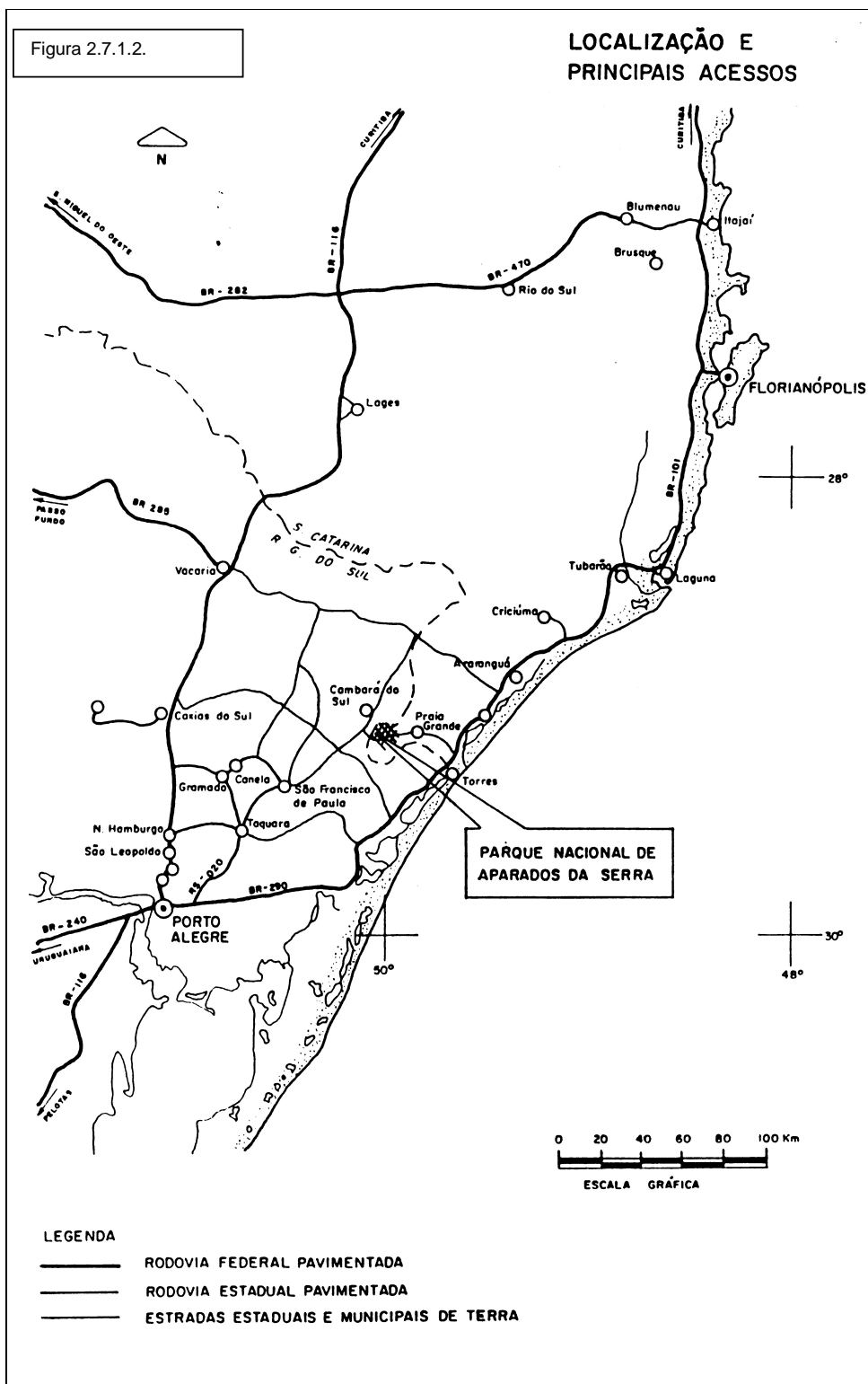
O acesso aos Parques a partir de Florianópolis é feito pela BR-101 em direção ao sul do estado. Saindo da BR-101, toma-se a SC-450 por 22 km até Praia Grande e a partir daí a Serra do Faxinal até a portaria Galha Azul.

Havia no passado um acesso mais curto ao Parque Nacional de Aparados da Serra a partir de Porto Alegre, o qual foi interdito junto com a portaria Ponte das Camisas, tornando o caminho via Cambará do Sul pela portaria Gralha Azul o único acesso ao Parque Nacional.

Figura 2.7.1.1. - Distâncias do PNAS (AD Gralha Azul) às principais cidades da região de acordo com as vias de acesso adotadas.

CIDADE	ACESSO	DISTÂNCIA (km)
Florianópolis	BR 101 / SC 450 / RS 429	325
Porto Alegre	RS 20 / RS 429	197
Porto Alegre	BR 290 / BR 101 / RS 429	258
Cambará do Sul	RS 429	17
Praia Grande	RS 429	19
São Francisco de Paula	RS 20 / RS 429	85
Torres	SC 450 / RS 429	61

Fonte: MMA/IBAMA – Plano de Uso Público, PNAS. 1995.



Fonte: Plano de Ação Emergencial – Parque Nacional de Aparados da Serra, 1995

### 2.7.2 Comunicações

Os três municípios contam com serviços de telefonia fixa que abrangem tanto a sede como as localidades, mesmo as mais remotas. A telefonia celular também está disponível nestes municípios, apesar de não haver recepção de sinal que viabilize o serviço em boa parte da área, especialmente no interior dos Parques Nacionais onde a topografia é tida como fator limitante.

Apesar dos três municípios receberem sinal de emissoras de televisão regionais, não há em nenhum deles retransmissoras locais. De acordo com os registros da Superintendência de Comunicação de Massa do Ministério das Comunicações, em Jacinto Machado há uma rádio FM local, a Rádio Integração Ltda., uma emissora AM (1190 KHz), e dois processos de abertura de rádios comunitárias em andamento, Rádio Comunitária de Jacinto Machado e a Assistência Social os Heróis de Fé. Já em Praia Grande há uma licença em aberto para emissora de rádio FM que não está em operação, nenhuma emissora AM e um processo de abertura de rádio comunitária em andamento, a Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Amiga de Praia Grande. Em Cambará do Sul também há uma licença aberta para transmissão de emissora de rádio FM, nenhuma emissora AM nem iniciativas de rádios comunitárias.

### 2.7.3 Energia Elétrica

De acordo com os dados fornecidos pela DURB/SDM referentes ao ano 2000, havia em Jacinto Machado 1.166 consumidores de energia elétrica residencial os quais tem um consumo médio de 1.752 kWh, valor baixo quando comparado à média do consumo residencial de SC de 2.239 kWh. Se cruzarmos este com o censo do IBGE realizado em 2000 que indica a presença de 2.296 domicílios particulares permanentes no município, o índice de atendimento de energia elétrica residencial é de 51%. O atendimento ao consumidor de energia elétrica comercial alcança 283 consumidores, os quais consomem em média 3.833 kWh, valor significativamente inferior à média estadual de 11.315 kWh e que rendeu ao município a classificação pela DURB/SDM em um nível de eficiência baixo.

Em Praia Grande o fornecimento de energia elétrica residencial alcança 1.074 consumidores, com um consumo médio de 1.587 kWh, também bastante inferior à média estadual. De acordo com o IBGE, em 2000 havia 2.151 domicílios particulares permanentes no município, com índice de atendimento de 50%. O consumo de energia elétrica para fins comerciais alcança 223 usuários, os quais consomem 3.254 kWh em média, valor que também rendeu a classificação de nível de eficiência baixo. É fundamental ressaltar que a Cooperativa de Eletrificação de Jacinto Machado atua também em Praia Grande, provendo a estes municípios a eletrificação da rede rural.

Em Cambará do Sul os dados mais recentes disponibilizados pela CEEE são de 1993 a 1995 e podem ser vistos na figura 2.7.3.1., abaixo. Os níveis de consumo são bastante similares aos de Jacinto Machado e Praia Grande, tanto para o uso residencial como comercial. Infelizmente não há dados disponíveis que demonstrem a cobertura da rede elétrica no município. É interessante notar que a Cambará Celulose S/A, maior empregador e maior indústria do município, tem sua própria usina de geração de energia, proporcionando-lhe auto-suficiência e capaz de gerar 8 MWh.

Figura 2.7.3.1. - Consumo de energia elétrica em Cambará do Sul por classe de consumo - 1993-95

CLASSES	1993	1994	1995
Residencial	2 012	1 922	2 219
Industrial	3 509	3 911	4 283
Comercial	445	388	438
Setor Público	513	617	692
Rural	232	246	251
Outros	2	2	2
TOTAL (1)	6 714	7 087	7 884

(1) O somatório das parcelas pode não coincidir com o total em função de arredondamentos efetuados nos dados parciais.

Fonte: CEEE, RS. 1995.

## 2.8 Organização Social

As principais organizações sociais da região de entorno aos Parques Nacionais já foram levantadas pela administração dos mesmos, e hoje constituem o Conselho Consultivo das referidas Unidades de Conservação. O Conselho Consultivo está organizado setorialmente entre órgãos públicos, setor empresarial, entidades trabalhadoras, comunidades do entorno, população residente, entidades ambientais, entidades recreativas sem fins lucrativos e comitês e fóruns.

As organizações que fazem parte do Conselho Consultivo estão listadas abaixo:

Instituições Governamentais	
IBAMA	Chefia do PNAS e PNSG
Governo do Estado do RS	Secretaria de Turismo – SETUR/RS
	Secretaria de Meio Ambiente – SEMA/RS
	Secretaria de Segurança Pública – RS – Brigada Militar
Governo do Estado de SC	Secretaria de Turismo – SANTUR/SC
	Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA/SC
	Secretaria de Segurança Pública – SC – Polícia Ambiental
Município de Cambará do Sul/RS	Secretaria de Turismo do Município de Cambará do Sul
	Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Município de Cambará do Sul
	Secretaria de Educação do Município de Cambará do Sul
	Secretaria da Agricultura do Município de Cambará do Sul
Município de Praia Grande/SC	Secretaria de Turismo do Município de Praia Grande
	Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Município de Praia Grande
Município de Jacinto Machado/SC	Secretaria de Turismo do Município de Jacinto Machado
	Secretaria de Saúde e Meio Ambiente de Jacinto Machado
Município de Meleiro/SC	Secretaria de Turismo do Município de Meleiro
Município de Morro Grande/SC	Secretaria de Turismo do Município de Morro Grande
Instituições de Pesquisa e Extensão Rural	Emp. Pesq. Agropecuária e Ext. Rural – EPAGRI – SC
	Assoc. Riograndense Emp. Assit. Téc. Ext. Rural – EMATER –RS
	Escola Agrotécnica de Sombrio – SC

Instituições Educacionais	Escola Agrotécnica de Sombrio – SC
	Escola Estadual de Ensino Médio de Canela – CS/RS
Entidades de Sociedade Civil Organizada	
Entidades de Trabalhadores	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – CS/RS
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – PG/SC
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – JM/SC
	Sindicato da Indústria e Construção Imobiliária – CS/RS
Entidades de Classe	Câmara dos Dirigentes Lojistas de JM – SC
	Câmara dos Dirigentes Lojistas de SC.
Associações de Produtores	Assoc. Cambaraense de Piscicultores – APISC/RS
	Assoc. Cambaraense de Artesãos – ACART/RS
	Assoc. Cambaraense de Produtores de Leite – ACAPROL/RS
Associações de Moradores	Assoc. de Moradores do Morro Agudo – CS/RS
	Assoc. de Moradores da Vila Unidos – CS/RS
	Assoc. dos Moradores do Bairro Boa Esperança – CS/RS
	Assoc. dos Moradores do Bairro Azulega – CS/RS
	Assoc. dos Moradores de Bom Retiro – CS/RS
Associações de Turismo	Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul
	Assoc. Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo – APCE/SC
	Assoc. Portoalegrense Escalada. Cânion Alta. Mont. – RS
	Assoc. Gaúcha de Montanhismo – RS
	Assoc. Cambaraense de Condutores de Ecoturismo – RS
	A.T.F. Caminhos da Neve – Gramado/RS
	Assoc. Cambaraense Pró- Turismo – RS
Assoc. Tigre Preto Condutores de Ecoturismo – JM/SC	
Associações Educativas	Assoc. Pais e Mestres Escola Pres. Moraes – CS/RS
	Estudantes Cambaraenses Assoc. – CS/RS
	Circulo de Pais e Mestres do Col. Imaculada Conceição – CS/RS
População Residente	Assoc. de Proprietários no PNAS/SG: Representante de Moradores dos Parques PNAS/SG
Entidades Recreativas	Associação Cânions da Serra Geral – ACASERGE/RS
	Assoc. Brasileira de Canionismo – ABCanion/RS
	Sociedade Recreativa XV de Março – CS/RS
	Centro Esportivo José Eri DeZorzi – CS/RS
	CTG Peão da Estância – CS/RS
Comitês, Fóruns e Conselhos	Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul de SC
	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RS
	Comitê da Bacia do Rio Araranguá – SC
	Pró-comitê do Mampituba – SC
	Conselho de Desenvolvimento Rural – CONDER/RS
	Conselho Mun. de Assistência Social de Cambará do Sul – RS
	Orçamento Participativo de Cambará do Sul – RS
Entidades Ambientistas	Núcleo Amigos da Terra/ Brasil – RS
	Associação Ecológica de Canela – ASSECAN – RS
	Associação Ambiental Projeto Curicaca – CS/RS
	Sócios da Natureza –SC
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
	Universidade Luterana do Brasil –ULBRA/Torres
	Unversidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Consultores e Pesquisadores:	Botânica: Prof. Luiz Moura Batista Prof. Dra. Vanilde Citadini Sanette Prof. M.Sc. Robson dos Santos
	Fauna: Prof. Flávio Silva Prof. Renato Petry Leal
Setor Privado	
Empresas de Produção e Atendimento	Cambará Celulose S/A – CS/RS
	Reflorestadores Unidos S/A – CS/RS
	Fundação de Saúde São Jose – CS/RS
	Agrover Agricultura e Reflorestamento Ltda. – CS/RS
Empresas de Turismo	Cavalgados Campo Fora Brasil – RS
	Eco-Brasil – RS
	Refúgio Ecológico Pedra Afiada – PG/SC
	RS Tour – RS
	Expedições Caa Ete Ecoturismo e Aventura – PoA/RS
	Risco Zero – Turismo e Aventura – RS
	Restaurante e Café Itaimbezinho Ltda. – CS/RS
	Pousada Por do Sol – CS/RS
	Cânion Agência de Viagem e Turismo Ltda. CS/RS
	Atitude Ecologia e Turismo – CS/RS

### 3. ASPECTOS ECONÔMICOS

#### 3.1 Atividades Econômicas

As atividades econômicas nos municípios de entorno dos Parques Nacionais refletem a transição de comunidades que tem vocação e tradição rural, mas passam por período de urbanização e diversificação de atividades. A maior oferta de produtos e serviços, aliado ao crescimento das atividades que agregam valor a produção primária dos municípios e mais recentemente do turismo, tem criado demanda de mão-de-obra para os residentes destes municípios. Neste sentido, Cambará do Sul destaca-se pela cadeia silvícola, incluindo-se aí as empresas Celulose Cambará S/A e Reflorestadores Unidos S/A, e pela forma como o turismo tem se desenvolvido. As atividades econômicas de Jacinto Machado não evoluíram da mesma forma que em Cambará do Sul, pese ao crescente número de indústrias de beneficiamento da produção agrícola local. A principal debilidade identificada na relação do município com os Parques Nacionais é a falta de estrutura da indústria turística local, ignorada em grande parte pela iniciativa privada e a administração pública. Já a economia de Praia Grande tem crescente participação das indústrias, do comércio e, ainda que de forma modesta que em Cambará do Sul, da indústria turística, que desponta como alternativa e complemento ao setor rural.

Figura 3.1.1. – Peso Relativo do Valor Adicionado Bruto dos Setores de Atividade Econômica.

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos, por setores de atividade econômica - 1999											
Município	Agropecuária		Indústria		Serviços						Total do VAB
					Comércio		Demais Serviços		Total dos Serviços		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Jacinto Machado	457.138	9%	2.415.826	48%	1.050.164	21%	1.127.523	22%	2.177.687	43%	5.050.651
Praia Grande	608.848	9%	2.302.358	36%	3.296.992	51%	270.203	4%	3.567.195	55%	6.478.401
Cambará do Sul	7.329.039	17%	16.051.092	37%	962.165	2%	19.183.329	44%	20.145.494	46%	43.526.435

FONTE RS: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

FONTE SC: Secretaria de Estado da Fazenda, Núcleo de Estatística e Informática (DIEF, 1999)

Na análise do valor adicionado bruto dos setores de atividade econômica de cada município, a figura 3.1.1. acima revela a importância relativa de cada setor frente ao outro, e o peso que cada um tem na economia do respectivo município. No entanto, quando da comparação direta entre os municípios há de se fazer a ressalva de que os dados para Cambará do Sul e os municípios catarinenses foram obtidos a partir de uma fonte diferente, apresentando distorções entre si enquanto aos valores reais e a classificação de determinadas atividades em diferentes setores.

Em Jacinto Machado o setor da indústria tem maior valor adicionado entre os setores, puxado principalmente pelas atividades de fabricação de móveis de madeira, respondendo por 15% do valor adicionado total, e da geração e distribuição de energia que responde por 22% do valor adicionado total. É por conta da presença da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, que atua na distribuição de eletricidade de diversos municípios da região incluindo Praia Grande, a atividade tem tamanha expressão. O setor do comércio é pouco menor que o de serviços; o setor agropecuário é o de menor expressão no município, destacando-se pelo beneficiamento do arroz, atividade que contribui com 9% do valor adicionado total.

Em Praia Grande o comércio tem o maior valor adicionado entre os setores, sendo que a venda de materiais elétricos e de implementos agrícolas tem peso de 26% e de 8% no valor adicionado total do município, respectivamente. A indústria, que tem como principais atividades a fabricação de plásticos industriais e de calçados (geradores de resíduo), é o segundo maior setor. Por fim, há o setor agropecuário, por conta dos cereais e do arroz.

Cambará do Sul tem no setor terciário o maior valor adicionado, incluindo-se aí as atividades relacionadas ao turismo. Segundo maior valor adicionado é atribuído à indústria, sendo a



fabricação de celulose a principal atividade do setor. O setor agropecuário vem em seguida, impulsionado pelas atividades de pecuária e silvicultura.

As unidades de comércio ligadas ao setor primário tem diminuído em quantidade a medida que as associações, as cooperativas, e os departamentos florestais e agropecuários das indústrias de beneficiamento da produção agrícola e silvícola tem concentrado a comercialização da produção. Os produtores rurais espalhados pelos municípios, por se tratarem de pequenos produtores com volume de produção individual praticamente inexpressivo na maioria dos casos, preferem comercializar seus produtos em grupo.

Por outro lado, as unidades de comércio ligadas ao setor secundário tem aumentado à medida que surgem oportunidades novas para agregar valor à produção primária. Destaca-se neste setor as indústrias de transformação, que além dos tradicionais fabricantes de moveis de madeira, tem diversificado sua atuação. Como exemplo, podemos citar a transformação da banana em Jacinto Machado, onde existem três indústrias que surgiram recentemente e que produzem balas de banana.

O setor terciário, dos comércios e serviços, tem crescido rapidamente, impulsionado pelo crescimento da população urbana e do turismo. Em todos os municípios, o comércio é a atividade com maior número de unidades, dividindo entre comércios tradicionais, tais como supermercados, postos de gasolina, açougues, etc., e o comércio dirigido a público específico. Neste ramo podemos destacar os pontos de venda de artesanato, de equipamentos de esporte de aventura e dos produtos da Cooperativa de Produtores Ecológicos em Praia Grande.

Figura 3.1.2. – Número de unidades locais e pessoal ocupado por setor (Jacinto Machado)  
Fonte: IBGE, 2000

Setor	Classificação de atividades (CNAE)	Jacinto Machado									
		Número de unidades locais (Unidade)					Pessoal ocupado total (Pessoas)				
		1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Primário	A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2	2	2	3	2	X	X	X	4	X
	B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	C Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secundário	D Indústrias de transformação	33	35	39	50	46	158	210	273	423	410
	E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2	2	3	3	3	X	X	27	27	28
	F Construção	1	-	1	1	1	X	-	X	X	X
Terciário	G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	121	111	110	133	133	209	209	202	254	269
	H Alojamento e alimentação	8	7	5	4	4	8	8	10	7	8
	I Transporte, armazenagem e comunicações	14	15	13	14	14	59	56	67	69	52
	J Intermediação financeira	4	4	4	3	3	16	16	17	20	20
	K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8	5	4	7	5	10	7	6	12	9
	L Administração pública, defesa e seguridade social	2	2	2	2	2	X	X	X	X	X
	M Educação	1	1	1	-	-	X	X	X	-	-
	N Saúde e serviços sociais	3	2	2	3	4	33	X	X	30	28
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	25	22	53	65	29	44	41	47	37	42	
<b>Total</b>		<b>224</b>	<b>208</b>	<b>239</b>	<b>288</b>	<b>246</b>	<b>537</b>	<b>547</b>	<b>649</b>	<b>883</b>	<b>866</b>

Entre 1996 e 2000 houve forte crescimento nas atividades de comércio, indústrias de transformação e serviços em geral no município de Jacinto Machado, tanto em termos de unidades que exercem a atividade como de pessoal ocupado pela atividade, como demonstra a figura 3.1.5. acima. As demais atividades mantiveram relativa estabilidade com redução apenas no número de unidades que exercem atividades de alojamento e alimentação, e nas atividades imobiliárias. Pese a redução no número de unidades destas áreas, praticamente não houve diminuição no pessoal ocupado pela atividade.

Ainda que durante o período inteiro a tendência tenha sido de crescimento, vemos que entre 1999 e 2000 houve uma retração no número de unidades e também no número de pessoas ocupadas, possivelmente resultado de dificuldades conjunturais dos mercados locais, regionais, nacionais e globais. Considerando-se todas as atividades, entre 1996 e 2000 houve aumento de 10% no número de unidades (22 novas unidades) e o que é mais expressivo, houve aumento de 61% no número de pessoas ocupadas no município (329 novas ocupações).

A atividade de alojamento e alimentação, bem como as atividades imobiliárias, que podem nos remeter ao turismo, mostra um decréscimo no número de estabelecimentos bem como no número de pessoal ocupado, entre 1996 e 2000.

Figura 3.1.3. – Número de unidades locais e pessoal ocupado por setor (Praia Grande)

Setor	Classificação de atividades (CNAE)	Praia Grande									
		Número de unidades locais (Unidade)					Pessoal ocupado total (Pessoas)				
		1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Primário	A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	1	-	-	-	-	X	-	-	-
	B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	C Indústrias extrativas	1	3	3	3	4	X	3	3	3	4
Secundário	D Indústrias de transformação	53	50	51	63	68	288	361	466	389	571
	E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	2	2	2	2	X	X	X	X	X
	F Construção	8	5	3	5	4	51	12	8	14	13
Terciário	G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	92	92	99	100	100	173	176	196	194	219
	H Alojamento e alimentação	9	8	8	8	9	11	9	10	8	11
	I Transporte, armazenagem e comunicações	9	10	9	13	12	19	20	18	38	27
	J Intermediação financeira	1	1	1	1	2	X	X	X	X	X
	K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	20	5	4	4	6	26	10	6	7	10
	L Administração pública, defesa e seguridade social	1	1	2	1	1	X	X	X	X	X
	M Educação	1	1	5	1	3	X	X	16	X	23
	N Saúde e serviços sociais	1	2	1	1	2	X	X	X	X	X
	O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	14	14	25	27	32	18	21	28	24	38
<b>Total</b>		<b>211</b>	<b>195</b>	<b>213</b>	<b>229</b>	<b>245</b>	<b>586</b>	<b>612</b>	<b>751</b>	<b>677</b>	<b>916</b>

Fonte: IBGE, 2000.

Em Praia Grande o comércio é a atividade que conta com o maior número de unidades, seguido das indústrias de transformação e dos serviços. No entanto, as indústrias de transformação, da fabricação de móveis e de calçados, são as principais empregadoras, com mais de o dobro de pessoas ocupadas que o comércio, segundo maior empregador.

Com a exceção da construção e das atividades imobiliárias, as demais atividades no mínimo mantiveram o número de unidades e pessoas ocupadas do início do período, sendo que a maioria apresentou algum crescimento. Destaque para as indústrias de transformação, que praticamente dobrou o número de pessoas ocupadas em cinco anos e para as atividades ligadas a serviços coletivos, sociais e pessoais que mais do que dobrou o número de unidades e de pessoas ocupadas.

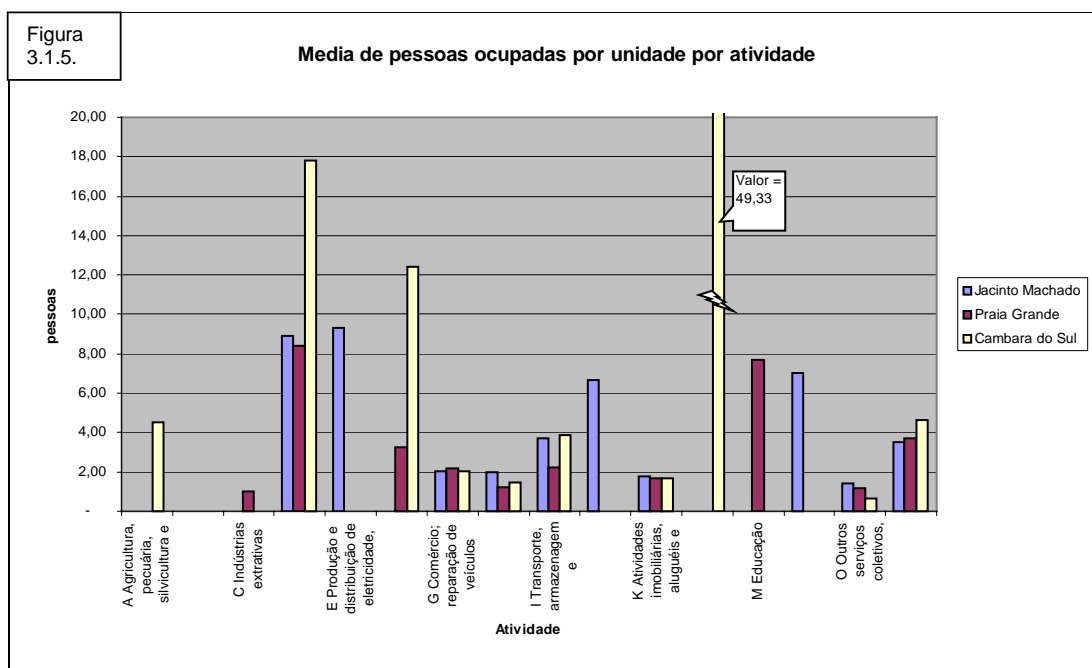
Entre 1996 e 2000 o crescimento das atividades no município demonstrou-se modesto quando avaliado do ponto de vista do aumento das unidades (aumento de 16% no período), e de forma bastante expressiva quando avaliada do ponto de vista do aumento de pessoas ocupadas (aumento de 56% no período).

Figura 3.1.4. – Número de unidades locais e pessoal ocupado por setor (Cambará do Sul)  
Fonte: IBGE, 2000.

Setor	Classificação de atividades (CNAE)	Cambará do Sul									
		Número de unidades locais (Unidade)					Pessoal ocupado total (Pessoas)				
		1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Primário	A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	24	25	24	24	29	50	49	46	50	132
	B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	C Indústrias extrativas	1	2	-	1	1	X	X	-	X	X
Secundário	D Indústrias de transformação	25	29	29	41	38	402	596	607	683	676
	E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	1	1	1	1	5	X	X	X	X
	F Construção	4	4	2	5	5	4	3	X	7	62
Terciário	G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	94	108	101	118	121	146	190	196	224	247
	H Alojamento e alimentação	29	35	33	47	52	17	27	43	66	77
	I Transporte, armazenagem e comunicações	30	38	30	43	45	110	103	68	161	174
	J Intermediação financeira	2	2	2	2	2	X	X	X	X	X
	K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7	5	5	6	9	21	9	11	15	15
	L Administração pública, defesa e seguridade social	3	3	3	3	3	168	213	208	160	148
	M Educação	3	-	-	-	1	0	-	-	-	X
	N Saúde e serviços sociais	1	1	1	1	1	X	X	X	X	X
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6	13	17	21	25	3	7	7	11	17	
<b>Total</b>		<b>232</b>	<b>266</b>	<b>248</b>	<b>313</b>	<b>333</b>	<b>926</b>	<b>1197</b>	<b>1186</b>	<b>1377</b>	<b>1548</b>

Cambará do Sul destaca-se por ser dos três, o município com maior quantidade de unidades locais e de pessoas ocupadas. Por possuir indústrias de maior porte (principalmente ligadas ao cultivo e beneficiamento de madeira) e uma infra-estrutura turística crescente, com quantidades razoáveis de unidades de hospedagem, comércio e alimentação, o município tem se destacado pelo crescimento da indústria e comércio local. No período entre 1996 e 2000 surgiram mais de cem novas unidades comerciais e foram criados mais de seiscentos postos de trabalho.

A única atividade que teve redução no número de unidades no período é a produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Já as atividades imobiliárias, de administração pública, defesa e seguridade social tiveram redução no número de pessoas ocupadas. Destacam-se pelo crescimento, as atividades de alojamento e alimentação (aumento de mais de 350% nas pessoas ocupadas e de 79% no número de unidades), as indústrias de transformação (aumento de 68% nas pessoas ocupadas e 52% no número de unidades) e as atividades ligadas a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (aumento de 164% nas pessoas ocupadas e de 21% no número de unidades).



Fonte: IBGE, 2000.

O município que mais emprega pessoas por unidade na média é Cambará do Sul com 4,65 pessoas por unidade, seguido de Praia Grande com 3,74 pessoas por unidade e Jacinto Machado com 3,52 pessoas por unidade. Este dado indica que, relativamente, o tamanho das empresas em Cambará do Sul é maior entre os três municípios, enquanto que as empresas de Jacinto Machado são relativamente as menores. É necessário fazer uma ressalva quando da análise dos dados apresentados na figura 3.1.5., uma vez que não havia dados disponíveis para todas as atividades em cada município, podendo gerar distorções e dificultando algumas comparações entre atividades e municípios.

Em Jacinto Machado a atividade que mais emprega pessoas por unidade é a produção e distribuição de eletricidade, gás e água com média de 9,33 pessoas por unidade, relacionado à presença da SAMAE, da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado e da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado. Em seguida há as indústrias de transformação (8,91 pessoas por unidade), a saúde e serviços sociais (7 pessoas por unidade) e as atividades de transporte e a intermediação financeira (6,67 pessoas por unidade).

Em Praia Grande as indústrias de transformação tem a mais alta média de pessoas ocupadas por unidade com 8,4 pessoas por unidade. Em seguida a educação, com 7,67 pessoas por unidade.

Em Cambará do Sul a atividade com maior média de pessoas ocupadas por unidade é a administração pública, defesa e seguridade social, com 49,33 pessoas por unidade. Esta alta média está relacionada à pesada estrutura dos órgãos públicos municipais e estaduais do município. A segunda maior média pertence às indústrias de transformação, com 17,79 pessoas por unidade, e a construção com 12,40 pessoas por unidade.

### 3.2 Turismo

Sempre que são mencionados os canyons dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, os mesmos são destacados pelo potencial turístico apresentado, seja o turismo de aventura, o ecoturismo ou o agro-turismo. No entanto, ainda que seja notável o crescimento do setor, este potencial não vem sendo explorado plenamente até o momento,

e a infra-estrutura disponível nos municípios de entorno aos Parques Nacionais é inadequada, insuficiente e em alguns casos inexistente para atender a exploração dos atrativos naturais dos Parques Nacionais e entorno.

Naqueles municípios, o turismo é hoje uma atividade de pouca expressão frente a outras atividades já estabelecidas. No entanto, a importância da atividade tem crescido ao longo dos últimos anos e esta tendência deve prosseguir, com as melhoras previstas na infra-estrutura turística.

Aclamados pela beleza cênica, os Parques Nacionais tem potencial para atrair amantes da natureza e 'eco-turistas' que desejam conhecer as formações geológicas únicas e desfrutar de ambientes relativamente bem preservados. O interesse pela região tem crescido, em parte resultado da divulgação mais ampla nos meios de comunicação especializados.

Os Parques Nacionais e áreas de entorno tem um forte apelo junto aos praticantes de esportes de aventura tais como o alpinismo, o rapel, o canyoning, o cascading, o trekking e o turismo eqüestre. Boa parte deste grupo é atraído pelo ambiente considerado um dos melhores a nível mundial para atividades verticais, que vem de diversos locais do Brasil e do mundo, normalmente voltando ao local mais de uma vez.

As características rurais da região, que lhe conferem ares bucólicos trazem excelentes oportunidades para o turismo rural, como forma alternativa de desenvolvimento sustentável em benefício das populações locais. O apelo das tradições gaúchas, aliadas a calorosa acolhida pela qual o povo da região é conhecido, podem ser melhor exploradas junto aos visitantes, apesar de haverem algumas iniciativas incipientes.

Infelizmente, algumas alternativas sustentáveis existentes não trazem retorno substancial e tem enfrentado dificuldades, como é o caso da loja de artesanato rural vizinha ao centro de visitantes de Cambará do Sul, que oferece desde alimentos, artesanato em madeira, bordados e tecidos. Se em 2001, havia 51 artesãos filiados a associação de artesanato local, em 2002, não passavam de 40, em sua maioria mulheres. Cada uma pagava oito reais de mensalidade e dificilmente alguma delas recebia mais de um salário mínimo por mês na venda de seus produtos.

### **3.2.1 Cambará do Sul**

Cambará do Sul é dos três o município mais bem preparado para receber os visitantes que desejam visitar os Parques Nacionais, e é também o município mais comumente associado aos Parques Nacionais. A localização estratégica de Cambará do Sul, como principal rota de acesso desde Porto Alegre ao Parque Nacional de Aparados da Serra (desde o fechamento do acesso pela RS-429), e como única rota de acesso ao Canyon Fortaleza, no Parque Nacional de Serra Geral, colocam a passagem pelo município como obrigatória àqueles que desejam conhecer o local.

A oportunidade de explorar este potencial turístico, levou o município a adotar como política estratégica o incentivo ao turismo, provendo de infra-estrutura e capacitando sua população para receber visitantes. Assumindo oficialmente como visão do município "ser reconhecida mundialmente como uma cidade turística acolhedora, que respeita o meio-ambiente e proporciona qualidade de vida sem perder suas raízes culturais."

Esta política já está dando resultados, e obteve a participação de diversos setores da sociedade cambaraense que tem se engajado na questão ambiental, além da mobilização nas escolas, as quais oferecem aulas de turismo, educação ambiental e inglês aos alunos do ensino fundamental, com o intuito de prepará-los a lidar com turistas e cuidar do patrimônio natural. Outra mudança visível é no número de pousadas e serviços oferecidos aos visitantes, que tem aumentado de forma bastante rápida. Se em 1999 em Cambará do

Sul havia apenas seis pousadas, em 2000 passaram a ser quatorze. Além disso, há cada vez mais prestadores de serviços especializados em condução de visitantes em diversos tipos de passeio, desde excursões em jipes com tração nas quatro rodas até passeios eqüestres. Existe também uma crescente oferta de roteiros e atrativos que ficam fora da área dos Parques Nacionais, tais como o surgimento de dois açudes onde operam pesque-e-pagues, cavalgadas por antigas rotas de tropeiros, etc.

### **3.2.2 Praia Grande**

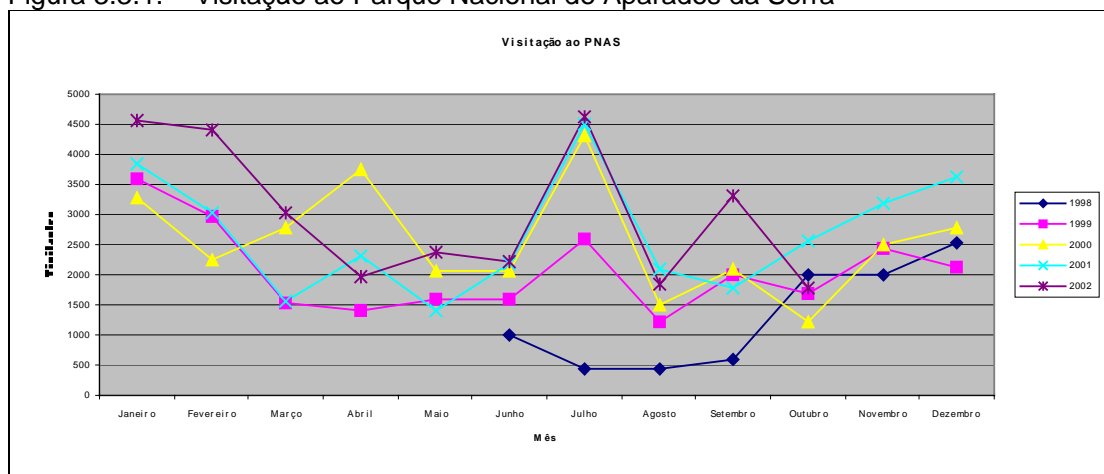
Em Praia Grande o turismo é uma realidade que apesar de ainda não estar plenamente estruturada, começa a apresentar novas iniciativas que visam explorar o potencial do município, não apenas em função dos Parques Nacionais, mas também dos demais atrativos existentes. Dentre os empreendedores que atuam no setor turístico existem algumas desavenças e conflitos entre eles e também com a população local, que não vê com bons olhos o fato de alguns dos proprietários de pousadas não serem nativos. Boa parte dos conflitos envolve a atuação da Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo, APCE, que tem conseguido atuar com uma reserva de mercado e cujos condutores tem sido questionados pela falta de ética por parte dos operadores de turismo e donos de pousada que já contrataram seus serviços. Pese a estes conflitos a presença cada vez mais numerosa de operadores de turismo, guias, lojas de equipamento especializado, pousadas e transporte aos atrativos, tem atendido à demanda turística e incentivado seu crescimento.

### **3.2.3 Jacinto Machado**

Apesar de ser o maior dos três municípios e de estar situado em posição estratégica, junto à parte inferior de vários canyons do Parque Nacional de Serra Geral, incluindo o Canyon Fortaleza, Jacinto Machado está completamente despreparado em termos de políticas e de infra-estrutura turística para receber os visitantes dos Parques Nacionais. A falta de ação da Secretaria de Turismo do Município, que não tem explorado as oportunidades que existem de vincular o município ao turismo nos Parques Nacionais, mantém o município alheio e distante. De fato, existe apenas um hotel em Jacinto Machado, o qual não tem características compatíveis com o perfil do visitante 'amante da natureza' que vem aos Parques Nacionais, além das poucas opções gastronômicas locais deixarem muito a desejar. Destaca-se a presença da ONG Associação Tigre Preto que tem por objetivo a divulgação dos atrativos naturais da região, e da condução dos visitantes aos mesmos, inclusive na área dos Parques Nacionais.

### 3.3 Visitação aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral

Figura 3.3.1. – Visitação ao Parque Nacional de Aparados da Serra



Fonte: Administração do PNAS/IBAMA (2002)

O melhor indicador disponível da atratividade turística da região é o controle de visitação dos próprios Parques Nacionais. Os dados disponibilizados pela administração dos Parques Nacionais indicam que:

- A visitação tem maior freqüência nos meses de Julho, Janeiro, Fevereiro e Dezembro respectivamente;
- A maior parte dos visitantes são da Região Sul, Região Sudeste e do Exterior, respectivamente;
- 55,47% dos visitantes ao PNAS em 2002 eram oriundos do Rio Grande do Sul;
- Entre 1998 e 2000, mais de 28% dos visitantes ao PNSG já haviam visitado o local anteriormente;
- Antes do fechamento parcial do PNSG e da proibição dos acampamentos, o percentual de visitantes que acampavam no Parque oscilava entre 17,5% e 31,3% ao ano;
- Mais de 80% dos visitantes aos Parques Nacionais utilizam automóveis para chegar até o local.

Figura 3.3.2. - Visitação ao PN de Aparados da Serra (jan. a out., 2002)

Totais	Regiões	(%)
25.075	Sul	75,83
6.272	Sudeste	18,97
335	Centro - Oeste	1,01
46	Norte	0,14
261	Nordeste	0,79
1.080	Outros Países	3,27

Fonte: Administração PNAS/IBAMA (2002)

Figura 3.3.3. - Visitação ao Parque Nacional de Serra Geral

Procedência	1998*	1999	2000	2001	2002**
Norte	0,0	0,1	0,0	0,1	0,4
Nordeste	0,1	0,2	0,6	1,0	0,5
Centro-Oeste	0,0	0,5	0,3	0,6	1,0
Sudeste	8,7	9,2	7,5	14,5	15,1
Sul	90,7	88,2	90,6	82,3	80,2
Exterior	0,5	1,7	1,2	1,6	2,7

\* Dados de maio a dezembro

\*\* Dados de janeiro a outubro

Fonte: Administração PNSG/IBAMA (2002)

Figura 3.3.4. - Tipo de Visita ao Parque Nacional de Serra Geral

	Acampar	Visitar	Retorno	1a. Visita
1998	17,5	82,5	28,5	71,5
1999	25,4	74,6	28,1	71,9
2000	31,3	68,7	28,1	71,9
2001	25,5	74,5	n.d.	n.d.
2002	8,3	91,7	n.d.	n.d.

Fonte: Administração PNSG/IBAMA (2002)

Figura 3.3.5. - Arrecadação do Parque Nacional de Aparados da Serra

	2001	
	Quantidade	Arrecad. (R\$)
Total de Visitantes	32.085	
Visitantes pagantes	27.091	162.546,00
Visitantes isentos	4.994	
<b>A Condução</b>		<b>37.499,00</b>
Carros	7.069	35.345,00
Ônibus	135	1.350,00
Motos	268	804,00
<b>Total Arrecadado</b>		<b>200.045,00</b>

Fonte: Administração PNAS/IBAMA (2002).



## **4. USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS**

### **4.1 Situação Fundiária**

A situação fundiária no entorno de Unidades de Conservação pode dificultar o estabelecimento de uma Zona de Amortecimento efetiva quando as terras apresentam-se muito fragmentadas, com diversas pequenas propriedades familiares, ou por outro lado muito concentradas, nas mãos de poucos proprietários.

Os dados apresentados na figura 4.1.1. abaixo demonstram que em Jacinto Machado e Praia Grande, é mais comum haverem propriedades menores, sendo que 71% das propriedades de Jacinto Machado tem entre 5 e 50 hectares, percentual que chega a 75% em Praia Grande e apenas 31% em Cambará do Sul. No município gaúcho há maior proporção de propriedades maiores, sendo que 53% das propriedades possuem área superior a 50 hectares.

Embora Cambará do Sul tenha uma área maior dedicada agricultura, é dos três o município com o menor número de propriedades, sendo 664 no total. Na média, as propriedades agrícolas do município possuem 176 hectares cada. Jacinto Machado e Praia Grande tem mais propriedades agrícolas em seu território sendo 1.597 e 704 respectivamente. No entanto, Jacinto Machado tem uma área maior e em ambos os municípios as propriedades agrícolas tem 17 hectares em média.

Figura 4.1.1. – Numero de propriedades agrícolas por grupo de área.  
 Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996

Numero de propriedades agrícolas por grupo de área								
Grupos de área total	Jacinto Machado		Praia Grande		Cambará do Sul		Total	
	Propriedades	%	Propriedades	%	Propriedades	%	Propriedades	%
Menos de 1 ha	58	4%	11	2%	15	2%	84	3%
1 a menos de 2 ha	47	3%	18	3%	40	6%	105	4%
2 a menos de 5 ha	213	13%	101	14%	42	6%	356	12%
5 a menos de 10 ha	311	19%	156	22%	28	4%	495	17%
10 a menos de 20 ha	430	27%	222	32%	66	10%	718	24%
20 a menos de 50 ha	406	25%	148	21%	112	17%	666	22%
50 a menos de 100 ha	116	7%	37	5%	95	14%	248	8%
100 a menos de 200 ha	13	1%	8	1%	106	16%	127	4%
200 a menos de 500 ha	3	0%	2	0%	109	16%	114	4%
500 a menos de 1.000 ha	-	0%	-	0%	27	4%	27	1%
1.000 a menos de 2.000 ha	-	0%	1	0%	16	2%	17	1%
2.000 a menos de 5.000 ha	-	0%	-	0%	5	1%	5	0%
5.000 a menos de 10.000 ha	-	0%	-	0%	3	0%	3	0%
10.000 a menos de 100.000 ha	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
100.000 ha e mais	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
sem declaração	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
<b>total</b>	<b>1.597</b>	<b>100%</b>	<b>704</b>	<b>100%</b>	<b>664</b>	<b>100%</b>	<b>2.965</b>	<b>100%</b>
área total das propriedades (hectares)	<b>26.831,03</b>		<b>12.209,31</b>		<b>116.564,91</b>		<b>155.607,25</b>	
media de hectares por propriedade	<b>17</b>		<b>17</b>		<b>176</b>		<b>52</b>	

A grande maioria das terras são cultivadas pelos próprios proprietários, sendo que nos três municípios o nível de utilização de terras próprias ficou entre 75% e 80%, conforme demonstrado na figura 4.1.2. abaixo. Entre 10% e 15% das terras são arrendadas, sendo esta prática mais comum em Cambará do Sul. A utilização de terra em parceria ocorre com maior frequência nos municípios catarinenses, enquanto que uma pequena parte da terra de cada município, entre 3% e 7% são áreas ocupadas.

Grupo de atividade econômica	Jacinto Machado - MC												Total	% Total	
	Grupos de área total														
	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 18.000 ha		
Lavouras temporárias	3,05	29,45	317,93	1.028,60	2.826,48	8.424,28	3.090,90	891,10	264,00	-	-	-	-	13.937,96	56,5%
Horticultura e produtos de viveiros	2,12	-	5,25	-	18,00	-	-	-	-	-	-	-	-	25,37	0,1%
Lavouras permanentes	8,40	23,80	212,20	817,19	1.987,29	3.312,99	2.497,90	879,00	280,00	-	-	-	-	8.865,96	31,5%
Pecuária	13,19	9,67	305,80	198,48	279,00	499,80	421,00	-	-	-	-	-	-	1.637,87	6,5%
Produção madeira (lençóis e madeiras)	1,40	7,50	31,50	135,25	402,30	875,28	359,00	273,00	390,00	-	-	-	-	2.488,23	9,9%
Silvicultura e exploração florestal	-	1,50	19,00	50,00	76,50	90,00	55,00	-	-	-	-	-	-	252,00	0,9%
Pesca e aquicultura	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,20	0,0%
Produção de carvão vegetal	-	-	-	-	-	33,00	-	-	-	-	-	-	-	33,00	0,1%
Total	22,42	53,87	586,28	1.826,48	5.115,85	19.350,89	6.421,38	1.430,58	898,00	-	-	-	-	26.831,03	100,0%
% Total	8,1%	20,1%	21,8%	7,0%	19,2%	71,6%	23,9%	5,4%	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	

Figura 4.1.2. – Condição legal das propriedades rurais.

Condição legal das propriedades rurais							
Condição legal das terras	Jacinto Machado		Praia Grande		Cambara do Sul		Total
	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares
Terras próprias	20.573,04	76,7%	9.334,68	76,5%	92.175,96	79,1%	122.085,21
Terras arrendadas	2.919,27	10,9%	1.560,22	12,8%	17.662,25	15,1%	22.141,98
Terras em parceria	1.531,45	5,7%	906,55	7,4%	86,00	0,1%	2.524,13
Terras ocupadas	1.807,27	6,7%	407,86	3,3%	6.640,70	5,7%	8.855,93
Total	26.831,03	100,0%	12.209,31	100,0%	116.564,91	100,0%	155.607,25

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996

A forma como a terra é utilizada, e os cultivos praticados nas propriedades, varia para cada um dos três municípios de acordo com a vocação dos mesmos (figura 4.1.3. abaixo). Em Jacinto Machado o principal uso da terra são as culturas temporárias, principalmente o arroz, o fumo e o milho, seguido das áreas de pastagem natural e das culturas permanentes, basicamente a banana. Dos três municípios, Jacinto Machado é o que tem a menor porcentagem de matas e florestas naturais, com 14,4% da área. Chama a atenção também a grande proporção de terras inaproveitáveis, índice que chega a 9%. Praia Grande é dos três o município que dedica maior proporção de área às lavouras temporárias, ocupando praticamente um terço das terras. Em seguida vem as pastagens naturais e as matas e florestas naturais. Em Cambará do Sul mais de 46% das terras são de pastagem natural. O município tem a maior proporção de matas e florestas naturais, cobrindo mais de 30% da área, sendo que outros 15% da cobertura das terras é de matas e florestas artificiais. É praticamente insignificante a área dedicada as lavouras, sejam elas permanentes ou temporárias.

Figura 4.1.3. – Utilização das propriedades rurais.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996.

Na análise mais detalhada das atividades econômicas que fazem uso da terra, de acordo com o tamanho da propriedade, vemos que em Jacinto Machado 38,6% das propriedades agrícolas tem entre 20 e 50 hectares, sendo que 81,6% tem entre 10 e 100 hectares. A figura 4.1.4. abaixo demonstra que as atividades têm maior ocorrência justamente nas propriedades entre 20 e 50 hectares (destaque em amarelo na tabela para o tamanho de propriedade de maior ocorrência para cada atividade). A característica predominante no município é a de pequenas a médias propriedades, onde a agricultura familiar predomina. A principal atividade econômica que faz uso da terra é a agricultura, com pouco mais de 50% das terras dedicadas ao cultivo de lavouras temporárias, e um terço das terras dedicadas às lavouras permanentes.

Figura 4.1.4. – Atividades econômicas de Jacinto Machado por grupo de área.

Utilização das propriedades rurais							
Utilização das terras	Jacinto Machado		Praia Grande		Cambara do Sul		Total
	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares
Lavouras permanentes	4.180,90	15,6%	641,09	5,3%	0,00	0,0%	4.822,20
Lavouras temporárias	8.034,23	29,9%	4.021,01	32,9%	788,24	0,7%	12.844,11
Lavouras temporárias em descanso	620,28	2,3%	186,50	1,5%	2.563,00	2,2%	3.369,82
Pastagens naturais	4.483,44	16,7%	2.858,86	23,4%	54.577,65	46,8%	61.920,36
Pastagens plantadas	1.272,80	4,7%	626,95	5,1%	256,50	0,2%	2.156,34
Matas e florestas naturais	3.851,45	14,4%	2.216,15	18,2%	36.650,01	31,4%	42.717,93
Matas e florestas artificiais	1.460,30	5,4%	395,42	3,2%	17.051,05	14,6%	18.906,86
Terras produtivas não utilizadas	516,95	1,9%	412,38	3,4%	643,51	0,6%	1.572,89
Terras inaproveitáveis	2.410,68	9,0%	850,95	7,0%	4.034,95	3,5%	7.296,74
<b>Total</b>	<b>26.831,03</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.209,31</b>	<b>100,0%</b>	<b>116.564,91</b>	<b>100,0%</b>	<b>155.607,25</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996.

De forma parecida, em Praia Grande as propriedades de pequeno e médio porte predominam sendo quase 30% das terras em propriedades de 20 a 50 hectares e aproximadamente dois terços das terras em propriedades entre 10 e 100 hectares (figura 4.1.5.). As lavouras, sejam as mesmas temporárias ou permanentes, ocorrem com maior frequência nas propriedades entre 20 e 50 hectares. Vale destacar também que há uma propriedade de 1.000 hectares dedicada a pecuária no município, segunda atividade econômica que mais ocupa área com um quarto das terras do município. A maior ocorrência é a de lavouras temporárias, com 46,3% das terras. A agricultura familiar prevalece também neste município, como também as atividades que fazem uso mais intensivo da terra.

Figura 4.1.5. – Atividades econômicas de Praia Grande por grupo de área.

Grupo de atividade econômica	Praia Grande - SC												Total	% Total	
	Grupos de área total														
	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 10.000 ha		
Lavoura temporária	0,41	0,70	179,33	521,50	1.704,71	1.409,30	1.120,30	291,50	373,00	-	-	-	-	5.408,37	46,3%
Horticultura e produção de viveiros	-	1,50	2,00	-	15,00	-	-	-	-	-	-	-	-	18,50	0,2%
Lavoura permanente	0,50	2,30	30,00	142,30	353,90	394,30	220,00	426,30	-	-	-	-	-	2.044,70	16,7%
Pecuária	2,04	6,50	49,70	131,40	300,15	387,30	477,00	333,30	400,00	1.000,00	-	-	-	3.093,94	25,2%
Produção mista (lavoura e pecuária)	-	3,80	26,70	129,30	448,33	388,70	318,00	102,30	-	-	-	-	-	2.314,90	19,0%
Silvicultura e exploração florestal	-	-	-	9,00	13,00	-	64,00	-	-	-	-	-	-	79,00	0,6%
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Produção de carvão vegetal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>3,96</b>	<b>10,80</b>	<b>287,33</b>	<b>940,05</b>	<b>2.416,81</b>	<b>2.549,30</b>	<b>2.872,30</b>	<b>1.112,10</b>	<b>776,30</b>	<b>1.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.209,31</b>	<b>100,0%</b>
<b>% Total</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>7,7%</b>	<b>26,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>17,8%</b>	<b>9,1%</b>	<b>6,3%</b>	<b>8,3%</b>	<b>8,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996.

Em Cambará do Sul as atividades econômicas predominantes, bem como o tamanho das propriedades onde as mesmas são praticadas difere bastante dos municípios catarinenses. Na figura 4.1.6. abaixo vemos que as propriedades de maior área ocorrem com maior frequência, sendo que 23% tem entre 200 e 500 hectares, 58% tem área entre 500 e 10.000 hectares e apenas 19% das propriedades tem área inferior a 200 hectares. O predomínio do uso de área para a pecuária é grande, com mais de 80 % das terras dedicadas à pastagem. Com 17% das terras, a silvicultura é a outra atividade econômica de expressão no município, sendo as demais atividades econômicas de pouca importância relativa no que se refere ao uso da terra. Em Cambará do Sul as propriedades de agricultura extensiva e comercial predominam, com menor diversidade de atividades econômicas.

Figura 4.1.6. – Atividades econômicas de Cambará do Sul por grupo de área.

Grupo de atividades econômicas	Cambará do Sul - RS													Total	% Total
	Grupos de área total														
	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 10.000 ha		
Lavoura temporária	-	4,50	2,90	-	51,00	-	118,00	-	-	330,00	-	-	-	704,00	0,5%
Horticultura e produtos de viveiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Lavoura permanente	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,0%
Pecuária	0,40	34,50	96,20	180,00	807,80	2.442,00	5.996,00	10.400,00	24.809,00	12.433,00	18.024,00	6.400,00	10.000,00	94.836,50	61,2%
Produção mista (lavoura e pecuária)	-	-	-	-	18,00	-	146,00	468,40	264,00	-	-	-	-	1.496,40	1,3%
Silvicultura e exploração florestal	-	-	-	-	40,00	57,00	375,56	1.611,15	699,91	3.040,40	0,854,00	5.000,00	-	19.693,41	16,3%
Pesca e apicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Produção de carvão vegetal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Total	6,85	41,05	96,60	180,00	926,80	3.099,00	8.113,00	21.390,96	26.988,65	14.904,91	19.857,91	25.454,00	18.000,00	116.394,91	100,0%
% total	0,6%	0,0%	0,1%	0,3%	0,8%	3,0%	5,1%	9,9%	23,2%	12,8%	16,3%	33,3%	15,4%	100,0%	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário –1996.

## 4.2 Produção Agrícola

As atividades relacionadas a agricultura, a pecuária e a silvicultura que ocorrem no entorno dos Parques Nacionais tem características diferenciadas no planalto (município de Cambará do Sul, RS) e na planície litorânea (municípios de Jacinto Machado, SC e Praia Grande, SC). Essas diferenças ocorrem em função das particularidades climáticas, de altitude, do solo, do meio físico e da fauna e flora local. Além das diferenças geográficas e biológicas, diferenças culturais e das políticas estaduais também influem nas culturas e nos rebanhos desenvolvidos nestes locais.

O grau de intervenção antrópica na planície litorânea é maior do que no planalto, havendo poucos remanescentes de campos e matas nativas no local. A agricultura é a atividade de maior expressão na planície litorânea, e as principais culturas desenvolvidas são: banana, arroz, fumo, milho e maracujá. Os principais rebanhos são por ordem: aves, suínos e bovinos. Quanto a silvicultura, o plantio de eucaliptos é o mais comum na baixada e apesar de não haver grandes áreas dedicadas ao plantio, ele ocorre nas encostas, e no entremeio dos pastos e cultivos. No planalto a agricultura é relativamente pequena frente a pecuária e a silvicultura, sendo as principais culturas a da batata, milho, alho e maçã. Já na pecuária, o principal rebanho é de longe o bovino, seguido pelo de aves, o de ovinos e o de suínos. A silvicultura é a principal atividade da região, sendo o cultivo do *pinus taeda*, matéria prima utilizada tanto na indústria da celulose como na indústria moveleira. Em Cambará do Sul a apicultura é desenvolvida em larga escala, enquanto que a piscicultura, mesmo incipiente, tem crescido rapidamente.

### 4.2.1 Principais Culturas Temporárias e Permanentes

O município de Jacinto Machado é, dos três, o que mais desenvolve a prática agrícola tanto em termos da produção, do valor da produção e da área plantada das culturas. Em seguida vem Praia Grande, já numa escala bem mais modesta e depois Cambará do Sul, de forma ainda menos atuante.

A principal cultura agrícola da área de entorno aos Parques Nacionais é de longe o arroz, com uma produção que chegou quase a 48.000 toneladas em 2000. A banana também teve produção significativa, com mais de 2 milhões de cachos produzidos. De grande expressão também são as culturas do milho, da mandioca, da batata e do fumo (figura 4.2.1.1.).

**Figura 4.2.1.1. Produção Agrícola por Cultura (em toneladas)**

Cultura	Jacinto Machado	Praia Grande	Cambará do Sul	TOTAL
Arroz	32.700	15.264	-	47.964
Feijão	186	103	99	388
Fumo	1.005	357	-	1.362
Mandioca	2.250	2.700	-	4.950
Milho	5.800	1.480	1.170	8.450
Batata	-	-	4.000	4.000
Alho	-	-	315	315
Maçã*	-	-	16.000	16.000
Banana**	2.082	210	-	2.292
Maracujá*	5.000	1.500	-	6.500

Fonte: IBGE, 2000 \* em milhares de frutos

\*\* em milhares de cachos

A produção agrícola gerou riquezas da ordem de R\$ 23.729.000,00 nos três municípios de entorno dos Parques Nacionais no ano de 2000 considerando-se apenas as principais culturas (ver figura 4.2.1.2. abaixo). O arroz foi a cultura mais rentável, com quase doze milhões de reais, seguido pela banana (mais de quatro milhões e meio de reais) e o fumo (mais de dois milhões e meio de reais). Estas três culturas ocorrem exclusivamente na planície costeira, sendo a batata (oitocentos e vinte mil reais), a maçã (seiscentos e setenta e sete mil reais) e o alho (seiscentos e trinta mil reais) as principais culturas agrícolas do planalto.

**Figura 4.2.1.2. - Valor da Produção das Principais Culturas (em milhares de Reais)**

Cultura	Jacinto Machado	Praia Grande	Cambará do Sul	TOTAL
<b>Arroz</b>	8.012	3.740	-	<b>11.752</b>
<b>Feijão</b>	68	38	91	<b>197</b>
<b>Fumo</b>	1.980	703	-	<b>2.683</b>
<b>Mandioca</b>	169	203	-	<b>372</b>
<b>Milho</b>	966	247	171	<b>1.384</b>
<b>Batata</b>	-	-	820	<b>820</b>
<b>Alho</b>	-	-	630	<b>630</b>
<b>Maçã</b>	-	-	677	<b>677</b>
<b>Banana</b>	4.164	420	-	<b>4.584</b>
<b>Maracujá</b>	540	90	-	<b>630</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.899</b>	<b>5.441</b>	<b>2.389</b>	<b>23.729</b>

Fonte: IBGE, 2000

Em termos de área plantada, os campos inundados de arroz predominam na paisagem agrícola apesar de estarem presentes apenas na planície litorânea. Os bananais também são presença constante na paisagem e ocorrem na planície litorânea principalmente nas áreas de encosta, inclusive nas encostas, junto ao limite dos Parques Nacionais. O milho é outra cultura que faz uso extensivo de áreas, tanto na planície como no planalto. No entanto, é importante ressaltar que em muitos locais o milho divide espaço com a cultura do fumo, sendo que após a colheita do fumo, o milho é semeado nos mesmos campos, possibilitando dois plantios num mesmo ano (Figura 4.2.1.3.).

**Figura 4.2.1.3. - Área Plantada das Principais Culturas (em hectares)**

Cultura	Jacinto Machado	Praia Grande	Cambará do Sul	TOTAL
<b>Arroz</b>	5.450	2.650	-	<b>8.100</b>
<b>Feijão</b>	170	110	110	<b>390</b>
<b>Fumo</b>	494	176	-	<b>670</b>
<b>Mandioca</b>	150	180	-	<b>330</b>
<b>Milho</b>	1.850	450	650	<b>2.950</b>
<b>Batata</b>	-	-	200	<b>200</b>
<b>Alho</b>	-	-	45	<b>45</b>
<b>Maçã</b>	-	-	105	<b>105</b>
<b>Banana</b>	3.740	350	-	<b>4.090</b>
<b>Maracujá</b>	150	25	-	<b>175</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.004</b>	<b>3.941</b>	<b>1.110</b>	<b>17.055</b>

Fonte: IBGE, 2000

O apoio à agricultura é feito através dos respectivos órgãos estaduais, no caso a EPAGRI, SC e a EMATER, RS. Além do apoio técnico, estes órgãos tem programas de estímulo a certas culturas e outros que visam a melhora do rendimento de certas atividades.

#### 4.2.2 Culturas Temporárias

##### a) Arroz

A região de planície litorânea do extremo sul catarinense é a principal do estado em termos de produção de arroz, favorecida por ter um terreno plano e com farta disponibilidade de recursos hídricos, incluindo o complexo lagunar sul. O estado de Santa Catarina é o terceiro maior produtor de arroz no país, com uma produção projetada para 2002 de 917.000 toneladas, representando 9,9% da produção nacional<sup>5</sup>. A perspectiva para a rizicultura no estado é favorável e apesar das seguidas reduções na produção desde 1999, houve um ganho no rendimento que contrapõe-se a perda de área plantada. Em termos de mercado, tem havido uma estabilização e sustentação de preços elevados, com estoques menores e mecanismos de comercialização que garantem um preço mínimo levemente superior ao custo de produção.

Historicamente, a cultura do arroz é relativamente recente na região quando comparado a outras culturas tais como o fumo, a banana, etc. Em direção contrária à tendência que predomina no restante do estado, a produção de arroz, o valor da produção e a área plantada tem aumentado a cada ano em Jacinto Machado e Praia Grande, como pode ser visto nas figuras de 4.2.2.1. a 4.2.2.6.. Há algum tempo, a rizicultura tem sido a cultura agrícola dominante na paisagem da região, e esta tendência vem se consolidando em anos recentes. Entre 1994 e 2000, a produção de arroz nos dois municípios aumentou de 33.866 tons para 47.964 tons (42%). Neste mesmo período o aumento no valor da produção foi ainda mais significativo, passando de 6.366.000 reais para 11.752.000 reais (85%), atingindo o ápice em 1998, valendo 14.443.000 reais. Pese ao aumento substancial na produção e no valor dela, a área plantada teve um aumento de menor magnitude, evidenciando o ganho na produtividade: 7.060 hectares em 1994 para 8.100 hectares em 2000 (15%).

A indústria do arroz em Jacinto Machado conta ainda com uma cooperativa de irrigação que administra duas barragens, a Cooperativa Agrícola de Jacinto Machado (COOPERJA), e diversas usinas de beneficiamento (Coopersul, Urbano, Realengo, etc.), além dos diversos plantios. Em Praia Grande são três as indústrias de beneficiamento de arroz, considerando-

<sup>5</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

se que apenas 20% da produção do município é beneficiado no local, e o restante em outros municípios incluindo Jacinto Machado. As usinas de beneficiamento e as cooperativas necessitam de lenha como insumo adicional para a secagem, apesar de que muitos fornos estão sendo substituídos por modelos elétricos, reduzindo esta demanda. O arroz concorre pela área com o fumo e o milho, com a vantagem de ser uma cultura mais lucrativa, por utilizar um processo mecanizado que requer menos mão-de-obra, podendo uma pessoa cuidar de até 30 hectares de cultivo. Usualmente, ocorre apenas uma colheita, a qual costuma ser realizada no mês de outubro. No entanto, a cultura requer um investimento maior para o alagamento das terras e compra de equipamentos, ficando restrito aos grandes produtores, detentores de grandes áreas. Hoje, os principais mercados do arroz produzido em Jacinto Machado e Praia Grande são os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco.

A Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado tem 102 associados, situados nos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande e Santa Rosa do Sul, os quais possuem em conjunto cerca de 1.600 hectares de lamina de água. A Cooperativa possui duas barragens, a do Rio Bonito, inaugurada em 1988, com capacidade de seis milhões de metros cúbicos de água, e a barragem do Rio Leão, inaugurada em 1997, com capacidade para até doze milhões de metros cúbicos de água. Pelo baixo custo de captação da água, a Cooperativa cobra de seus cooperados um valor irrisório, dois sacos e meio de arroz ao ano, para poder usufruir do uso da água, sendo que não souberam estimar o consumo de cada hectare de cultura irrigada. A Cooperativa tem contestado na justiça a cobrança de Taxas de Fiscalização Ambiental por parte do IBAMA, alegando não estar sendo fiscalizada nem monitorada pelo órgão. Uma iniciativa que pode tornar o plantio de arroz potencialmente menos impactante, e que alguns poucos cooperados estão tomando, é o cultivo de um consórcio de peixes e arroz, com a vantagem de não ser utilizado nenhum veneno e nem a uréia.

Estimativas atualizadas, obtidas a partir de entrevista realizada em novembro de 2002, com o diretor comercial da COOPERJA dão conta de que há cerca de 7.000 hectares de arroz plantado em Jacinto Machado e 2.500 a 3.000 hectares em Praia Grande. A produtividade das terras nestes dois municípios é de 135 sacas/ hectare, ou cerca de 6.750 kilos/hectare. A COOPERJA recebe, armazena e comercializa a produção de cerca de 35% a 40% dos produtores de arroz da região, sendo que em 2002 estimam receber 1.200.000 sacas. A COOPERJA é responsável por 121 empregos diretos e indiretos, e atua também na produção de sementes, farelo e farinha de arroz. Foi comentado ainda que menos de 1% da área de arroz é dedicada ao plantio de cultura orgânica. Quanto às tendências de crescimento, a pouca disponibilidade de área nas regiões mais próximas à lagoa do Sombrio e do litoral tem levado novos plantios a surgirem cada vez mais próximos às escarpas da Serra Geral.

A cultura do arroz continua a crescer, pois trata-se de um setor estruturado, e que tem proporcionado retornos positivos aos produtores. No entanto existem limitações, tais como a menor disponibilidade e maior custo das terras apropriadas para a cultura, aliado a alguns cenários de incerteza que podem resultar num aumento de custos de produção, tais como as leis de outorga pelo uso da água. Existem na região dois comitês de bacia hidrográfica em processo de estruturação que devem em breve buscar compensações pelo uso indiscriminado da água na irrigação e pelo despejo da água com carga de pesticidas, herbicidas e fertilizantes nos efluentes locais.

## **b) Fumo**

A indústria nacional do fumo destaca –se no mercado internacional por ser o terceiro maior produtor, e o maior exportador mundial da cultura, além de reconhecido pela qualidade do produto e a competitividade do preço. A produção concentra-se na Região Sul do país, a qual responde por 95% da produção doméstica, sendo o Rio Grande do Sul o principal produtor, com estimativa de produzir 298.166 tons em 2002, seguido de Santa Catarina com produção estimada em 178.207 tons. A safra de 2001/02 é considerada uma das maiores da



história, havendo forte possibilidade inclusive de ser a maior de todas, podendo ultrapassar as 655 mil toneladas produzidas em 92/93.<sup>6</sup>

Na região de entorno dos Parques Nacionais, a produção de fumo ocorre exclusivamente na planície litorânea de Santa Catarina, nos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande. Historicamente, o fumo já teve maior importância na economia da região do que nos dias de hoje. Enquanto que técnicos do EPAGRI local estimam que na década de 80 havia cerca de 700 estufas de fumo e mais de 2.400 hectares de área plantada só em Praia Grande, hoje a cultura no município está reduzida a não mais do que 80 estufas e menos de 300 hectares. Ainda que tenham ocorrido estas reduções, o fumo continua como uma das principais culturas locais, contabilizando mais de R\$ 1.980.000 em Jacinto Machado e R\$ 703.000 em Praia Grande no ano de 2000. Apesar de relativamente altos, estes valores, assim como a área plantada e a quantidade produzida já foram maiores, atingindo seu auge em 1997, com um valor de produção de R\$ 4.612.000 em Jacinto Machado e R\$ 1.244.000 em Praia Grande.

Pelo fato de o Brasil ser um grande exportador (entre 60% e 70% da produção tem como destino o mercado externo), os preços pagos aos produtores e a produção nacional dependem sobretudo das condições do mercado internacional, tornando o fumo uma cultura bastante volátil. Os dados mais recentes indicam que a atual safra favorece o produtor ao oferecer ampla remuneração pela produção, cujos custos operacionais para o fumo comum são estimados em R\$ 1,58 /kg e o valor pago ao produtor varia de R\$5,25 /kg a R\$ 27,45 /kg de acordo com a classificação do produto.<sup>7</sup>

De acordo com dados obtidos a partir de entrevista com o Secretário Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio-Ambiente de Jacinto Machado, a produção de fumo pode ocasionar até oito colheitas por ano, com cada hectare de área plantada podendo suportar até 16.000 pés de fumo. Cada 1.000 pés de fumo rendem em média de 9 a 10 arrobas. Estima-se que haja cerca de 300 produtores de fumo em Jacinto Machado, os quais podem ser considerados pequenos produtores. Por se tratar de um processo manual, o cultivo do fumo pode necessitar de até duas pessoas por hectare no cultivo. O fumo costuma ser cultivado pelo agricultor familiar, que não costuma contratar mão-de-obra, senão deixa de ser uma cultura rentável.

Desde 1994 até o ano 2000, a produção de fumo em Jacinto Machado e Praia Grande diminuiu, após haver atingido o ápice em 1997. Foram 2.515 tons produzidas em 1994, 3.200 tons produzidas em 1997, e reduzindo drasticamente para 1.362 tons produzidas em 2000. Da mesma forma, a área plantada de fumo aumentou de 1.295 hectares em 1994 para 1.600 hectares entre 1996 e 1998. De 1998 a 2000 a área plantada diminuiu, não passando de 670 hectares, em 2000. Além das fortes oscilações do mercado internacional de fumo, a forte valorização e o crescimento das culturas de arroz, as quais competem diretamente com o fumo no uso da terra tiveram papel fundamental na diminuição da produção de fumo. Desde 2000 houve uma ligeira recuperação na produção de fumo, no entanto não o suficiente para retornar aos patamares anteriores.

Além dos impactos diretos trazidos pela cultivo do fumo, a fumicultura também tem alto potencial de impacto devido a necessidade de utilizar lenha como matriz energética das estufas de secagem da folha de tabaco. Se em sua maioria esta demanda energética é suprida com o eucalipto, cultura problemática pelo fato de ser em grande parte praticada nas áreas de encosta, em menor grau ela é suprida através do uso de mata nativa. O corte de mata nativa tem diminuído em tempos recentes por ser cada vez mais escassa, e devido à fiscalização mais efetiva dos órgãos ambientais. Estima-se que o consumo de uma estufa seja de cerca de 60 m<sup>3</sup> anuais, e que cerca de 70% da demanda energética das estufas seja suprida com eucalipto local. O cenário é preocupante uma vez que a perspectiva atual dá

<sup>6</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

<sup>7</sup> Associação dos Fumicultores do Brasil, <http://www.afubra.com.br/>

conta de que o eucalipto disponível na região é insuficiente para atender a demanda energética de Jacinto Machado e Praia Grande, colocando maior pressão sobre a mata nativa e tornando necessário que parte da lenha utilizada seja trazida do Rio Grande do Sul, onde a silvicultura está mais difundida.

O custo e a dificuldade de suprir a matriz energética das estufas de secagem do fumo são um dos maiores gargalos da cultura. Em Praia Grande estima-se que para manter-se com cerca de 200 hectares de área plantada do fumo seja necessário área cerca de 1.200 hectares de área plantada de eucalipto, observando-se o ciclo de manejo de seis anos. A não ser que haja um investimento no plantio de eucalipto, que leve em conta o período mínimo de seis anos para o amadurecimento das mudas, dificilmente haverá viabilidade para que a curto e médio prazo haja um crescimento da cultura. Além disso, as fortes oscilações a que os preços do fumo estão sujeitos, em contraste com a estabilidade dos preços das culturas como o arroz, que competem com o fumo por espaço, faz com que os produtores que tiverem recursos para investir na conversão dos campos estejam mais propensos a fazê-lo. No entanto, o momento positivo da cultura, com produção recorde e preços sustentados faz com que à curto prazo haja pouca chance de nova queda substancial na produção, no valor da produção e na área plantada do fumo.

### **c) Feijão**

No cenário nacional, os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são o sétimo e oitavo principais produtores de feijão respectivamente, com 5,4% e 4,6 % da produção nacional, em 2002. Os dois estados tem tido tendências contrárias no plantio do feijão, com Santa Catarina tendo reduzido drasticamente a quantidade produzida de 226.239 tons, em 1997, para 170.000 tons projetadas, em 2002, enquanto que no Rio Grande do Sul a quantidade produzida aumentou levemente de 139.796 tons, em 1997, para 145.143 toneladas projetadas, para 2002<sup>8</sup>. No entanto, nem a microrregião geográfica de Araranguá, onde situam-se Jacinto Machado e Praia Grande, nem a microrregião geográfica dos Campos de Cima da Serra, onde situa-se Cambará do Sul, são regiões de produção expressiva de feijão em seus respectivos estados. No Brasil, a produção de feijão tem seguido uma trajetória que tende a redução, apesar dos ganhos de produtividade nos últimos anos.

A cultura do feijão é relativamente pequena na região de entorno aos Parques Nacionais, apesar de estar presente nos três municípios. Conforme pode ser visto nas figuras 4.2.2.1., 4.2.2.4. e 4.2.2.7., de 1994 até 2000, a produção de feijão recuou passando de 291 tons a 186 tons em Jacinto Machado, de 138 tons a 103 tons em Praia Grande e de 189 tons a 99 tons em Cambará do Sul, totalizando nos três municípios uma redução de 33% ao longo de seis anos.

Em nenhum dos três municípios o feijão vem sendo cultivado numa escala que permita a exploração comercial do mesmo, senão a nível local ou regional. A ocorrência mais freqüente do feijão se dá nas propriedades da agricultura familiar, juntamente com outras culturas de subsistência. Sendo assim, dificilmente a cultura continuará a diminuir a ponto de desaparecer, ao mesmo tempo em que não havendo investimentos e nem iniciativas visando a exploração comercial da mesma, dificilmente a mesma deverá crescer.

### **d) Mandioca**

A mandioca vem apresentando decréscimo de produção no país, devido ao excesso de oferta e conseqüente dificuldade de comercialização da fécula e da farinha, que atingiu de forma mais intensa os estados da Região Sul. A Região Sul concentra cerca de 23,3% da produção nacional, devendo alcançar cerca de 5,3 milhões de toneladas em 2002, atrás da

---

<sup>8</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

Região Nordeste e da Região Norte. No ranking nacional, Santa Catarina é o 11º produtor de mandioca com uma produção estimada em 600.000 tons para 2002 e área plantada de 33.000 hectares. O Rio Grande do Sul figura como o 4º maior produtor de mandioca do Brasil com área plantada de 87.100 hectares e produção estimada em 1.314.000 tons.<sup>9</sup>

A cultura da mandioca é cultivada em Jacinto Machado e Praia Grande principalmente para a subsistência, sem que haja a exploração comercial de larga escala da mesma. Em Jacinto Machado, em 1994 e em 2000 a produção de mandioca foi de 2.250 tons, apesar de haver flutuado tanto para cima como para baixo no período (figura 4.2.2.1). Já o valor da produção teve aumento no período de 68 mil reais para 169 mil reais (figura 4.2.2.2), apesar de a área plantada não haver mudado, permanecendo em 150 hectares no período (figura 4.2.2.3). Em Praia Grande a mandioca deixou de ser uma cultura de expressão, depois de haver atingido o ápice da produção de 10.500 tons em 1995, reduziu para 2.760 tons no ano seguinte desde quando manteve estável, chegando a 2.700 tons em 2000 (figura 4.2.2.4). A redução no valor da produção, e na área plantada também foram significativos apesar de menor em termos de magnitude do que a redução na produção. O valor da produção caiu de R\$ 378.000 em 1995 para R\$179.000 em 1996, e subindo para R\$ 203.000 em 2000 (figura 4.2.2.5). Já a área plantada chegou a 700 hectares em 1995, reduzindo-se a 230 hectares em 1996, até alcançar 180 hectares em 2000 (figura 4.2.2.6).

A baixa remuneração recebida pelos produtores e a dificuldade na comercialização do produto colocam um cenário de incertezas para a cultura da mandioca. Apesar de ser uma cultura que há mais de cinco anos mantém uma certa estabilidade, pode vir a perder ainda mais espaço para outras culturas que vem expandindo em termos de área nos últimos anos.

#### e) Milho

O Brasil é o terceiro maior produtor de milho, respondendo por 7% da produção mundial e tendo alcançado 41,5 milhões de toneladas na safra 00/01. Da produção brasileira, Santa Catarina responde por cerca de 10% do volume enquanto que o Rio Grande do Sul responde por 15%. Nestes estados o panorama tem sido favorável ao cultivo do milho, levando a aumentos na área plantada e na produtividade da lavoura apesar de na safra de 2002 a estiagem ter afetado negativamente a cultura. Pese ao aumento de produção, Santa Catarina ainda sofre um déficit na produção de milho devido aos elevados índices de consumo pela suinocultura e avicultura.

Nas áreas de entorno aos Parques Nacionais, o milho vem sendo cultivado tanto na planície litorânea como no planalto. Enquanto que na planície, tanto em Jacinto Machado como em Praia Grande houve um decréscimo na produção de milho entre 1994 e 2000, a produção de milho em Cambará do Sul é marcada pela estabilidade. Na planície litorânea a produção alcançou 9.768 tons em 1994, baixando para 5.080 tons em 1999 e tendo uma ligeira recuperação em 2000, alcançando 7.280 tons (figuras 4.2.2.1. e 4.2.2.4.). A produção de milho em Cambará do Sul manteve-se inalterada entre 1994 e 2000 com 1.170 tons, com a exceção de 1996 quando houve uma redução na área plantada e a produção não passou de 601 tons (figura 4.2.2.7). O valor da produção teve pouca variação sendo que teve ligeira baixa tanto na planície litorânea, passando de R\$ 1.258.000 em 1994 para R\$ 1.213.000 em 2000, como no planalto, passando de R\$ 181.000 em 1994 para R\$ 171.000 em 2000 (figuras 4.2.2.2., 4.2.2.5. e 4.2.2.8.). Em termos de área plantada com milho, houve uma diminuição na planície litorânea, passando de 3.690 hectares em 1994 para 2.300 hectares em 2000 (figuras 4.2.2.3. e 4.2.2.6.). Já em Cambará do Sul, a exceção de 1996 a área plantada manteve-se em 650 hectares de 1994 a 2000 (figura 4.2.2.9).

O plantio de milho tem forte correlação com outras culturas desenvolvidas na planície litorânea tais como o fumo e a pecuária. Alguns produtores de fumo aproveitam a

<sup>9</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

entressafra de uma cultura para cultivar a outra, maximizando o uso da terra. Da mesma forma, nos campos onde o milho é a principal cultura, na entressafra planta-se aveia, utilizada como insumo alimentar da pecuária de corte. Esse comportamento é mais comum entre os arrendatários de terra que querem maximizar o lucro a curto prazo, e não se preocupam com a sustentabilidade do solo e sua capacidade de produzir à longo prazo. Os pecuaristas que mantêm rebanhos de suínos e de aves também costumam utilizar o milho como insumo para a alimentação dos animais, criando uma forte demanda por conta da crescente indústria pecuária da região. No planalto, a estabilidade na cultura do milho existe em função de o plantio ser feito por agricultores tradicionais e de subsistência, com cultivos inferiores a 2 hectares por propriedade que tem uma demanda regular pelo produto para fins de silagem, e não exploram-no comercialmente.

O milho deve continuar estável em Cambará do Sul, uma vez que não há pressões que indiquem uma diminuição ou um aumento da área plantada e nem da produção. Já na planície litorânea, há pressões que pode levar a mais diminuições na produção e na área plantada do milho, tais como a concorrência pelo uso do solo, principalmente por parte da cultura do arroz. Somado a isso, a indústria pecuária local tem se profissionalizado e conta com o suporte de empresas de grande porte como a Agroveneto, a Seara, etc. que muitas vezes fornecem os insumos alimentares aos produtores, ou senão possibilitam a compra do mesmo junto a outras fontes, reduzindo a necessidade de produção local do milho.

#### **f) Batata**

A batata é hoje a cultura temporária de maior expressão em Cambará do Sul, após ter desbancado o milho, em 1996, em termos de produção e valor de produção, apesar de continuar a ter menor área plantada. Esse crescimento foi impulsionado em grande parte pelo surgimento de novos produtores, principalmente na localidade da Azulega, oriundos de outros municípios tais como Criciúma, Farroupilha e Flores da Cunha.

A produção da batata teve um grande salto entre 1996 e 1997 quando passou de 669 tons para 3.600 tons, a partir de quando manteve a tendência de aumentar, chegando a 4.000 tons em 1999 e 2000 (figura 4.2.2.7). O valor da produção teve um salto astronômico, passando de R\$ 133.000 em 1996 para R\$ 1.314.000 em 1998. A partir daí, o valor da produção passou a cair até alcançar R\$ 820.000 em 2000 (figura 4.2.2.8). Evidenciando que o aumento da produção ocorreu principalmente em função de melhor produtividade, a área plantada aumentou, porém em menor escala do que o ganho na produção. Se em 1995 havia 60 hectares de área plantada de batata, esse valor aumentou para 180 hectares em 1997 e finalmente 200 hectares em 1999 e 2000 (figura 4.2.2.9).

Em virtude da menor remuneração apresentada pela cultura em anos recentes, a produção e a área plantada de batata podem vir a sofrer pequena redução no curto prazo. No entanto, boa parte da batata produzida é de agricultura familiar, onde ela tende a manter seu espaço, até porque não há forte concorrência de outras culturas por área.

#### **g) Alho**

A nível mundial, a alhicultura vem apresentando crescimento gradativo, comportamento que também ocorre a nível nacional, pese a falta de expressão do Brasil no cenário mundial.

O Rio Grande do Sul é o estado com a maior produção de alho do Brasil, tendo alcançado 24.618 tons em 2001, seguido de Santa Catarina com produção de 20.861 tons. O aumento da competitividade tem levado a uma queda nos preços pagos aos produtores, sendo que a defasagem entre 1997 e 2000 chegou a 34%. A busca da auto-suficiência e da diminuição do volume de alho importado tem levado os preços a estabilizarem-se, e existe a previsão de que a área plantada em ambos os estados terão aumento entre 8% e 10% no ano de

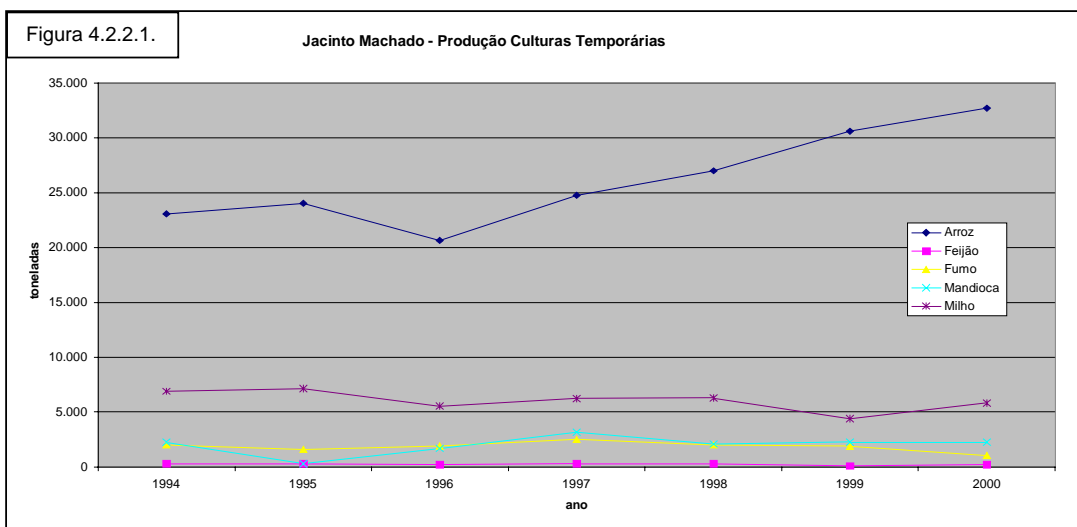
2003. Apesar de os preços pagos aos produtores na última safra não terem sido tão bons quando comparados à outros anos, foram compensadores, e aliados à facilidade de comercialização da cultura tem deixado os produtores otimistas.<sup>10</sup>

Como a batata, o alho vem sendo cultivado apenas em Cambará do Sul, não havendo grandes plantios em Jacinto Machado nem Praia Grande. Sua produção concentra-se também na Azulega e em grande parte o plantio de alho está concentrado nas mãos de pequenos produtores que desenvolvem o plantio em escala comercial. No entanto, não chega a ser um grande plantio, apesar de os aumentos nos últimos anos indicarem que a tendência do alho é o de crescimento contínuo. A produção de alho no município era praticamente inexistente até 1998 quando chegou a 60 tons. O volume produzido teve aumento bastante grande no ano seguinte, chegando a 525 tons, porém voltou a baixar já no ano seguinte para 315 tons (figura 4.2.2.7). Da mesma forma, a área plantada era praticamente nula até 1998 quando o plantio teve 30 hectares, aumentando para 75 hectares no ano seguinte e voltando a cair para 45 hectares em 2000 (figura 4.2.2.9). O valor do plantio aumentou de 50 mil reais em 1998 para 643 mil reais no ano seguinte. A redução no valor da produção em 2000 foi de menor magnitude que a redução na produção e na área plantada, alcançando 630 mil reais. (figura 4.2.2.8)

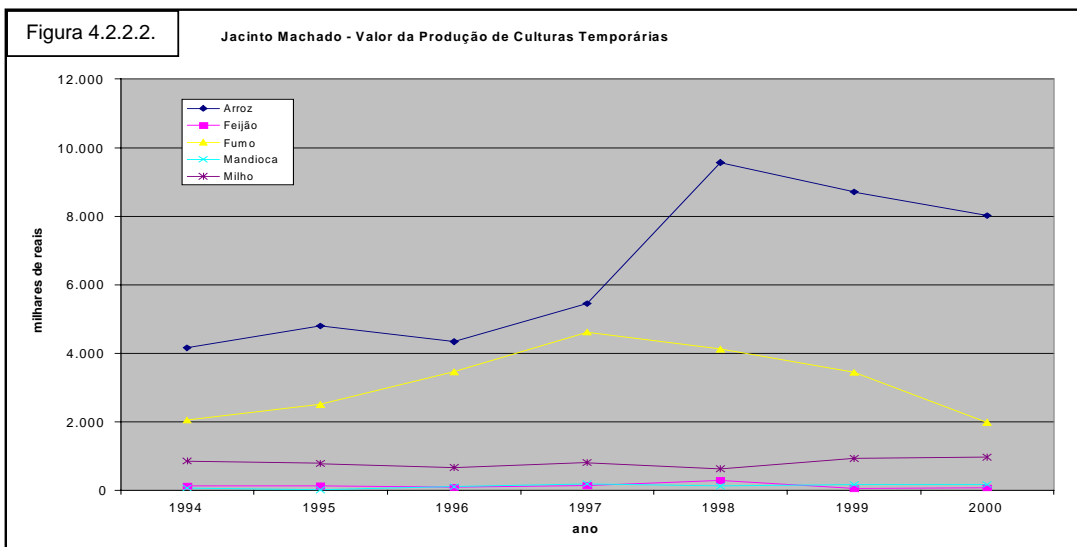
Apesar da cultura do alho ser bastante recente na região, e a produção ter tido oscilações em seus primeiros anos, a mesma deve continuar a crescer de forma gradual. Não será surpresa se o alho passar a ter maior importância na agricultura local à médio prazo, devido a perspectiva positiva da cultura.

---

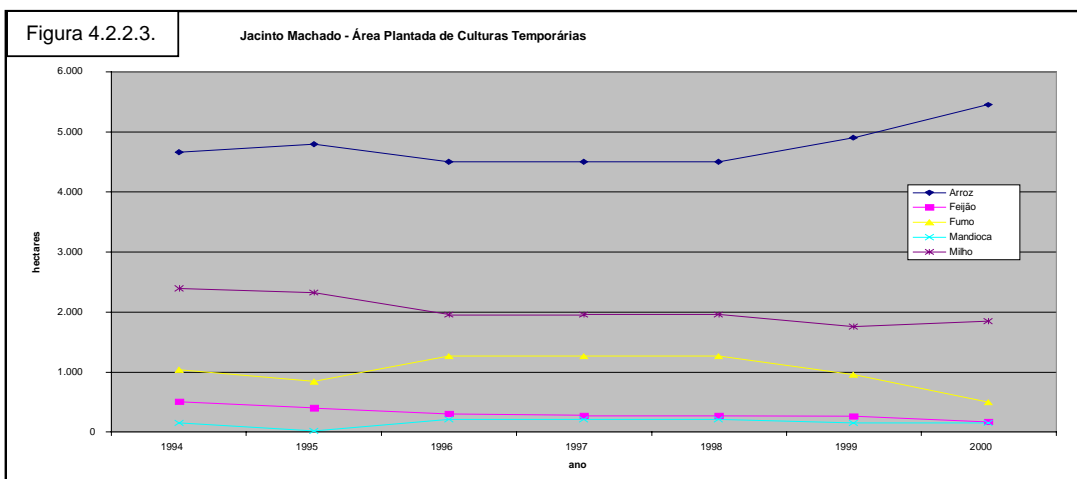
<sup>10</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.



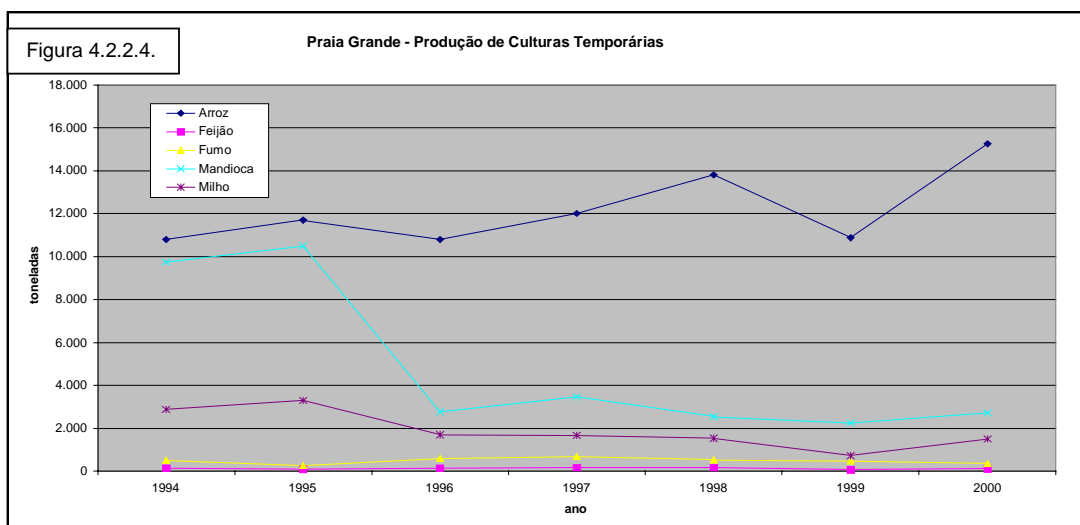
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



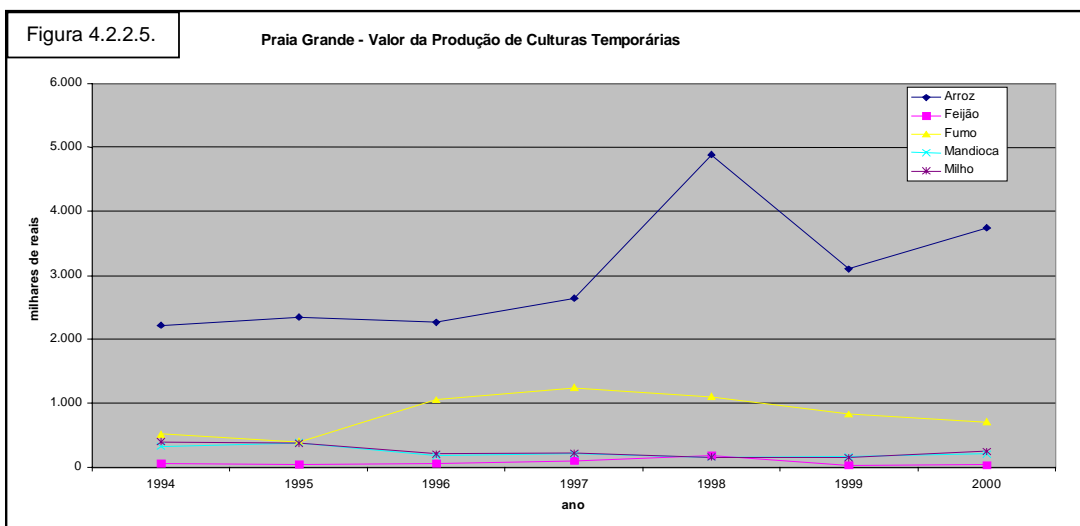
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



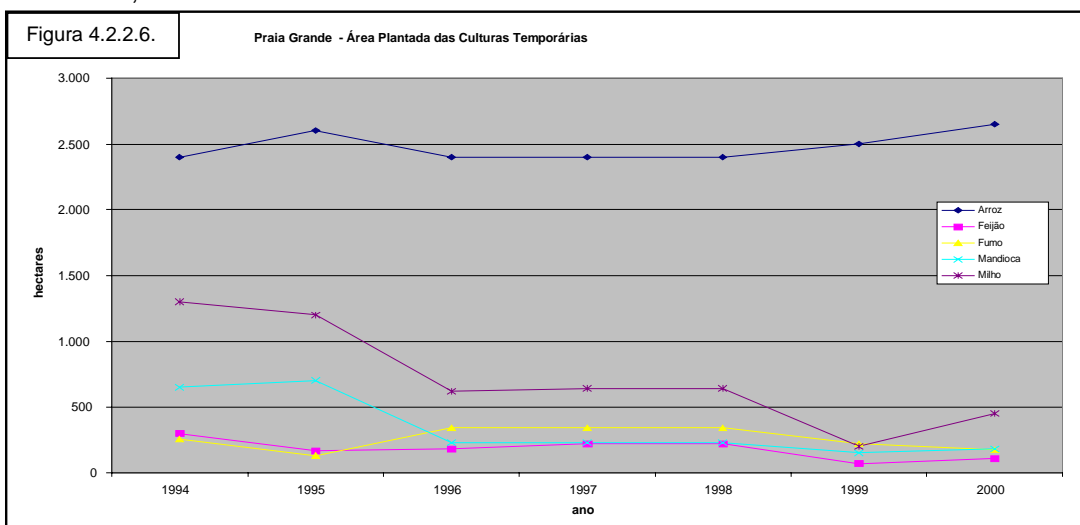
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



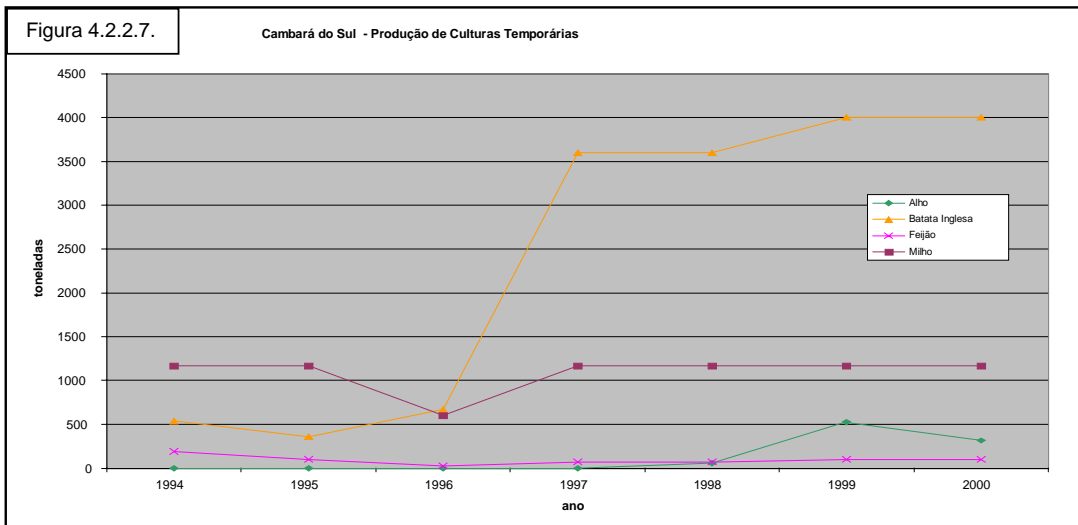
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



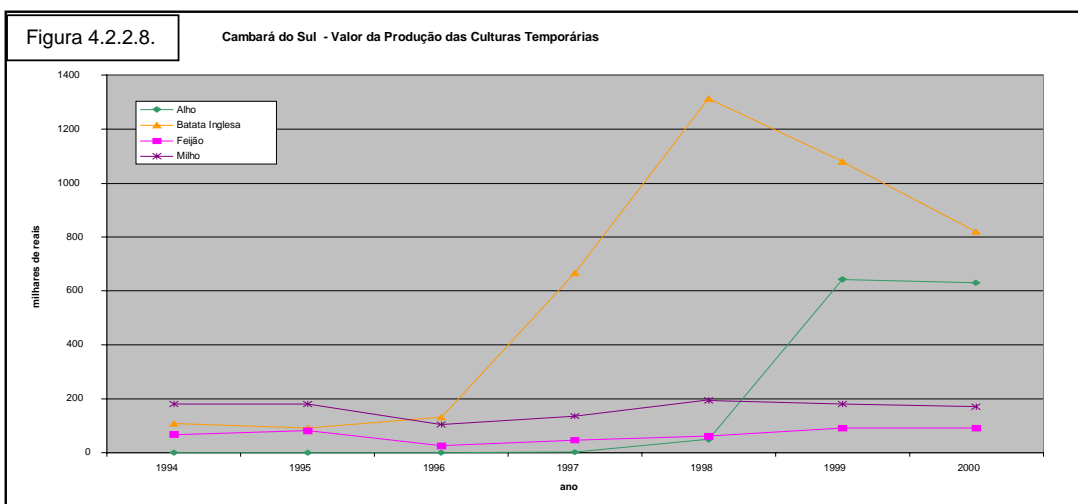
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



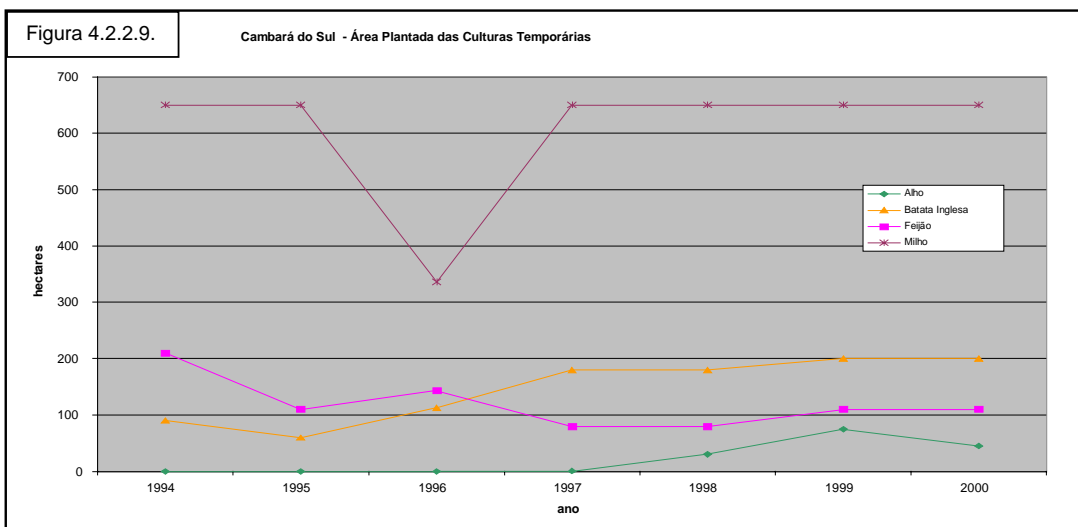
Fonte: IBGE, PAM – 2001.



Fonte: IBGE, PAM –2001.



Fonte: IBGE, PAM – 2001.



Fonte: IBGE, PAM – 2001.



### 4.2.3 Culturas Permanentes

#### a) Banana

A banana é a fruta mais cultivada e consumida do mundo. Dado divulgado pela FAO indica que no Brasil, o consumo de banana no ano 2000 alcançou 29,9 kg/ habitante. O país é o terceiro maior produtor mundial de banana, ficando atrás apenas de Índia e Equador. Santa Catarina foi o terceiro principal estado produtor em 2001, atrás de São Paulo e Bahia, com um volume produzido de 585.858 tons, aumento de 7% em relação ao ano anterior, sendo que no mesmo período a área plantada também teve aumento da ordem de 11%. No estado, a microrregião de Araranguá, à qual pertence Jacinto Machado e Praia Grande é a principal produtora da cultura.<sup>11</sup>

A banana é, depois do arroz a cultura agrícola mais rentável do entorno dos Parques Nacionais, ocorrendo também apenas na região da planície litorânea. Até pouco tempo atrás a banana vinha sendo a principal cultura da região, tanto que a cidade de Jacinto Machado é conhecida como 'a capital da banana,' ainda que hoje esteja mais para capital do arroz. A principal variedade de banana produzida na região é a branca, uma vez que a banana paulista (também conhecida como banana caturra) não se adapta bem a região. A produção tradicional requer fungicidas, herbicidas e adubos químicos, e em cerca de 60% dos plantios utilizam-se sacos plásticos para envolver e proteger os cachos.

Entre 1994 e 2000, a produção de banana declinou gradativamente tanto em Jacinto Machado como em Praia Grande. Se em 1994 foram produzidos 3.575.000 cachos em Jacinto Machado e 287.000 cachos em Praia Grande, em 2000 a produção não passava de 2.082.000 cachos e 210.000 cachos, decréscimo de 42% e 27% respectivamente (figura 4.2.3.1). O valor da produção teve redução ainda maior, ainda que demonstrasse sinais de recuperação ao final do período. Em 1994, a banana rendeu R\$ 8.938.000 em Jacinto Machado e R\$ 718.000 em Praia Grande, atingindo o mínimo em 1998 de R\$ 2.186.000 e R\$ 221.000, respectivamente (figura 4.2.3.2). Em 2000, o valor da produção recuperou-se em parte, alcançando R\$ 4.164.000 e R\$ 420.000, valores 53% e 42% inferiores àqueles de 1994 respectivamente. A área plantada de banana permaneceu estável no final da década de 90 após ter sofrido uma queda acentuada, entre 1995 e 1996, passando de 5.500 hectares para 3.470 hectares em Jacinto Machado e de 580 hectares para 350 hectares em Praia Grande (figura 4.2.3.3).

É interessante saber que dos 350 hectares de área plantada em Praia Grande, por volta de 15%, ou seja, 55 hectares são de plantio orgânico, apoiados pela EPAGRI e organizados sob a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, ACEVAM, que reúne 28 agricultores. No entanto a comercialização deste produto enfrenta alguma rejeição por parte de consumidores que vêem o produto como inferior ao cultivado com uso de agrotóxicos. Sendo assim, a comercialização vem sendo dirigida a público organizado em cooperativas de consumidores e feiras de produtos orgânicos realizadas em Torres, Três Cachoeiras, Sombrio, Criciúma e Caxias do Sul ou então como parte da merenda escolar de municípios como Criciúma, Florianópolis, Laguna e Itajaí.

A perspectiva para a produção de banana não é das melhores, uma vez que os produtores encontram-se descapitalizados e há um excesso de oferta no mercado, dificultando a comercialização da fruta. Uma das opções que podem vir a beneficiar o produtor é a implantação do sistema de produção integrada de banana pela EPAGRI a partir de 2002, o qual visa prevenir e controlar pragas, diminuir custos de produção, reduzir o uso de produtos químicos e rastrear a origem dos produtos. Uma vez enquadrados neste sistema, o produtor terá a possibilidade de exportar seu produto, já que desde 1995 quando foi aberto este

<sup>11</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

mercado, o produtor não tem conseguido atender as exigências dos importadores. Assim, a principal mudança na cultura da banana na região nos próximos anos deve ser qualitativa e não quantitativa. Não deve se esperar grandes aumentos em termos de área plantada no curto e médio prazo, uma vez que o mercado não se mostra atrativo, e o preço dos terrenos de encosta, onde concentra-se o plantio da banana teve aumento de valor que segundo o EPAGRI chega a ser até seis vezes maior do que na década passada. Por outro lado, a cultura da banana tampouco enfrenta grandes pressões de diminuição, uma vez que apenas o eucalipto concorre com a banana por espaço nos terrenos de encosta, e para o produtor descapitalizado o eucalipto requer um investimento proibitivo.

### **b) Maçã**

Durante anos seguidos, a produção de maçã no Brasil obteve quebras consecutivas de recordes, o que não se repetiu na safra 00/01 devido a fatores climáticos. Esta tendência de crescimento tem levado as importações de maçã a caírem, enquanto que as exportações aumentam. Em 2001, o produtor recebeu melhor remuneração do que nos anos anteriores. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, os dois principais produtores de maçã do país, respectivamente, há uma tendência de aumento de área plantada há pelo menos dois anos consecutivos. A produção de maçã em Santa Catarina atingiu 378.748 tons na safra 00/01, volume inferior às 500.142 tons da safra anterior. No Rio Grande do Sul a produção também declinou de um ano ao outro, passando de 427.039 tons na safra 99/00 para 304.447 tons na safra seguinte.<sup>12</sup>

No entorno dos Parques Nacionais, a maçã é cultivada apenas em Cambará do Sul. Ainda que a produção de maçã seja a única cultura permanente do município, ocorre em escala bastante reduzida, ainda mais se comparado ao município vizinho de São Francisco de Paula. De fato a maçã vem perdendo espaço em Cambará do Sul onde antes havia dois pomares, hoje resta apenas um. Segundo informações da EMATER local, a produção de maçã tem um custo muito alto para o produtor local, que não tem nenhuma condição de investir, ainda mais em se tratando de uma cultura que leva vários anos após o plantio para dar retorno financeiro.

Entre 1994 e 1996 a produção de maçã em Cambará do Sul declinou de forma bastante acentuada, passando de 45.540.000 frutos para apenas 20.000 frutos. Ainda que em 1997 houve uma recuperação, atingindo 27.600.000 frutos, a produção voltou a cair para 16.000.000 de frutos no ano seguinte, valor no qual permaneceu estável nos dois anos seguintes (figura 4.2.3.1). O valor da produção também apresentou oscilações similares, atingindo um mínimo de 3.000 reais em 1996, um pico de 3.588.000 no ano seguinte para então estabilizar-se próximo dos 700.000 reais de 1998 a 2000 (figura 4.2.3.2). A área plantada esteve em 105 hectares entre 1998 e 2000, após ter atingido mais de 200 hectares em 1994, e quase zero hectares em 1996. (figura 4.2.3.3)

A não ser que haja investimentos grandes por parte de empresas, agroindústrias do ramo, ou produtores de outros municípios, não há razões para se esperar que o plantio de maçã venha a crescer em Cambará do Sul. De fato, o risco maior parece ser o de diminuição da cultura, conforme o único pomar restante venha a envelhecer e perder rendimento, e o produtor ter dificuldades de encontrar recursos para investir.

### **c) Maracujá**

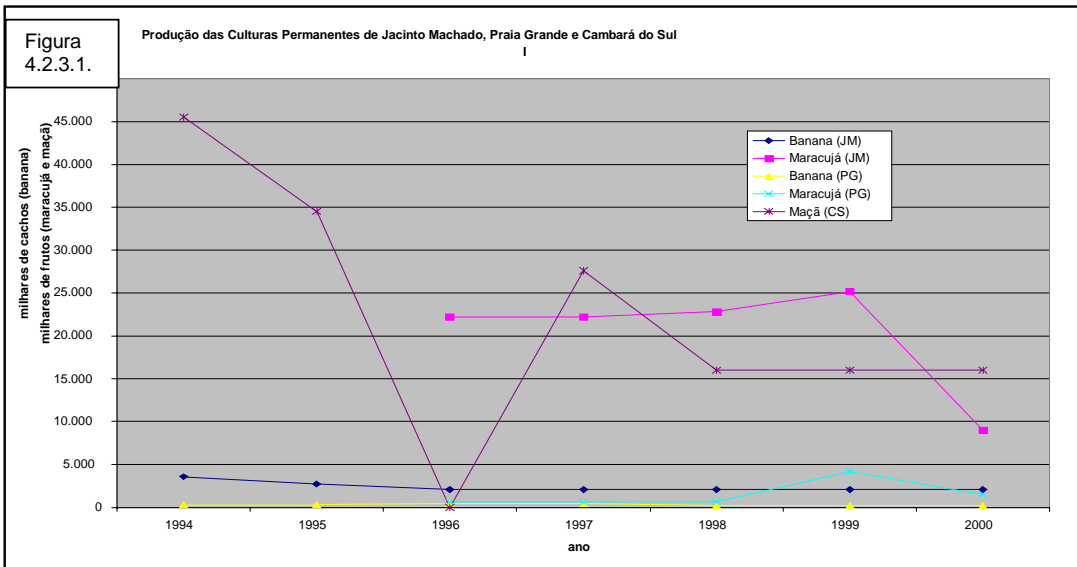
O Brasil é o segundo maior produtor mundial de maracujá, figurando atrás do Equador em termos de volume produzido. A Região Sul do país não tem tradição na cultura do maracujá que tem plantios comerciais de maior expressão nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

---

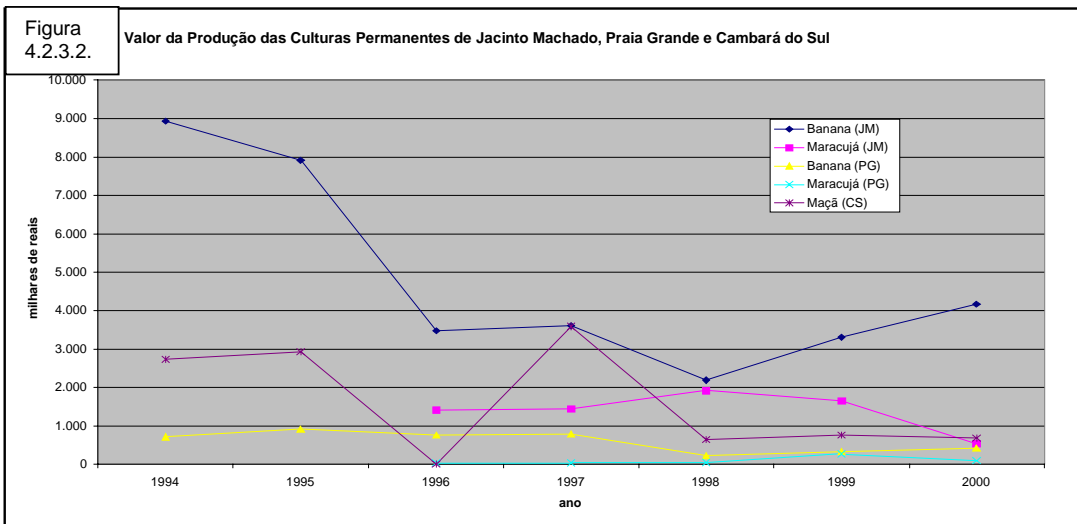
<sup>12</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

Mesmo não tendo tradição, e tendo pouca aptidão climática e cultural, a cultura do maracujá orgânico foi incentivada durante a segunda metade da década de 90 na região de Jacinto Machado e Praia Grande pela ACEVAM e o EPAGRI. Se nesse período houve a adesão de um número razoável de produtores à cultura, a mesma teve um ciclo curto, sendo abandonada a partir de 2000, uma vez que os resultados ficaram aquém do esperado. Em 1996, foram plantados 350 hectares de maracujá em Jacinto Machado e 10 hectares em Praia Grande. Esse plantio aumentou gradativamente até 1999, chegando a 420 hectares e 70 hectares, porém o declínio que teve início no ano seguinte reduziu os pomares a 150 hectares e 25 hectares, respectivamente (figura 4.2.3.3). No ápice da produção em 1999 o maracujá chegou a render 29.400.000 frutos entre os dois municípios, pese a que neste ano o valor da produção diminuiu em relação ao ano anterior de R\$ 1.924.000 a R\$ 1.648.000. (figuras 4.2.3.1 e 4.2.3.2).

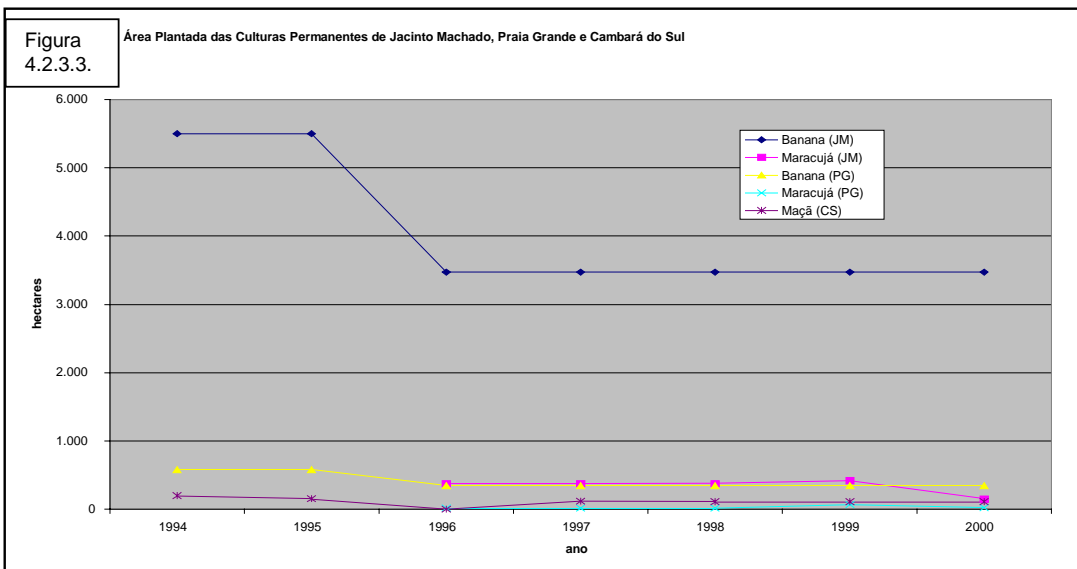
Ao que tudo indica, o destino do maracujá no entorno dos Parques Nacionais parece levar a descontinuidade da cultura. Hoje restam poucos plantios que gradualmente estão desaparecendo. No entanto, o importante é destacar que além do maracujá, a ACEVAM tem feito um trabalho de introdução de culturas alternativas cultivadas de forma orgânica na região, testando a viabilidade agrícola e comercial das mesmas. Ainda que o maracujá não tenha trazido os resultados esperados, pode ser que alguma das outras culturas que eles tem apoiado, ainda em escala piloto, tenham um ciclo, ainda que curto. Dentre estas culturas alternativas destacam-se a goiaba, a uva, o pêssego, a amora, o morango e o figo.



Fonte: IBGE, PAM – 2000.



Fonte: IBGE, PAM – 2000.



Fonte: IBGE, PAM – 2000.

#### 4.2.4. Pecuária

Ainda que a pecuária já não tenha a mesma importância relativa na economia dos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul, decorrente do fortalecimento de outras atividades, segue sendo importante na região. Entre os rebanhos, destaca-se o crescimento da avicultura na baixada litorânea, impulsionada pela chegada de grandes empresas de beneficiamento como a Seara e a Agroveneto, e o grande rebanho bovino do planalto, favorecido pelas grandes extensões de campo de Cambará do Sul.

##### a) Bovinocultura

A bovinocultura em Cambará do Sul remonta aos tempos coloniais, e além de ser uma cultura que traz benefícios econômicos à comunidade, está incorporada à tradição e a cultura local. A paisagem da região demonstra este quadro, com os vastos campos, de vegetação nativa e/ou exótica, utilizados para pastoreio.

Em 1990 havia pouco mais de 27.000 cabeças bovinas no município, e após baixar para 25.000 cabeças houve aumento, em 1996, quando o rebanho ultrapassou as 33.000 cabeças. Em 2000 o rebanho era de 31.500 cabeças, contagem 4,6 vezes maior do que a população humana do município no mesmo ano (figura 4.2.4.3).

De acordo com o representante da EMATER local, o rebanho está estabilizado e apesar de haver tido uma redução na área de pastoreio, não houve redução do rebanho uma vez que melhorias no processo de criação do gado compensaram o menor espaço.

A bovinocultura de corte tem crescido de forma moderada na Região Sul, mas o desempenho tem apresentado melhoras substanciais por conta da redução da idade de abate. Em 2001 o desempenho das exportações foi favorecido pelos problemas sanitários europeus, a queda nas exportações argentinas e o câmbio favorável, enquanto que o mercado interno mostrou-se razoavelmente estagnado.<sup>13</sup>

A perspectiva da pecuária de corte é boa, com preços sustentados, aumento do consumo e das exportações, e acordos comerciais que facilitam a colocação dos produtos no mercado.

Ainda que a pecuária de Cambará do Sul seja principalmente de corte, a produção de leite no município tem crescido e chega até a 2.000 litros por dia. Essa produção ainda pode ser considerada pequena, no entanto a presença da Cooperativa de Laticínios Nova Petrópolis deve estimular ainda mais a produção de leite. O principal derivado do leite na região é o queijo serrano que apesar da produção alta, é um produto de difícil comercialização, limitando o crescimento da produção.

Na planície litorânea o rebanho bovino diminuiu de forma sustentada de 1990 a 2000, baixando de 10.750 cabeças para 7.500 cabeças em Jacinto Machado, e baixando de 6.000 cabeças para 4.700 cabeças em Praia Grande. A principal razão para essa diminuição é o aumento no valor das terras, que induz o produtor a utilizá-las para o cultivo agrícola, que faz uso menos extensivo de área. Boa parte do que no passado fora pastagem, hoje são terras inundadas para o cultivo de arroz, ou terras convertidas a outras culturas (figuras 4.2.4.1. e 4.2.4.2.).

##### b) Avicultura

A avicultura teve seu melhor ano em 2001, com o contínuo crescimento da produção e do preço de comercialização. Os produtores nacionais encontram condições favoráveis no mercado de exportação por conta da abertura de novos mercados, das dificuldades enfrentadas por países concorrentes, e de melhoras expressivas na cadeia logística.

<sup>13</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

Em Jacinto Machado havia 79.100 cabeças de ave em 1990, quantia esta que aumentou em 32% até 1993. Em 1994 houve queda abrupta, com perda de mais de 40.000 cabeças, alcançando 63.000 cabeças. A partir do ano seguinte houve recuperação, e em 1996 o rebanho voltou a ser de 104.000 cabeças, mesmo patamar de 1993, porém com a diferença de que a proporção de frangos e pintos em relação a galinhas era maior. Daí até 2000, o rebanho manteve-se bastante estável, fechando a década em 102.000 cabeças (figura 4.2.4.1).

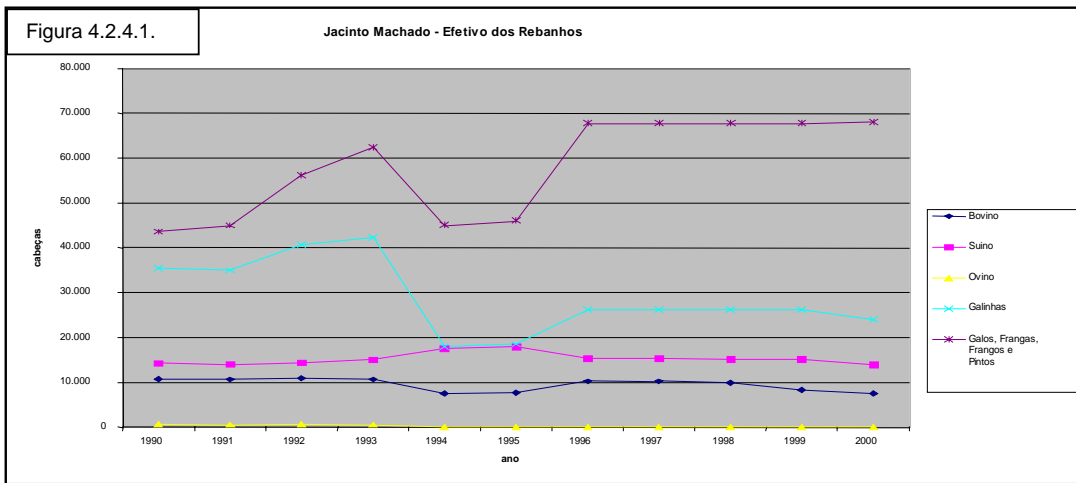
Praia Grande teve aumento no seu rebanho de frangos e pintos, e redução do rebanho de galinhas na década de 1990. Os frangos e pintos tiveram crescimento sustentado ao longo da década fechando o ano de 2000 com 36.000 cabeças, pouco mais de 10.000 cabeças do que em 1990. Em 1990 havia 18.800 cabeças de galinha no município, sendo que quatro anos mais tarde este rebanho havia aumentado em 2.000 cabeças. No entanto, daí em diante houve recuo, e o rebanho não passou de 15.500 cabeças em 2000 (figura 4.2.4.2).

Em Cambará do Sul a avicultura é consideravelmente menor que na planície litorânea, e os criadores são principalmente agricultores familiares e de subsistência, não havendo no município indústrias de beneficiamento. De pouco mais de 5.000 cabeças em 1990, o rebanho avícola cresceu para pouco menos de 8.000 cabeças em 2000. É interessante notar que houve um ano atípico, quando em 1996 há a redução imensa no rebanho de frangos e pintos enquanto verifica-se crescimento atípico do rebanho de suínos, indicando que os produtores podem entender que um rebanho seja opção frente ao outro (figura 4.2.4.3).

### **c) Suinocultura**

A suinocultura tem grande destaque em Santa Catarina, onde estão concentradas boa parte da produção e também as cinco principais indústrias de beneficiamento.

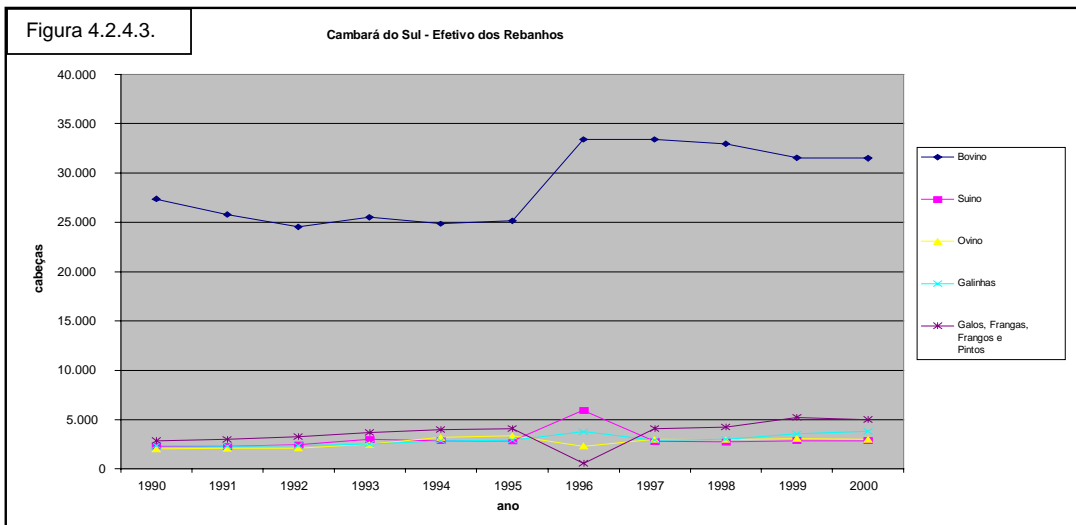
O rebanho suíno é, depois do rebanho de aves, o maior em Jacinto Machado. A pecuária suína não teve grandes mudanças ao longo da década de 1990, permanecendo razoavelmente estável ao longo do período, oscilando entre 14.000 cabeças, no início e no final do período, e 18.000 cabeças (figura 4.2.4.1). Em Praia Grande houve queda na produção de suínos a partir de 1996 quando a produção baixou de um patamar de 5.000 cabeças para 2.000 cabeças, nível no qual permaneceu até o final da década (figura 4.2.4.2). Em Cambará do Sul a produção de suínos demonstrou equilíbrio oscilando entre 2.000 e 3.000 cabeças durante a década, sendo 1996 um ano atípico, quando o rebanho chegou quase a 6.000 cabeças (figura 4.2.4.3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – 2001



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – 2001.



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – 2001.

#### d) Apicultura

Cambará do Sul é conhecida como a 'Capital do Mel' por contar com grande quantidade de apicultores e do mel que eles produzem. De acordo com dados obtidos na EMATER do município, a apicultura envolve mais de 200 produtores e foi comentado que, ainda que nem todos produzam comercialmente, praticamente todas as propriedades agrícolas possuem criação de abelhas para suprir ao menos o consumo próprio. A produção do município oscila entre 200 e 250 toneladas de mel por ano, sendo que a tendência tem sido de aumento na produção. São quatro as variedades de mel produzidas no município, classificadas de acordo com sua coloração e qualidade, sendo a florada dominante a silvestre. Há uma associação dos apicultores locais, a Associação Cambaraense de Apicultores (ACAPI) que conta com cerca de 63 produtores, os quais possuem em conjunto 6.500 colméias. Um apicultor do município, o Sr. Célio Macedo, desenvolve a apicultura com abelhas nativas, que apesar de apresentarem um rendimento inferior, tem propriedades únicas que diferenciam seu produto daquele dos demais produtores.

Os produtores da ACAPI estão espalhados pelo município, com a principal localidade de produção de mel sendo a vila do Bom Retiro seguido do Morro Agudo (figura 4.2.5.1). Os principais mercados dos produtores locais se encontram nos estados das regiões Sul e Sudeste do país, além de um mercado de exportação Alemão que começa a se firmar.

Figura 4.2.5.1. – Localidades dos apiários de Cambará do Sul.

LOCALIDADE	APICULTORES
Azulega	02
Bom Retiro	15
Capão Penso	08
Fazenda do Lobo	06
Morro Agudo	11
Morro Grande	04
Nassuca	03
Osvaldo Kroeff	03
São Gonçalo	06
Vareta	05

Fonte: EMATER/RS (Cambará do Sul)

No final de 2002, o mel vinha sendo comercializado a R\$ 4,50/quilo, valor 150% maior do que em anos anteriores. Essa perspectiva de bons resultados deve estimular o aumento da produção e a entrada de novos produtores ao mercado.



### c) Silvicultura

Nacionalmente há grande demanda por madeira, seja como matéria prima da celulose, da fabricação de móveis, da construção civil ou como fonte energética. Assim, o ramo florestal é um dos mais dinâmicos do setor primário: gera 1,6 milhões de empregos diretos e 5,6 milhões de empregos indiretos, contribui com cerca de 4% do PIB nacional num montante de vinte e cinco bilhões de dólares, responde por 8,5% da pauta de exportações, além de coletar um bilhão e meio de dólares em impostos ao ano.<sup>14</sup> Por outro lado, a exploração excessiva de matas nativas sem que houvesse manejo adequado nem replantio levou a um quadro social e ambiental bastante preocupante, pois a demanda é praticamente infinita devido à atratividade e a dimensão do mercado de exportação. Ainda que haja grandes áreas dedicadas ao cultivo do pinus e do eucalipto, os mesmos são insuficientes para atender toda a demanda fazendo com que haja pressão sobre os poucos e frágeis remanescentes de cobertura vegetal original.

Essa situação deficitária tem levado diversas instituições, públicas e privadas, a apoiarem programas de replantio no mundo todo. Tanto é assim que nos últimos dois anos, a produção mundial de madeira para uso industrial cresceu em mais de 3% ao ano.<sup>15</sup>

O celebre acordo de Kyoto para redução de emissões, caso efetivamente implementado, pode vir a beneficiar o setor florestal do Brasil, país detentor de grandes áreas passíveis de reflorestamento e com ritmo avançado de crescimento da biomassa. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) permitirá que países em desenvolvimento tenham a opção de comercializar os benefícios gerados por projetos de redução e seqüestro de gases para os países que não atingirem às metas estabelecidas para redução de emissões.

O impacto mais importante do Protocolo de Kyoto é a criação de um mercado para implantação de florestas que, ao seqüestrarem carbono da atmosfera, geram créditos comercializáveis, Certificados de Redução de Emissões (CRE), incentivando o reflorestamento em detrimento do desmatamento ao agregar-lhe valor sem que isso implique em grandes aumentos no custo de produção. Ainda que o MDL gere muita incerteza quanto à sua efetividade e abrangência, estima-se que o mercado mundial de carbono possa chegar a US\$ 10 bilhões ao ano, com o valor da tonelada de carbono entre cinco e dez dólares. Uma área de replantio de floresta pode absorver até dez toneladas de carbono por hectare ao ano.<sup>16</sup>

No Brasil, o Programa Nacional de Florestas - PNF, administrado pelo MMA alerta para a insuficiência de áreas de replantio para assegurar uma produção sustentável. Conforme demonstrado pela figura 4.4.1., prevê-se um balanço negativo entre a demanda por madeira e a disponibilidade de florestas plantadas já a partir de 2004. O desafio do PNF é estruturar um setor deficitário e que precisa de instrumentos eficazes de controle sobre a produção, sem alienar as comunidades tradicionais que dependem da cultura. Com o apoio financeiro de organismos internacionais como o KfW, o PPG7, das Nações Unidas, etc. o PNF tem por objetivo reflorestar cerca de 630.000 hectares ao ano.

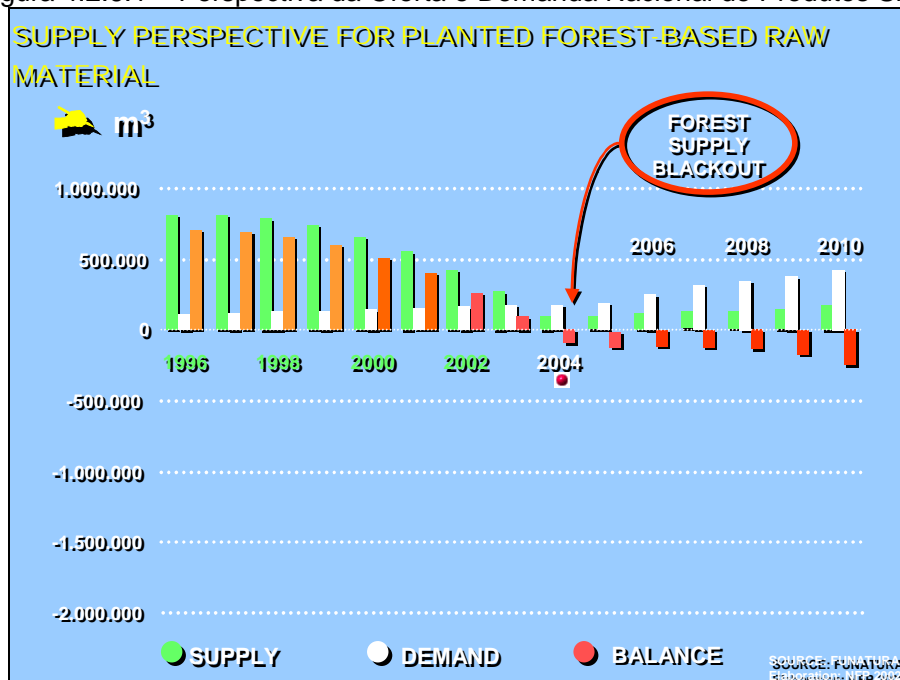
---

<sup>14</sup> MMA, *Programa Nacional de Florestas*, 2002.

<sup>15</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

<sup>16</sup> Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001-2002*.

Figura 4.2.6.1 – Perspectiva da Oferta e Demanda Nacional de Produtos Silvícolas.



Fonte: Programa Nacional de Florestas, 2002.

O estado de Santa Catarina é o único da Região Sul a participar de um programa florestal que visa gerar emprego e renda, difundir tecnologia, proteger os recursos florestais e hídricos e beneficiamento em pequena escala. Este projeto receberá mais de oito milhões e meio de dólares, e atenderá iniciativas em 235 municípios do estado, dentre os quais Jacinto Machado. Praia Grande não tem iniciativas incluídas neste projeto.

A certificação de origem e manejo de florestas tem provado ser um diferencial que aumenta a competitividade dos produtos florestais no mercado internacional por atender às exigências de qualidade, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente impostas pelo mercado consumidor. O selo mais conceituado é o Forest Stewardship Council (FSC), que tem mais de um milhão de hectares de floresta certificada no Brasil, divididos entre florestas plantadas e florestas nativas.

O Brasil é o quarto maior produtor de madeira do mundo, atrás de Estados Unidos, Índia e China, apesar de ser apenas o sétimo no ranking do reflorestamento. No entanto a produção de madeira bruta de espécies cultivadas vem crescendo rapidamente, especialmente no setor de papel e celulose, que já não utiliza madeira obtida a partir de mata nativa. A madeira para esta finalidade alcançou 46 milhões de metros cúbicos em 2000, expressivos 12% de aumento em relação ao ano anterior. A madeira utilizada para outras finalidades é em parte extraída de florestas nativas, ainda que a proporção de uso das mesmas frente a madeira cultivada tem diminuído de forma sistemática; o cultivo cresceu 10%, em 2000, chegando a 25,7 milhões de metros cúbicos. De fato pode se observar na tabela abaixo que entre 1997 e 2000 a tendência tem sido o recuo da utilização dos produtos obtidos a partir da extração vegetal e o aumento daqueles provenientes da silvicultura.

Figura 4.2.6.2. - Produção Brasileira dos Principais Produtos Florestais

Produto	1997	1998	1999	2000
<b>Extração Vegetal</b>				
Carvão Vegetal (t)	1.650.835	1.284.032	1.281.125	1.429.180
Lenha (m <sup>3</sup> )	62.461.750	58.347.879	54.672.259	50.395.399
Madeira em tora (m <sup>3</sup> )	26.303.849	22.149.783	21.310.243	21.918.527
<b>Silvicultura</b>				
Carvão Vegetal (t)	3.784.064	3.042.789	2.536.847	2.385.516
Lenha (m <sup>3</sup> )	27.392.913	30.252.670	35.770.568	40.469.405
Madeira p/papel e celulose (m <sup>3</sup> )	35.451.543	38.648.350	41.129.624	46.009.405
Madeira p/outras finalidades (m <sup>3</sup> )	21.663.350	33.933.841	23.433.414	25.708.036

Fonte: IBGE, Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal - 2001.

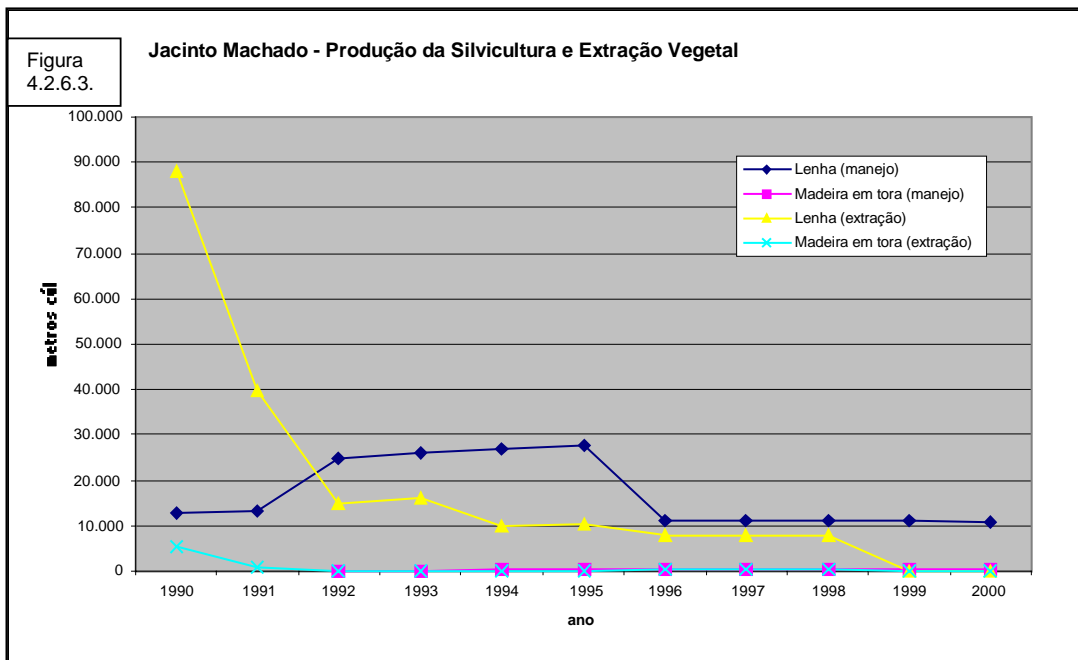
Hoje o Brasil é auto-suficiente em praticamente todos os produtos madeirados, possibilitando ao país suprir suas necessidades de madeira, enquanto participa em peso do mercado de exportação. A escassez de matéria prima nos principais países consumidores do hemisfério norte e as dificuldades enfrentadas por países competidores favoreceram o setor exportador, cujos principais produtos são os laminados e compensados. Considerando-se os três segmentos da indústria florestal nacional, exportaram-se 4,2 bilhões de dólares em 2001, valor 5% inferior ao ano anterior, ainda que em termos de volume houve aumento de 11%. Em 2002 a perspectiva indicava uma recuperação gradativa dos preços e mais aumentos no volume exportado.

A silvicultura que ocorre no entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral é bastante intensiva, e no caso de Cambará do Sul constitui a base da economia do município, ainda que boa parte do valor agregado da cultura esteja no beneficiamento da madeira cultivada. Enquanto o cultivo do *pinus taeda*, utilizado como matéria prima na indústria moveleira e na indústria de celulose, predomina na paisagem do planalto, o cultivo de eucalipto, utilizado como matriz energética no beneficiamento do fumo e do arroz, tem presença constante na paisagem da planície litorânea. No entanto, a diminuição no cultivo de fumo, e a substituição de parte dos fornos para secagem de arroz por modelos elétricos tem reduzido a demanda por madeira em Jacinto Machado e Praia Grande.

De acordo com estimativas mencionadas em entrevista com o diretor florestal da Cambará S/A, há cerca de 22.000 hectares de área plantada com pinus no município dos quais cerca de 10.000 hectares encontram-se num raio de dez quilômetros de entorno aos Parques Nacionais, e 200 hectares dentro dos mesmos. A Cambará S/A possui cerca de 8.000 hectares desta área, aproximadamente o mesmo espaço ocupado pelos plantios da Reflorestadores Unidos S/A. A indústria de móveis Florense possui cerca de 800 hectares dos quais 100 hectares encontram dentro dos limites do Parque Nacional de Serra Geral. Na planície litorânea não há estimativas da área plantada de eucalipto uma vez que os plantios são muito fragmentados.

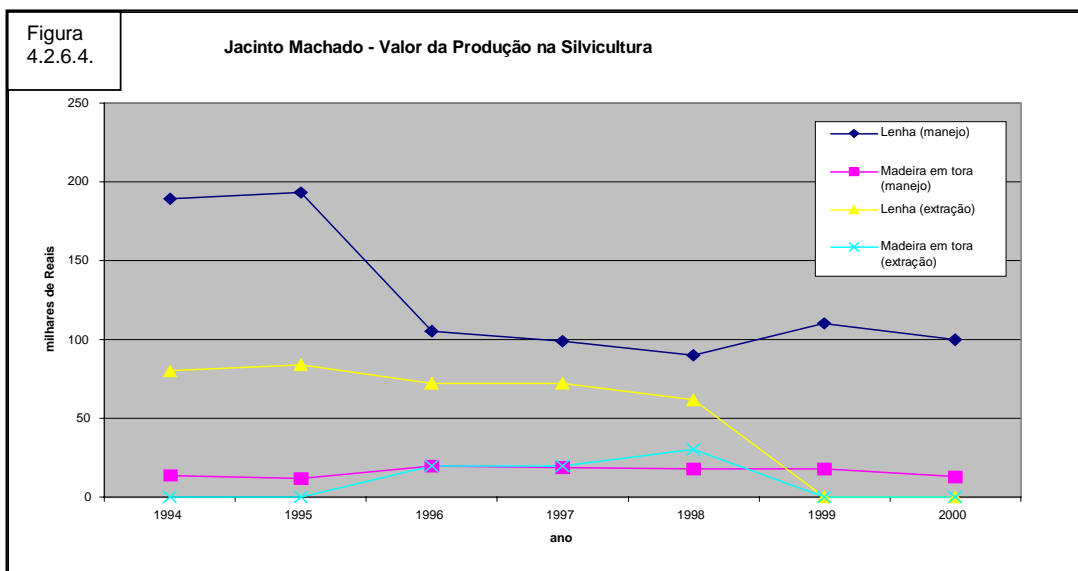
Dados do IBGE demonstram que tanto em Jacinto Machado como em Praia Grande houve queda abrupta na extração de lenha entre 1990 e 1992, tendo diminuído de 88.000 metros cúbicos para 15.000 metros cúbicos, e de 88.000 metros cúbicos para 20.000 metros cúbicos respectivamente. Daí até 1998, o recuo foi gradativo, até baixar a 7.750 metros cúbicos em Jacinto Machado e 1.950 metros cúbicos em Praia Grande. Da mesma forma, a extração de madeira em tora nestes municípios reduziu-se durante a década passada a valores que não chegam a dez por cento daquele registrado em 1990. Em Cambará do Sul o extrativismo de lenha já era baixo em 1990, não passando de 5.200 metros cúbicos, os quais recuaram gradativamente a 3.200 metros cúbicos em 2000. No período para o qual temos dados comparáveis, entre 1994 e 1998, o valor da extração vegetal em todos os três municípios pouco mudou, passando de um total de R\$ 176.000 para R\$ 168.000.

A produção silvícola teve melhora de desempenho no planalto e piora na planície litorânea. Enquanto que em Cambará do Sul houve um aumento na produção e no valor da mesma durante a década de 1990, em Jacinto Machado e Praia Grande houve redução.

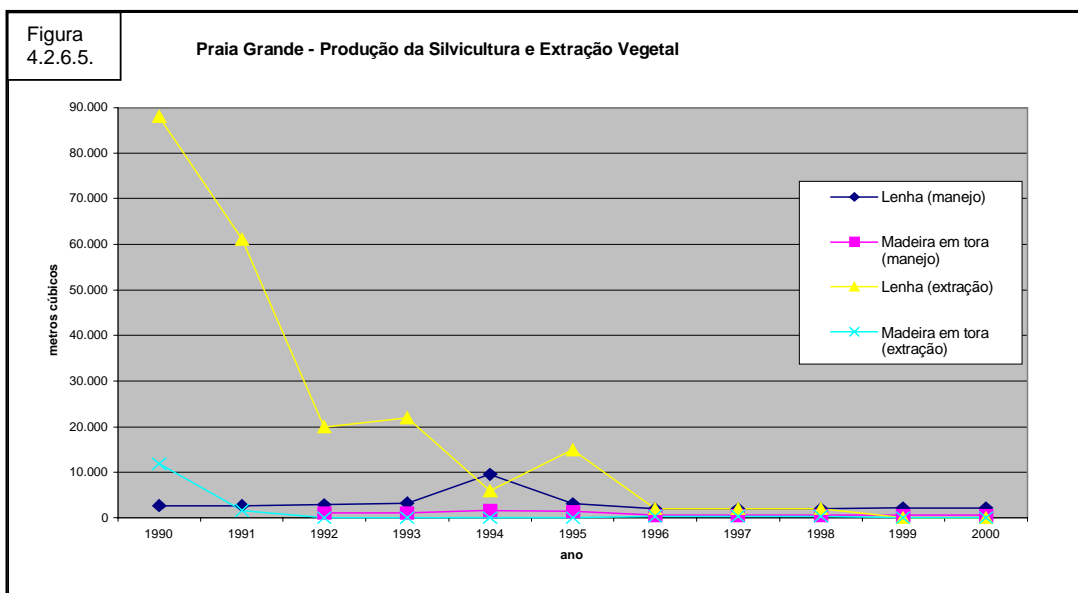


Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.

Em Jacinto Machado a produção de lenha manejada passou de 12.750 metros cúbicos, em 1990, para 27.600 metros cúbicos, em 1995. No ano seguinte, a produção baixou para 11.000 metros cúbicos, quantia esta que manteve-se até o final da década. A produção de madeira em tora manejada é quase inexpressiva no município, tendo aumentado de 200 metros cúbicos em 1992 para 500 metros cúbicos em 2000 (figura 4.2.6.3). Se em 1994 a silvicultura no município rendia R\$ 203.000, ao longo de seis anos este valor baixou em R\$ 90.000 (figura 4.2.6.4).

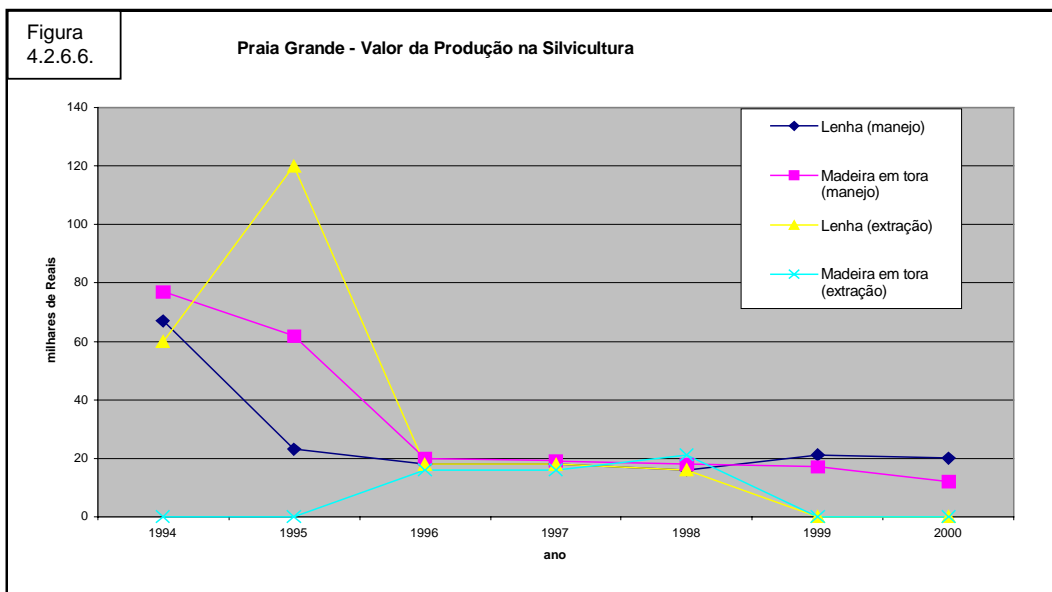


Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.



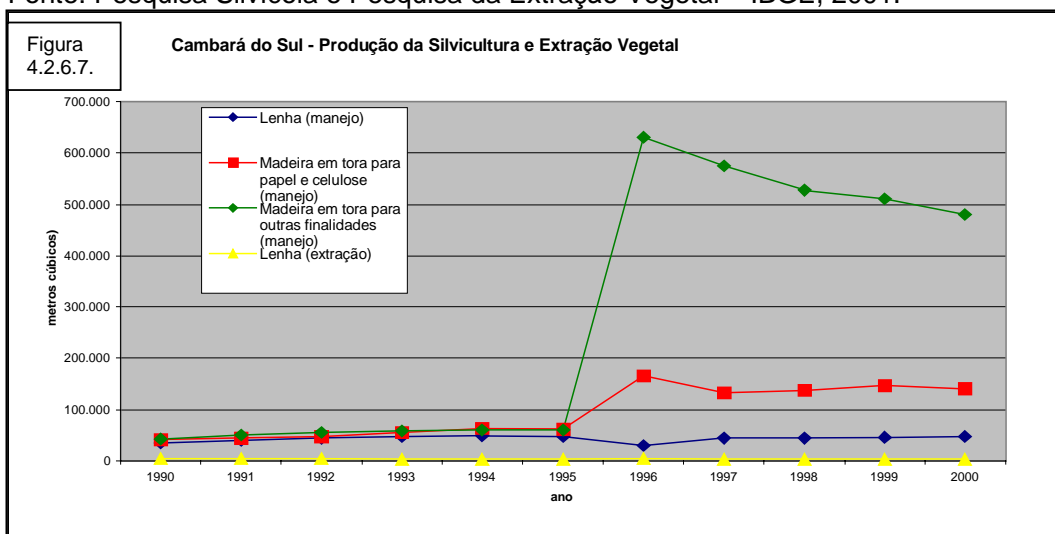
Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.

Em Praia Grande a produção de lenha manejada aumentou até 1994, ano em que houve uma produção bastante elevada de 9.500 metros cúbicos. No entanto, 1994 provou ser um ano atípico, pois nos anos seguintes a produção voltou aos patamares normais entre 2.000 e 3.000 metros cúbicos ao ano. A produção de madeira em tora manejada aumentou até 1995, quando chegou a 1.500 metros cúbicos, no entanto voltou a cair atingindo 480 metros cúbicos, valor mais baixo da década, em 2000 e no ano anterior (figura 4.2.6.5). Entre 1994 e 2000 a silvicultura no município viu seu valor reduzir-se de R\$ 144.000 para R\$ 32.000 (figura 4.2.6.6).



Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.

Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.



Em Cambará do Sul a silvicultura ocorre de forma bastante intensiva e tem produzido mais a cada ano. Apenas a lenha manejada apresentou certo equilíbrio, crescendo de forma estável, entre 1990 e 2000, de uma produção de 35.000 metros cúbicos para 48.000 metros cúbicos. O maior salto de produção foi da madeira em tora para outra finalidade que não a produção de celulose. Se em 1995, a produção desta cultura não passava de 60.000 metros cúbicos, no ano seguinte aumentou em mais de dez vezes, alcançando 631.000 metros cúbicos. Até 2000, a cultura passou por redução gradual até chegar a 480.000 metros cúbicos em 2000. A produção de madeira em tora para celulose também aumentou de forma surpreendente, entre 1995 e 1996, passando de 62.000 metros cúbicos para pouco mais de 165.000 metros cúbicos. Em 2000, a cultura produziu 140.000 metros cúbicos (figura 4.2.6.7). O valor da produção silvícola também teve aumento expressivo, passando a valer R\$ 12.394.000 em 2000, quando valia R\$ 2.814.000 em 1994 (figura 4.2.6.8). Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.

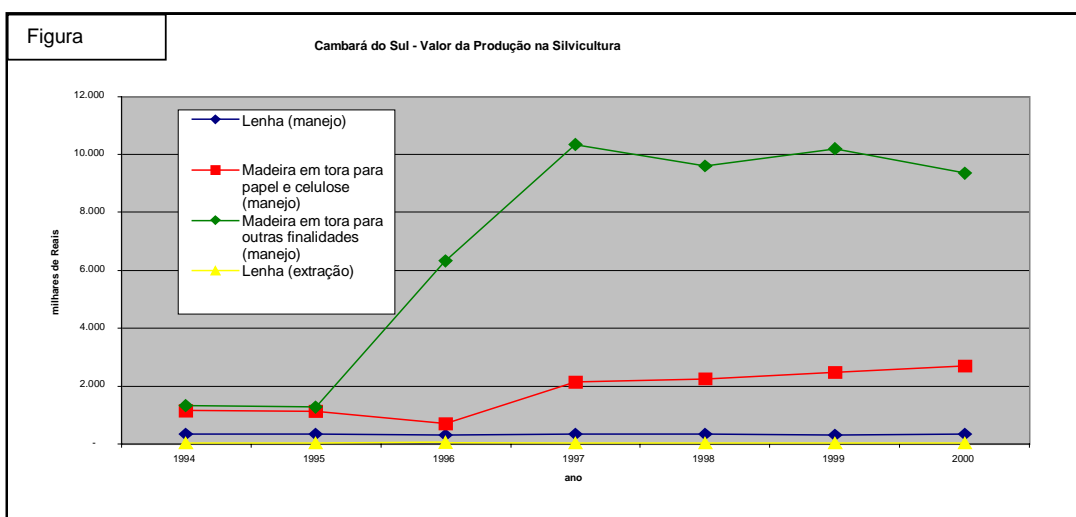


Figura 4.2.6.9. – Inventário de árvores de Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul

Grupos de área total	Número de árvores											
	Eucalipto				Pinheiro brasileiro (araucária)				Pinus americano			
	JM	PG	CS	total	JM	PG	CS	total	JM	PG	CS	total
Menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	2.500	-	-	2.500	-	-	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	66.950	9.900	2.700	79.550	-	-	180	180	1.500	40	-	1.540
5 a menos de 10 ha	3.280	74.610	1.050	78.940	-	1.250	-	1.250	900	-	3.500	4.400
10 a menos de 20 ha	637.020	187.148	13.800	837.968	360	1.800	-	2.160	10.000	200	103.000	113.200
20 a menos de 50 ha	1.144.770	175.680	25.650	1.346.100	-	1.545	-	1.545	10.550	1.120	206.850	218.520
50 a menos de 100 ha	512.200	77.250	6.100	595.550	-	500	20.000	20.500	-	2.000	97.700	99.700
100 a menos de 200 ha	36.200	18.150	5.100	59.450	-	40	3.000	3.040	500	-	718.000	718.500
200 a menos de 500 ha	22.000	-	338.600	360.600	-	-	241.000	241.000	-	-	1.312.900	1.312.900
500 a menos de 1.000 ha	-	-	286.000	286.000	-	-	-	-	-	-	2.167.000	2.167.000
1.000 a menos de 2.000 ha	-	22.000	16.100	38.100	-	-	23.700	23.700	-	-	4.941.500	4.941.500
2.000 a menos de 5.000 ha	-	-	995.000	995.000	-	-	101.000	101.000	-	-	5.527.085	5.527.085
5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000	3.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.424.920</b>	<b>564.738</b>	<b>1.690.100</b>	<b>4.679.758</b>	<b>360</b>	<b>5.135</b>	<b>388.880</b>	<b>394.375</b>	<b>23.450</b>	<b>3.360</b>	<b>18.077.535</b>	<b>18.104.345</b>

Fonte: Pesquisa Silvícola e Pesquisa da Extração Vegetal – IBGE, 2001.

O levantamento na figura 4.2.6.9. mostra o número de árvores de cada espécie por grupo de área segundo a propriedade por município, no ano de 1996. Os dados confirmam as seguintes tendências:

- O plantio de eucalipto na planície litorânea é bastante fragmentado, com a maior incidência dos mesmos ocorrendo em propriedades que tem entre 20 e 50 hectares;

- O eucalipto é a principal cultura silvícola da planície litorânea, com maior ocorrência da cultura em Jacinto Machado;
- São poucos os fragmentos de mata nativa remanescentes (araucárias), e os principais agrupamentos se encontram no planalto;
- O cultivo de pinus ocorre principalmente no planalto em propriedades de vasta extensão;
- A silvicultura é mais difundida em Cambará do Sul do que nos municípios catarinenses.

- **Cambará S/A**

A Cambará S/A é a principal indústria do município de Cambará do Sul, respondendo por até 80% da economia local. Em 2001, a receita bruta gerada pela Cambará S/A foi de mais de 42 milhões de reais, aumento de 32% em relação ao ano anterior e quase o dobro de 1999. De acordo com o Balanço Anual da Gazeta Mercantil (Julho, 2001) a Cambará S/A é a terceira maior produtora de celulose e papel do Rio Grande do Sul e 36<sup>a</sup>. no ranking nacional do setor. São 290 funcionários e mais cerca de 2.000 pessoas que dependem indiretamente da empresa. Situada na parte nordeste do município, a vila de Osvaldo Kroeff surgiu em função da empresa, e hoje tem quase a mesma população da sede.

A Cambará S/A iniciou suas atividades em 1972, ainda que as instalações já estavam em operação desde 1942. Naquela época ainda não havia plantios de pinus, e a matéria prima para a fabricação da celulose era principalmente a araucária. Acontece que em 1968 a escassez de madeira forçou a empresa a praticar a silvicultura, atualmente a única fonte de matéria prima. Além dos plantios de pinus, a Cambará S/A possui algumas áreas de replantio de araucária, num total de 480 hectares. Outros 600 hectares são destinados à preservação de um dos poucos remanescentes de mata nativa contíguos ao Parque Nacional de Serra Geral, o qual virá a ser um parque ecológico aberto para visitação. Quando a empresa iniciou na silvicultura praticava também o plantio de eucalipto, porém ao constatar pior rendimento do que o pinus, esta cultura deixou de ser renovada, e está em fase de eliminação.

A Cambará S/A obtém cerca de 30% de sua matéria prima de terceiros e o restante provém dos 8.000 hectares de cultivo próprio. O cultivo da empresa tem um ciclo de dezoito anos, durante os quais ocorrem duas toras parciais antes do corte das árvores. Anualmente, são manejados 1.370 hectares, dos quais 390 hectares são de corte final. Cada hectare cultivado rende entre 12 milhões e 30 milhões de reais.

A empresa atua num segmento bastante específico da indústria da celulose, o de fabricação de papéis para a área de higiene. A celulose conhecida como 'fluff' é bastante usada em fraldas descartáveis, papel higiênico e papel toalha, sendo a Cambará S/A a única fabricante desta celulose no Brasil. Apenas dez a quinze por cento do mercado doméstico de celulose 'fluff' é suprido a partir de matéria prima nacional, sendo todo o restante importado. A fábrica tem capacidade instalada de 2.300 toneladas de celulose ao mês, mais 700 toneladas de papel ao mês. A tonelada da celulose 'fluff' é comercializada por cerca de R\$ 2000,00 (valores de 2002), sendo que o custo da matéria prima para a fabricação desta quantidade é de cerca de R\$ 280,00.

No processo de fabricação de celulose a Cambará S/A utiliza uma caldeira de biomassa, que usa cerca 600 toneladas por dia de material energético. Este material é obtido a partir das sobras de madeira da própria indústria, de outras serrarias de Cambará do Sul e municípios vizinhos e da construção civil, eliminando assim boa parte dos resíduos sólidos gerados na região. A empresa é auto-suficiente em sua demanda de energia elétrica, gerada a partir de uma barragem com capacidade de geração de 13 MW. O acordo operacional entre a Cambará S/A e a Melbar Produtos de Lignina Ltda. faz com que o outro



resíduo gerado, a lixívia (licor de cozimento), seja reaproveitado para a fabricação de lignosulfonato.

As instalações da Melbar contam com cinquenta e um funcionários e são contíguas às da Cambará S/A, única fornecedora de matéria prima do lignosulfonato. Este produto não é tóxico, e de acordo com o supervisor técnico da empresa tem “1001 utilidades,” sendo utilizado desde dispersante no tratamento de água até como emulsão asfáltica. A produção anual gira em torno de 16.000 toneladas, sendo que cada tonelada é comercializada por cerca de R\$ 400,00.

Ainda que historicamente o meio-ambiente não tivesse sido a prioridade da Cambará S/A, a mesma assumiu o compromisso de se fazer reconhecer por ser ambientalmente correta, adotando uma postura de buscar a adequação de suas atividades para gerar o menor impacto possível. Um acordo feito com a FEPAM/RS<sup>17</sup> para evitar o fechamento da fábrica delineou as diretrizes para que a empresa passasse a gerar menos resíduos, tratar seus efluentes, monitorar a qualidade da água e biota aquática do Rio Santana e melhorar seu processo produtivo. Em cima disso, iniciativas institucionais voltadas para a preservação, reflorestamento e educação ambiental ocorrem junto à comunidade.

A perspectiva de mercado da Cambará S/A é muito boa, apesar das turbulências no setor de celulose. Por se tratar de um tipo diferenciado de celulose, sem concorrência no mercado interno, a celulose ‘fluff’ da Cambará S/A pode vir a ter aumento na produção e no valor de mercado.

- **Reflorestadores Unidos S/A**

Também a Reflorestadores Unidos S/A tem uma vila cujas origens estão ligadas a empresa, a Vila Unidos na região sudoeste do município de Cambará do Sul. É a outra indústria de grande porte do município, sendo responsável por 22% do PIB do município.

A empresa tem 8.776 hectares de área plantada e utiliza apenas matéria prima própria, proveniente de Planos de Manejo Florestal Sustentado, considerado apto pelo IBAMA (pré-requisito para a exportação). A empresa gera 346 empregos diretos (80% dos quais na área industrial) e cerca de 150 empregos indiretos.

A Reflorestadores Unidos atua no setor de madeira em tábuas, e seu processo produtivo envolve a serragem, a secagem e o beneficiamento da madeira. A caldeira para secagem utiliza cerca de 100 toneladas de biomassa por dia, obtida a partir dos resíduos sólidos gerados internamente. A capacidade instalada da fábrica é de 45 contêineres de madeira por dia, o que equivale a cerca de 2.300 metros cúbicos de madeira beneficiada.

A empresa atua exclusivamente no mercado exportador, com cerca de 90% de sua produção sendo destinada aos Estados Unidos e o restante à Europa e Japão. Por conta disso, a empresa está em vias de obter a certificação florestal da FSC, a qual servirá como garantia de origem do produto, que é exportado pelo porto de Imbituba. Além de buscar a certificação da FSC, a empresa participa do Programa Gaúcho de Qualidade (PGQP), a exemplo da Cambará S/A. O faturamento gira em torno de 8 milhões de dólares ao ano, com o valor de mercado da madeira beneficiada em torno dos 250 dólares por metro cúbico (valores de 2002).

---

<sup>17</sup> FEPAM/RS é a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler, órgão responsável pela concessão de licenças ambientais no Rio Grande do Sul.

## 5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A região dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral foi **historicamente** ocupada por grupos indígenas, até a chegada do homem branco europeu, no período das grandes conquistas, no século XVI. A organização social, cultural e econômica era vivenciada segundo os grupos a que pertencia a população, entretanto, o traço característico a todos eles eram as atividades econômicas, as quais estavam baseadas no uso de recursos naturais dos ambientes onde viviam. Consequentemente, eram predominantes as atividades de coleta, principalmente o pinhão no planalto e as ostras na planície.

A chegada dos europeus introduziu o cultivo sistemático da terra, bem como a criação de animais, principalmente o gado bovino para corte. As atividades agropecuárias, inicialmente para a subsistência, vão gradualmente se transformando e deles passam a se destacar alguns produtos que são destinados à comercialização.

Mesmo com o passar dos séculos e as transformações observadas, ainda hoje se verifica a influência cultural dos indígenas na vida cotidiana, seja na coleta do pinhão, do mel das abelhas, o cultivo da mandioca, e mesmo alguns dos pratos dados à terra.

O modo de viver, os **traços culturais**, são marcados tanto por aquela herança dos primeiros habitantes, como também pelos hábitos e tradições trazidos pelos grupos europeus de diferentes nacionalidades. Cabe lembrar que a cultura, por não ser estática, é continuamente re-atualizada, trazendo novos conteúdos para a vida das populações que permanecem vivendo na região dos Parques Nacionais.

Assim, a **paisagem natural**, tão exuberante e que está a demandar cuidados comuns a um **patrimônio**, deve ser entendida não só como **resultado dos processos naturais**, mas também daqueles **processos sociais**, expressão e vida dos grupos sociais que ali estão. A combinação das tradições campeiras – do churrasco e do chimarrão -, do trato e cultivo da terra, do artesanato, da culinária, dos jogos e brincadeiras da planície resultam também em cuidados, que devem ser incorporados aos mesmos cuidados do patrimônio natural.

O **diagnóstico sócio-econômico-cultural**, realizado para o Plano de Manejo dos Parques de Aparados da Serra e da Serra Geral, apontou para várias transformações que vem ocorrendo dos âmbitos dos **processos sociais regionais**. A seguir passar-se-á a destacar aqueles que merecem ser melhor observados na região em estudo, a qual enfoca municípios pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul – Cambará do Sul, e ao estado de Santa Catarina – Jacinto Machado e Praia Grande.

Com relação a **situação demográfica** atual, o que se verifica, desde a década de 1970, é a diminuição sistemática e acentuada no número de famílias e pessoas residentes na região, em particular a população das áreas rurais, que tinham na produção agrícola a base de sua sobrevivência.

A região experimentou as profundas transformações decorrentes da “revolução verde”, ocorrida no âmbito nacional desde o final dos anos de 1960 até os de 1980, baseada na implementação do pacote tecnológico para a produção do setor primário. A base dos processos basearam-se no uso intensivo de maquinário, de sementes melhoradas e homogeneizadas e de insumos agroquímicos sintéticos (fertilizantes, adubos, pesticidas, etc) objetivando maximizar a produção e a produtividade. Em decorrência, o que se verificou, tanto em termos nacionais, como regionais e locais, foi a desestruturação da base das relações de produção rural, resultando no êxodo de significativos contingentes de população do meio rural para centros urbanos, uma vez que os mesmos estavam despossuídos de capital financeiro, humano e cultural para tanto.

Este processo denominado de êxodo rural, muitas vezes praticado a revelia da vontade das populações, teve sérias consequências nos municípios no entorno dos Parques, entre os anos de 1970 a 2000. A diminuição no total da população rural, verificada no período, em Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul foi de 47%, 49% e 45%, respectivamente.

No conjunto da população total também se observa a redução progressiva e definitiva, sendo que em Jacinto Machado e Cambará chega-se a cerca de 20% e em Praia Grande a mais de 10%.

A população que permaneceu naqueles municípios está mais velha, pois aqueles com mais de 60 anos representam, na atualidade, quase 10% da população total, enquanto que a população infantil, até 9 anos, que até 1970 representava cerca de 35%, atualmente não chega aos 23%.

Estes dados mostram que é urgente re-qualificar o patrimônio social e cultural da área dos Parques. Pois, certamente a ausência das gerações jovens significará a perda irremediável de vários saberes relativos a diversidade cultural, como também a usos do próprio patrimônio ambiental da região.

As **condições educacionais**, segundo informações compiladas pelo diagnóstico social, mostraram que cerca de 40% da população, acima de 10 anos de idade, pode ser considerada como analfabeta funcional, uma vez que deste total 30% só tiveram no máximo três anos de estudo. Estes são considerados, tecnicamente como analfabetos funcionais, uma vez que na maior parte das vezes sabem somente desenhar o próprio nome e reconhecem alguns números e as operações de adição e subtração.

Por outro lado, a população infanto-juvenil tem tido condições de infra-estrutura e de recursos humanos de realizar o ensino fundamental e até o ensino médio. Entretanto, estas condições são mais adequadas àqueles que vivem na sede urbana ou em suas proximidades. No município de Cambará do Sul, verificou-se, inclusive uma preocupação em oferecer a estes jovens disciplinas de educação ambiental, turismo e inglês, visando reforçar a recente vocação do município para a conservação de seu patrimônio, na figura dos parques nacionais.

Entretanto, ainda no campo educacional, as possibilidades de dar continuidade aos estudos, para além do ensino médio, só pode ser realizada por famílias com melhores condições econômicas, uma vez que é necessário enviar os filhos para outras cidades, pólos regionais ou as capitais e até estado.

As condições de **saúde** da população dos municípios analisados, de modo geral, encontram-se em situação semelhante às médias estaduais. Há o atendimento nas sedes municipais por centros de saúde, e há o atendimento às comunidades rurais de alguns postos. Jacinto Machado e Cambará do Sul dispõem de hospital público, os quais suprem as necessidades básicas neste nível de atendimento, sendo que as situações mais graves são encaminhadas àqueles de cidades pólos, com melhores condições. A situação de atendimento mais precária registrou-se em Praia Grande.

De modo geral, as doenças cardiovasculares tem se caracterizado como aquelas de maior mortalidade. Em parte decorrente das condições instáveis de trabalho e recursos, que afetam a manutenção de sobrevivência das famílias. Também são resultantes de hábitos alimentares e de procedimentos de prevenção à saúde. No caso do planalto são registradas uma maior incidência de doenças respiratórias, particularmente no período de inverno, resultado das condições climáticas locais.

No que se refere a **infra-estrutura básica**, a situação encontrada reflete as características de precariedade dos municípios. O serviço de rede geral de **abastecimento de água**,

oferecido pelas companhias de saneamento dos respectivos estados, atende a pouco mais de 50% da população urbana dos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande, enquanto 65% daqueles que residem na sede de Cambará do Sul dispõem do serviço. A população rural dos três municípios utiliza principalmente a água de poços e nascentes, sendo ela mesma responsável pela captação e manutenção.

É praticamente inexistente uma rede de captação e destino do **esgoto sanitário** nos três municípios. Somente Cambará oferece este serviço à cerca de 19% da população da sede urbana. A maior dos domicílio conta com fossas sépticas para a captação dos efluentes, sendo que em ainda é expressivo o uso de fossas rudimentares, principalmente nas áreas rurais dos municípios.

O serviço de coleta de **lixo** também deixa a desejar, sendo que o mesmo é realizado somente na área urbana. Em Cambará do Sul o lixo é coletado em 80% dos domicílios, enquanto no demais municípios este percentual não ultrapassa a 65%. O lixo é depositado em áreas não regularizadas pelo poder público e caracterizam-se como lixões a céu aberto. Na área rural o destino final do lixo é principalmente a queima.

A precariedade das condições educacionais, de saúde, de saneamento básico são corroboradas pela **renda** percebida pela população dos municípios. Mais de 84% da população rural dos três municípios tem renda inferior a 5 salários mínimos, sendo que para 33% deles o rendimento não chega a um salário. No caso da população da área urbana, 78% percebe até cinco salários, sendo que destes, 23% tem rendimento inferior a um salário mínimo. Cabe destacar que dentre os três municípios, as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares de Cambará do Sul apresentam uma condição na renda um pouco superior, quando comparada a dos demais municípios. Esta situação parece ser reflexo das indústrias de reflorestamento e beneficiamento de madeira existente, pois somente a Cambará S/A gera quase 300 empregos diretos e outros 2000 postos de trabalho que dependem indiretamente da empresa, desde as atividades às diretamente relacionadas a silvicultura, a transformação industrial, serviços e comércio local. A outra empresa importante do município, a Reflorestadores Unidos S/A, gera outros 350 empregos diretos, sendo 80% deles na área industrial, e cerca de outros 150 postos de trabalhos indiretos, relacionados a atividade.

O conjunto dos elementos apresentados até o momento, no que se refere a caracterização social da população do entorno, pode ser sintetizado por **indicadores** sociais, que buscam mensurar a **de qualidade de vida** da população. Embora com metodologias distintas, tanto o estado de Santa Catarina como do Rio Grande do Sul visam enquadrar os seus municípios a partir destes indicadores, como uma estratégia de direcionamento de políticas públicas para atender as necessidades locais.

Os três municípios situados no entorno dos Parques Nacionais está situados abaixo da média aceitável nos dois estados. Cambará do Sul, no compito geral, situa-se no 315 lugar, dentre 467 municípios do estado, que utiliza como indicados o ISMA – Índice Social Municipal Ampliado. Esta posição se deve na medida em que a média dos indicadores é puxada para baixa a partir da variável renda, pois neste condição o município é praticamente um dos últimos, ocupando a 453ª posição.

O estado de Santa Catarina utiliza o IDS – Índice de Desenvolvimento Social como metodologia para averiguar a qualidade de vida nos municípios. Segundo este índice, tanto Jacinto Machado como Praia Grande tiveram desempenho sofrível nos últimos anos, situando-se abaixo da média estadual, na 198ª e 263ª posição, dentre os 293 municípios. Contudo, Jacinto Machado vem se superando, particularmente nas variáveis relativas a mortalidade infantil, cobertura vacinal e distorção do ensino médio, sendo que a renda per capita e o uso de energia para fins comerciais apresentam os índices mais baixos. Esta condição fez com que o município passasse da situação de desenvolvimento social médio

baixo para médio. De outro lado, Praia Grande permanece na condição de eficiência médio baixo, sendo objeto do PROCIS - Programa Catarinense de Inclusão Social.

Ainda com o objetivo de compreender as características da população da área do entorno dos Parques, buscou-se elencar as principais **organizações sociais**. Deu-se prioridade àquelas que de alguma forma tem algum tipo de envolvimento com aspectos relativos as unidades de conservação. O que se verificou é que estão representados os três grupos da sociedade: as instituições governamentais, pertencentes as três esferas do poder público – federal, estadual e municipal, as entidades da sociedades civil organizada, bem como os empreendimentos do setor privado. Cabe destacar que é bastante amplo o espectro das organizações identificadas, e, para se buscar uma participação mais efetiva das mesmas nas esferas pertinentes das unidades de conservação, como o Conselho Consultivo, será necessário buscar os mecanismos adequados que identifiquem aquelas são realmente as mais representativas de cada um dos grupos.

No que se refere aos **aspectos econômicos** da região dos Parques Nacionais, verificou-se dos três setores econômicos que geram riqueza nos municípios, o terciário, referente ao comércio e serviços é o que gera os maiores tributos, representando 55% em Praia Grande, 46% em Cambará do Sul e 43% em Jacinto Machado. O que se verifica é que as atividades ligadas ao turismo, crescentes na região, tem sido responsáveis pelo incremento econômico, particularmente no município de Cambará do Sul.

O setor secundário, representado pelas atividades industriais e de transformação, é mais representativo em Jacinto Machado, chegando a somar 48% do valor adicionado. Aqui predominam as indústrias de fabricação de móveis e de geração e distribuição de energia elétrica. O setor secundário de Cambará do Sul, representa 37% do valor adicionado e em Praia Grande, 36%. Segundo os dados do IBGE (2000), este setor é o que gera o maior número de postos de trabalho nos três municípios, com uma participação expressiva no ramo das indústrias de transformação.

O setor primário é o de menor expressão nos três municípios, sendo maior em Cambará do Sul, representando 17% do valor de tributos arrecadados, entretanto, não chega a representar 10% nos dois outros municípios do estado de Santa Catarina.

O ramo do **turismo**, apresentado como uma das potencialidades emergentes na região, mesmo que venha apresentando um processo de expansão, ainda carece de infra-estrutura adequada e disponível, bem como de mão de obra qualificada para tanto. Os Parques tem sido sistematicamente visitados, principalmente nos períodos de férias escolares, atendendo principalmente ao público da região sul do país, cerca de 76% dos visitantes, que para ali se deslocam com meios próprios. Quase 1/3 destes visitantes, segundo informações da administração (IBAMA, 2002), estão fazendo uma visita de retorno aos parques.

Cambará do Sul é o município que tem demonstrado melhores condições no setor, principalmente pelo fato da sua localização estratégica no que se refere ao acesso aos Parques e seus principais pontos atrativos que são os canyons. O município assumiu recentemente esta vocação turística, desenvolvendo e apoiando ações na área da educação formal e de infra-estrutura. Um dos resultados se verifica no aumento no número de pousadas, que 1999 a 2000 passou de seis para catorze, as quais tem ofertado vários serviços de lazer relacionando-os com as características locais ambientais e culturais.

Em Praia Grande há novas iniciativas em curso, com intuito de atender a demanda turística, buscando incrementá-la. Entretanto verifica-se algumas tensões entre aqueles que estão na atividade, uma vez que parte dos estabelecimentos instalados são de pessoas de fora da região, as quais não são bem recebidas pela população local. Esta situação é mais aguda no que se refere a Associação de Condutores de Ecoturismo – APCE, que tem sido criticados pela sua atuação.

Jacinto Machado é o município com menos condições de atender a demanda turística, muito embora tenha uma situação geográfica estratégica com relação aos atrativos, na região da planície.

Dentre as características do entorno das unidades de conservação, há um outro elemento importante a ser conhecido, o **uso e ocupação das terras**, uma vez que na sua maioria as terras são propriedade privada e fazem vizinhança direta com os limites geográficos da unidade, estando incluídas na zona de amortecimento das mesmas.

Nos dois municípios de Santa Catarina, Jacinto Machado e Praia Grande, mais de 70% das propriedades rurais são consideradas pequenas propriedades, uma vez que a área das mesmas está entre 5 a 50 hectares. Situação diferente se encontra na região do planalto, onde predominam propriedades de tamanho médio e grande, pois cerca de 70% delas tem seu tamanho acima de 50 hectares. Vale lembrar que o tamanho das propriedades relacionam-se diretamente com as características ambientais do planalto e da planície, e com as atividades produtivas ali desenvolvidas: nos campos predomina o gado de corte e nas terras cultiváveis as lavouras.

Na maioria das situações o uso das terras é feita pelos próprios proprietários, sendo que as situações de arrendamento constatadas são mais freqüentes no município de Cambará do Sul, onde cerca de 15% das terras estão nesta condição.

A ocupação das terras ocorre de maneira diversa em cada um dos municípios. Em Jacinto Machado predominam as culturas temporárias e permanentes, havendo a ocupação com pastagem natural. Dentre os três municípios, aqui é onde se encontra a menor proporção de terras ocupadas por cobertura vegetal nativa, e também onde está a maior porcentagem de terras consideradas inaproveitáveis. Em Praia Grande as terras são ocupadas predominantemente com culturas temporárias, seguida de pastagens naturais e matas e florestas naturais. Cambará do Sul é dos três municípios aquele onde predominam as terras ocupadas com pastagens, 46%, é também onde se encontra a maior proporção de terras com matas e florestas naturais, 30%, sendo praticamente insignificante as áreas com lavouras.

Dentre as **culturas temporárias** praticadas nos municípios da planície para fins comerciais, destaca-se: banana, arroz, fumo e o milho. Na pecuária predominam os rebanhos de aves, suínos e o bovino. Com relação a silvicultura, predomina o cultivo de eucalipto, embora pouco expressivo, situado nas encostas da serra e nos entremeios do pasto e das lavouras. No planalto o destaque é para as atividades pecuárias, predominantemente o rebanho bovino de corte, seguido a distância da criação de aves, ovinos e suínos. A silvicultura também ocupa papel de destaque, ocorrendo o cultivo do *pinus taeda*, matéria prima para a indústria de celulose local, bem como para a moveleira regional. As lavouras são pouco expressivas neste ambiente, sendo que o milho é a principal, utilizado principalmente para a criação, seguido das culturas da batata, maçã e alho. Cabe destacar a atividade com apicultura, que situa Cambará do Sul, como a “capital do mel”.

As terras da planície, no entorno dos Parques, caracterizam-se por vastas áreas planas e com abundância de recursos hídricos, fato este que tem favorecido, nas duas últimas décadas a introdução, crescimento e expansão cultura do arroz, para fins comerciais. Cabe destacar que Santa Catarina é o 3º maior produtor, representando 10% da produção do arroz nacional. Grande parte da produção da área do entorno dos parques é exportada para os mercados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. As terras utilizadas para esta cultura ocorrem nas propriedades maiores, cujos proprietários são capitalizados, com capacidade de fazer expressivas inversões na aquisição de equipamentos, insumos químicos sintéticos e alagamento das terras. Caracteriza-se como uma cultura altamente mecanizada e, portanto, com baixa utilização de mão-de-obra. Do ponto de vista da Unidade de Conservação é uma cultura que merece ser acompanhada de perto, dado o uso intensivo e privado dos recursos hídricos, de agroquímicos sintéticos e solúveis, e também pelo fato

de ser excludente à mão de obra local, ao mesmo tempo que avança sobre terras de antigos proprietários que as vendem como forma de sobreviverem regionalmente. Cabe salientar que somente 1% de toda a área ocupada com a cultura do arroz é realizada pelo sistema da produção orgânica.

A outra cultura que ainda tem sua importância regionalmente é o fumo. Embora a Região Sul do país seja a principal produtora, e o estado de Santa Catarina ocupe a Segunda posição, atrás do Rio Grande do Sul, na região esta produção tem apresentado sinais de declínio. Entre as décadas de 1980 a 2000, verificou-se uma redução de 700 para 80 estufas, no município de Praia Grande. As propriedades que cultivam o fumo são predominantemente da agricultura familiar, ou seja, consideradas pequenas ou médias, com uso intensivo da mão-de-obra familiar. Cabe lembrar que a produção do fumo exige o uso intensivo de insumos químicos sintéticos, além de exigir para o processo de secagem a utilização da lenha como matéria-prima. Segundo informações, um dos fatores limitantes da cultura atualmente está na matriz energética, pois o uso da lenha da mata nativa é proibido, exigindo o plantio de eucalipto para o desdobramento das atividades.

O milho é uma cultura secundária, via de regra praticada em consórcio com o fumo, nas terras da planície. A produção local é praticamente destinada aos rebanhos, sendo que no planalto a produção tem se mantido estável, enquanto nas terras da planície observa-se um declínio de terras com esta lavoura nos últimos anos. Também o feijão e a mandioca se caracterizam com culturas para uso da unidade produtiva, neste caso, destinada ao consumo familiar.

A batata e o alho são culturas que foram introduzidas recentemente, sendo cultivadas principalmente no planalto, ainda em poucas unidades produtivas. Estas duas culturas são exigentes nos usos de insumos químicos sintéticos, e por isso mesmo devem ser observadas no que tange às áreas de entorno dos parques.

Dentre as **culturas permanentes**, a banana é que merece o maior destaque. É a fruta mais cultivada e consumida no planeta, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, e Santa Catarina é o terceiro maior produtor do país. A região de Araranguá, onde se encontram os municípios catarinenses do entorno dos parques, é a principal produtora no estado, sendo que Jacinto Machado é conhecido como a “capital da banana”.

As principais áreas de cultivo deste produto são as encostas, sendo os agricultores familiares seus principais produtores. Cabe destacar que é uma cultura que exige a utilização intensiva de insumos químicos sintéticos – fungicidas, herbicidas, adubos -, sendo aspecto importante a ser considerado em relação às unidades de conservação. Nesta mesma linha cabe destacar o esforço da empresa de extensão rural de Santa Catarina, Epagri, no sentido de estimular os produtores a fazerem a conversão no sistema de produção para o plantio orgânico. Atualmente entorno de 15% da área cultivada no município já se encontra neste sistema, reunindo cerca de 30 famílias organizadas na Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, ACEVAM. Este produto está sendo comercializado junto a cooperativas de consumidores e feiras de produtos orgânicos, em vários municípios e capitais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Torres, Caxias do Sul, Florianópolis, Criciúma, etc), além de complementar compras institucionais para a merenda escolar em municípios de Santa Catarina (Florianópolis, Criciúma, Laguna e Itajaí).

Com relação às atividades do planalto, nas áreas vizinhas aos Parques, a **pecuária** de bovinos para o corte é a principal criação. Historicamente esta atividade existe na região, marcada pelos aspectos ambientais e confirmada pelos traços culturais que compõem seu ideário. Na última década observa-se uma situação de estabilidade no número de cabeças do rebanho, mesmo que se constate uma redução no tamanho da área destinada à atividade. Boa parte do mercado atual é externo, consolidando-se pelas exigências sanitárias e acordos comerciais estabelecidos entre o Brasil e países do norte.

Tanto no planalto como na planície, a década de 1990 foi marcada pela introdução de outras atividades pecuárias, como a avicultura e suinocultura. Os agricultores tem sido estimulados e fomentados por agroindústrias, que estabelecem uma relação de verticalização da produção, tornando os produtores integrados e dependentes da oferta de matéria-prima, dos insumos e por conseguinte da definição dos preços do rebanho para o abate.

Por fim, outra atividade que tem se destacado é a **silvicultura**, a qual representa parte substantiva na economia do município de Cambará do Sul, respondendo por até 80% da riqueza gerada. Grande parte do valor é agregado por meio do beneficiamento da madeira cultivada, em particular o *pinus taeda*, utilizado como matéria prima na indústria moveleira e na indústria de celulose. Há cerca de 22 mil hectares de terras destinados ao cultivo da espécie, onde cerca de 10 mil hectares se encontram situados num raio de 10 quilômetros dos parques, e, outros 200 hectares estão dentro dos limites da unidade de conservação. A indústria Cambará S/A, que é a terceira maior produtora de celulose e papel do Rio Grande do Sul e a 36ª empresa do ramo no país, detém mais de 1/3 de cultivadas com o pinus e, a Reflorestadores Unidos S/A, detém outros 1/3 das terras plantadas.

Como a instalação destas empresas precedem as unidades de conservação e a preocupação com a questões ambientais, que tem marcado as últimas décadas, as mesmas têm buscado se ajustar as exigências dos órgãos responsáveis, seja a nível estadual como federal. Nesse sentido se verificou que a Cambará S/A tem atualmente 480 hectares de terras com replantio de araucárias, e está destinando outros 600 hectares para a implantação de uma área de preservação permanente, a fim de garantir a manutenção de remanescentes de mata nativa, em áreas contíguas aos Parques Nacionais. De outro lado, a Reflorestadores Unidos S/A, também com as mesmas preocupações, participa do Programa Gaúcho de Qualidade - PGQP, além de estar em vias de obter o certificação florestal da Forest Stewardship Council – FSC, a qual garante a origem do produto, aspecto fundamental para o mercado impostador

As considerações gerais apresentadas até o momento, permitem que se verifique que a região onde se situam os Parques Nacionais, é marcadamente precária no que se refere as condições sócio-econômicas e culturais da população.

Embora com uma vasta trajetória historicamente que mantém acesa vários traços e tradições culturais, a distância de centros de decisão e a pouca capitalização individual e dos poderes públicos, inviabilizou condições sociais e econômicas mais estáveis. Este quadro se refere na evasão de grande parte do contingente populacional da área rural dos municípios, criando situações efetivas de decréscimo no número da população total. Sendo que aqueles que permanecem no município encontram-se, na atualidade, mais velhos, com precária escolaridade, com baixos níveis de renda, por isso mesmo, com menos condições de reorganizar a vida, em qualquer de seus aspectos.

As atividades produtivas que outrora foram base de subsistência das populações locais, como cultivo do feijão, milho e a mandioca, tem deixado de ser praticadas em substituição àquelas voltadas exclusivamente para o mercado, como o fumo, a banana e recentemente o arroz. As antigas terras de pequenas propriedades vão sendo incorporadas as terras de cultivo para as culturas comerciais, a maior parte delas fazendo uso intensivo de insumos químicos inadequados a convivência com os recursos ambientais.

Na região do planalto, embora ainda predomine a paisagem de campo e a criação do gado de corte, convive nas última décadas com a introdução da silvicultura exótica, que cria cortinas de florestas, com enorme potencial de contaminação biológica para a mata nativa.

O conjunto de situações adversas à população e a seu patrimônio sócio-cultural, podem, no curto e médio prazo, repercutir sobre o patrimônio natural, criando situações de



impedimento para a manutenção de preservação dos mesmos, ainda vistos como exuberantes.

Assim, o que se quer destacar é a importância de se buscar incluir a manutenção das populações locais, nos necessários processos de manutenção das unidades de conservação. Contemplando e conhecendo mais a fundo seu modo de vida, o qual, certamente contribuiu para que continuasse a existir os recursos, trazendo-as para conhecer e participar, revalorizando-as para parte do patrimônio existente.

## 6. BIBLIOGRAFIA

BORGES, Gesmar (Ed.). **Hábeis Habituais. Cambará do Sul – Abraçando os séculos e os milênios.** Formsul Ind. Gráfica, 2000.

BORGES, Gesmar (Ed.). **Diletantes Diligentes. Cambará do Sul – O Cambará IV mais algumas particularidades.** Ed. Da Universidade de Caxias do Sul, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S.V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

FONTANELLA, Pe. Herval. **Jacinto Machado: Capital da Banana.** Gráfica Editora Dehon Ltda, Jacinto Machado.

IBDF. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra.** Brasília: 1983.

IBDF, INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional de Aparados da Serra.** Brasília: 1985.

KROB, Alexandre J. D. (Org). **Desenvolvimento Sustentável nos Campos de Cima da Serra - Entorno de Unidades de Conservação.** Porto Alegre, Projeto Curicaca, 1998.

MENDES Jr., Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História 2 – Império.** 4ª ed. Brasília, Ed. Brasiliense.

MMA/IBAMA. **Plano de Uso Público do Parque Nacional de Aparados da Serra.** Brasília, 2000.

MMA/IBAMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica.** Brasília, 2002.

MMA. **Programa Nacional de Florestas.** <http://www.mma.gov.br/> Brasília, 2002.

RAMBO, P. B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de uma monografia natural.** 3ª ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

RONSANI, Gilberto. **Praia Grande: Cidade dos Canyons – 180 Anos de história.** Praia Grande: ed. do autor, 1999.

SDM. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-econômico dos Municípios do Extremos Sul Catarinense.**2002. Em prep.

KARAM, Karen F. **Caracterização Sócio-Econômica-Cultural APA de Guaraqueçaba.** Relatório de Consultoria para o projeto Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Guaraqueçaba. IPARDES/IBAMA. Curitiba, 1996.

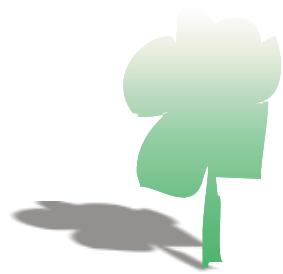
INSTITUTO CEP/SC. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 2001-2002.** 2002.

## RELATÓRIO TEMÁTICO: PERCEPÇÃO

---

Avaliação

Percepção



# Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral



MMA/IBAMA



## SUMÁRIO

1. CONTEXTO E ABORDAGEM CONCEITUAL .....	1
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	2
2.1 Dados secundários .....	2
2.2 Dados primários .....	4
3. A PERCEPÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE MORADORES DO ENTORNO DO PNAS E DO PNSG .....	6
3.1 A importância dos Parques para os moradores do entorno.....	6
3.2 A relação com a administração dos Parques e com o IBAMA.....	14
3.3 Sugestões levantadas pelos moradores do entorno.....	16
3.4 O uso de recursos e/ou trilhas da área dos Parques.....	17
3.5 Consideração final .....	17
4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	19

# Percepção sócio-ambiental das comunidades do entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral

---

## 1. CONTEXTO E ABORDAGEM CONCEITUAL

O histórico de criação e implementação de Unidades de Conservação em países com rica diversidade biológica e cultural e alta desigualdade sócio-econômica, como o Brasil, tem gerado uma grande quantidade de conflitos, particularmente no âmbito do atual debate “Populações e Unidades de Conservação”.

Há, de fato, um grande número de trabalhos em Unidades de Conservação que, além de não constituir um processo participativo, constrói verdadeiros “degraus” entre os saberes e as opiniões comunitária e técnico/científica. Neste sentido, a verticalização de saberes e a própria exclusão das comunidades locais dos processos decisórios e investigativos reflete, muitas vezes, esquemas de imposição e descaso contínuos, criando sentimentos de revolta e insatisfação nas comunidades em relação às Unidades. Estes sentimentos, uma vez que dificilmente chegam a proporcionar reações de efeito nos órgãos e/ou profissionais responsáveis, podem se voltar contra a própria Unidade de Conservação e seu patrimônio biológico acirrando ainda mais a dicotomia e os conflitos desta relação.

Estes processos dicotômicos constituem apenas um dos diversos motivos ligados ao histórico de conflitos existente entre populações autóctones e áreas naturais protegidas no Brasil. Também contribuem neste sentido fatores decorrentes da descontinuidade de ações, das diversas pressões, das indefinições, e da carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos.

Por outro lado, existem casos consistentes de motivação e envolvimento comunitário para a conservação da biodiversidade no Brasil. O reconhecimento das divergências entre os interesses e atividades das comunidades e os objetivos de conservação previstos pela categoria de manejo das Unidades, assim como a busca e identificação de pontos de interesses em comum, constituem premissa básica para tanto. Uma peça fundamental inerente a estes processos participativos, no entanto, pressupõe freqüentemente o estabelecimento de contato interpessoal entre a administração das Unidades e as organizações ou lideranças comunitárias circunvizinhas. Mais do que conhecer e interagir com a realidade local, o potencial de efetividade deste contato está relacionado à construção de laços de cumplicidade entre ambas partes.

A cumplicidade, por sua vez, é um dos precursores básicos para a mobilização e participação comunitária. Neste sentido, além dos laços de confiança mútua, a penetração cultural passa a ser outro importante elemento quando se busca “construir alternativas de parceria do homem com o ambiente, com benefício mútuo, ou simplesmente solidárias” (Da-Ré, 2001, p. 107).

Deste modo, torna-se peça fundamental para o planejamento das Unidades de Conservação a análise da visão e percepção das comunidades situadas no seu entorno e interior. A eficácia deste planejamento pressupõe o contato interpessoal e a penetração cultural em dois momentos distintos, no diagnóstico e coleta de dados primários e, posteriormente, na aplicação de estratégias de ação junto à comunidade.

O estudo dos processos relativos a percepção sócio-ambiental é fundamental para a compreensão das inter-relações dos indivíduos com o meio em que estão inseridos. Neste sentido, o indivíduo ou o grupo enxerga, interpreta e age em relação ao meio ambiente, externo ou interno a uma Unidade de Conservação, de acordo com interesses e necessidades, influenciados sobretudo pelos conhecimentos anteriormente adquiridos, pelos valores, pelas normas grupais, enfim, por um conjunto de elementos que compõem sua herança cultural (Butzke, 1997).

Cabe destacar, no entanto, que a percepção sócio-ambiental de uma determinada população recebe influências não somente do sistema cultural-normativo (normas, valores e política) como do próprio modelo de desenvolvimento definido para a região (Butzke, 1997). Assim, a integração das comunidades situadas na área de entorno das Unidades de Conservação deve, quando da aplicação de estratégias, prever também conhecimento e participação nas políticas públicas municipais e nos planos de desenvolvimento sócio-econômico definidos para a região.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Dados secundários**

A compilação e análise de dados secundários, referentes à percepção sócio-ambiental e relação das comunidades do entorno para com os referidos Parques, constituiu uma importante ferramenta para o planejamento, coleta e interpretação de dados primários.

Cabe ressaltar, no entanto, que os dois trabalhos consultados (Kinker, 1999; Santos, 2001), tiveram como área de abrangência o Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e comunidades do seu interior e entorno, excluindo-se deste modo localidades do entorno do Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), dentre as quais destacam-se aquelas pertencentes ao município de Jacinto Machado.

Os pontos de interesse, relacionados aos objetivos do presente relatório, foram abordados em ambos trabalhos através da aplicação de questionários junto a residentes dos municípios de Praia Grande e Cambará do Sul. A amostragem incluiu atores sociais ligados a diferentes atividades econômicas, tanto de áreas urbanas quanto rurais.

Destaca-se aqui, dentre os objetivos de Santos (2001), a percepção das comunidades sobre o PNAS e sobre os carnívoros, assim como o levantamento da ocorrência de infrações ambientais na região através de laudos do IBAMA.

Dos 51 questionários aplicados, no período de março de 1999 a março de 2000, a autora amostrou predominantemente propriedades cuja principal fonte de renda está ligada a atividades agropecuárias (64,8%), sendo a maioria de mão-de-obra familiar (70%) (Santos, *op cit.*).

Dentre os aspectos mais relevantes associados à percepção das comunidades frente ao PNAS, chamou atenção o fato de que: 17,6% dos proprietários amostrados disseram não conhecer o Parque; 23,5% não perceberam mudanças com a sua criação; e, 64,7% desconhecem quem administra esta Unidade de Conservação. Por outro lado, em mais de 86% dos questionários aplicados, os atores sociais relataram achar muito importante a existência do Parque, sendo a maior justificativa citada, associada à importância das belezas naturais da região (Santos, *op cit.*).

No que diz respeito a relação com a fauna de ocorrência local, a análise dos questionários demonstrou que quase a metade das famílias inclui carne de caça na alimentação (47%). A predação de animais domésticos por silvestres, potencial fonte de conflito nesta relação, foi registrada em aproximadamente 55% das propriedades. Neste sentido, 33% destes moradores não adotam nenhum procedimento para evitar as predações e somente 2% chegam a comunicar o IBAMA (Santos, *op cit.*).

Com relação as infrações ambientais, foram levantados 28 delitos, entre fevereiro de 1998 e setembro de 1999, sendo interessante destacar que, enquanto na baixada os delitos estão relacionados a derrubada de mata nativa, aprisionamento de aves silvestres e armazenamento e transporte de madeira nativa, no planalto, eles se relacionam a presença

de gado e coleta de pinhão na área do Parque, assim como ao aprisionamento de aves silvestres (Santos, *op cit.*).

De acordo com Santos (*op cit.*), uma pequena parte dos entrevistados vê prejuízos com a criação e implantação do Parque, principalmente como consequência da não regularização fundiária e de ataques de animais silvestres nas propriedades. A autora ainda salienta que, embora as comunidades reconheçam as belezas paisagísticas do Parque, elas desconhecem seu papel como Unidade de Conservação e sua própria administração. Deste modo, Santos (*op cit.*) coloca que além da falta de articulação com as comunidades do entorno, o Parque não é aparentemente reconhecido como patrimônio público. Nesta direção, foram inclusive identificados moradores das encostas que não tinham conhecimento de que residiam dentro da área do Parque. Além disto, a autora salientou que as comunidades vêem o IBAMA simplesmente como agente de policiamento e de punição para infrações contra a fauna e flora.

Dentre os objetivos de Kinker (1999), com a aplicação de questionários para comunidades locais, tinham relação para com o presente relatório, aqueles que buscavam avaliar a relação comunidade/Parque Nacional e se o Parque trouxe conscientização ambiental aos moradores. Foram também levados em consideração, no entanto, os seguintes objetivos: conhecer o perfil do morador do entorno do Parque; avaliar o envolvimento com turismo e turista; a percepção dos impactos potenciais da atividade; e, se houve melhora da qualidade de vida em função do turismo.

Com relação ao perfil dos moradores entrevistados por Kinker (*op cit.*), cabe destacar principalmente algumas diferenças observadas entre os municípios de Praia Grande e Cambará do Sul. A renda média mensal dos moradores é aparentemente menor no primeiro município, onde a agricultura constitui a principal atividade ocupacional dos moradores. No entanto, em ambos foi significativa a porcentagem de pequenos comerciantes amostrados, assim como o fato da grande maioria dos entrevistados ter escolaridade entre 1º e 2º grau.

Embora o movimento turístico seja mais expressivo em Cambará do Sul do que em Praia Grande, e a maior parte dos entrevistados ter salientado raramente encontrar turistas, a atividade é, de uma forma geral, bem vista pelas comunidades de ambos municípios (Kinker, *op cit.*).

A análise dos questionários direcionados a abordagem da relação comunidade/Parque Nacional, demonstrou que, atualmente, a grande maioria dos moradores é a favor da Unidade (mais de 90% em ambos municípios). Dentre os motivos citados, destacam-se o desenvolvimento dos municípios e a conservação da natureza (com ênfase no primeiro em Cambará do Sul e no segundo em Praia Grande). Apenas 6,8% dos entrevistados em Cambará do Sul não era a favor da criação do Parque, sendo a maior parte devido a problemas com situação fundiária e restrições de uso (Kinker, *op cit.*).

No entanto, quando questionados se o Parque trouxe problemas para a comunidade em que reside, responderam que sim: 41,1% dos entrevistados em Cambará do Sul e 21,7% em Praia Grande. Novamente, os problemas citados pelos entrevistados, em Cambará do Sul, dizem respeito à desapropriação e indenização (Kinker, *op cit.*).

O uso de recursos naturais da área do PNAS foi negado na maioria dos questionários aplicados, em ambos municípios (85,8% em Cambará do Sul e 89,8% em Praia Grande), porém, em conversa informal a autora percebeu que a porcentagem do uso seria bem maior se esta questão fosse respondida sinceramente. Kinker (*op cit.*) coloca que a caça é bastante praticada em Praia Grande, bem como o desmatamento para plantação de banana e extração de madeira para secagem de fumo. Em Cambará, a coleta de pinhão acontece anualmente, bem como o uso e manejo de pastagem para o gado. Importante ressaltar que, em Praia Grande, foi maior a porcentagem dos que defendiam que os moradores deveriam ter direito ao uso de recursos dentro do PNAS, porque estavam ali antes de sua criação.



A importância do Parque para conservação da natureza foi defendida pela maioria em ambos municípios (90,4% em Cambará e 86,4% em Praia Grande). Neste sentido, a maioria também concordou que a criação do PNAS foi e tem sido importante para a comunidade (Kinker, *op cit.*).

Outro aspecto abordado por Kinker (*op cit.*) nos questionários destinados as comunidades locais diz respeito à relação IBAMA/comunidade. De uma maneira geral, a autora compreendeu, em conversa informal, que as pessoas não querem se comprometer quando o assunto diz respeito ao IBAMA. A relação deste órgão com o município de Praia Grande é conflituosa. De acordo com a autora, as poucas vezes que o IBAMA tem contato com a planície de entorno do Parque, é com o intuito de fiscalização ou aplicação de multas. Em Cambará é diferente, mesmo porque a maioria dos funcionários mora na cidade, sendo bem maior o contato do órgão com a comunidade, mas também com alguns casos de convivência conflituosa.

## **2.2 Dados primários**

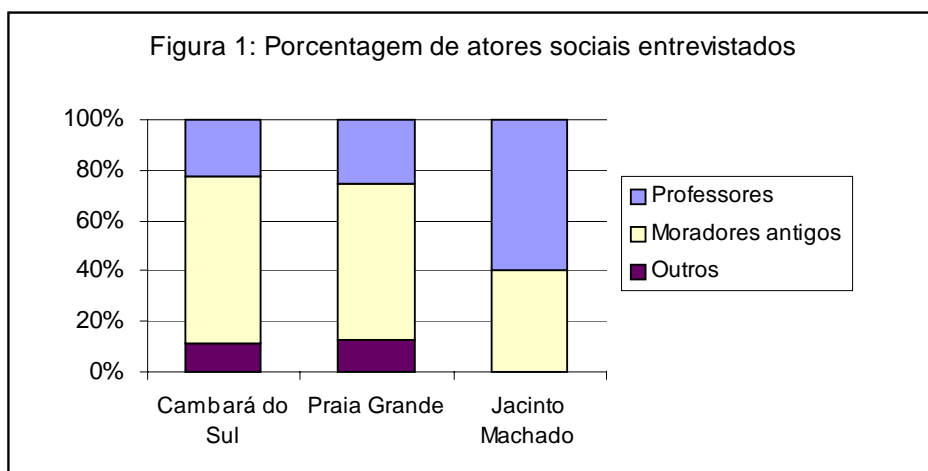
A coleta de dados primários levou em conta a análise dos aspectos anteriormente citados. A pesquisa expedita de campo foi realizada entre os dias 19 e 29 de novembro de 2002.

No entanto, a aplicação de questionários foi aqui substituída pelo registro de histórias orais, direcionada preferencialmente a moradores antigos e professores da sede e de comunidades dos municípios de Cambará do Sul, Praia Grande e Jacinto Machado.

A opção pela análise de histórias orais, e não de entrevistas fechadas e/ou questionários, possibilitou adquirir uma riqueza de detalhes que contribuiu para o conhecimento da história atual e passada dos atores sociais contatados. Esta contribuição se fez principalmente através da observação direta e da relação dialógica que se chegou através do contato interpessoal, sendo fundamental para permitir o entendimento do contexto sócio-econômico e cultural analisado.

Para a proposta do presente relatório, moradores antigos e professores das comunidades constituem os indivíduos sociais com uma maior vinculação para o problema a ser investigado. Neste sentido, enquanto os primeiros possibilitam contextualizar as mudanças percebidas num espaço de tempo mais amplo, os segundos permitem elucidar não só a percepção atual de crianças e adolescentes, como também indicar demandas relevantes para a definição de estratégias de ação junto as comunidades.

Ao todo foram realizadas 27 entrevistas, sendo 8 delas em Cambará do Sul, 9 em Praia Grande e 10 em Jacinto Machado. Deste total, os atores sociais entrevistados foram: 10 professores, 15 moradores antigos da região, e os outros dois, adolescentes de família tradicional dos municípios do entorno dos Parques. Na região do planalto, cerca de 40% dos entrevistados está ligado a atividades agropecuárias, enquanto que nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, 33% e 50% respectivamente, estão ligados a atividade agrícolas. A maior parte dos demais entrevistados são professores, sendo que alguns destes são também pequenos comerciantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2002

O método aplicado para o recolhimento de histórias orais foi através de diálogo informal na forma de entrevista aberta, com uso de microgravador e anotações complementares em diário de campo. Para tanto foi elaborado um roteiro de questões, seguindo um eixo de perguntas pré-estabelecidas associadas a três pontos principais: a importância dos Parques; a relação com a administração dos Parques e com o IBAMA; e, a valorização do conhecimento e o uso de recursos nos Parques e em seu entorno.

Quadro 1: Roteiro de perguntas-base para entrevistas com os atores sociais

1º PONTO	Você conhece os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral?
	Você sabe porque eles foram criados?
	Você os considera importantes?
	Porque considera ou não importante?
	Têm algo a ver com: recursos naturais, plantas, animais, paisagens.
	Porque este(s) ponto(s) é (são) importante(s) para você?
2º PONTO	Você acha que mudou alguma coisa com relação a isto depois que os Parques foram criados?
	Você sabe quem administra os Parques?
	Você conhece alguém que trabalha lá?
	É uma pessoa da localidade ou do município?
	O pessoal dos Parques veio alguma vez falar com a comunidade ou desenvolver algum tipo de trabalho?
	O que a comunidade pensa da administração dos Parques?
	E o que você acha do IBAMA?
	Sabe qual a função do IBAMA?
	E a comunidade, de uma maneira geral, o que pensa?
O que você acha que os Parques ou o IBAMA deveriam fazer junto a comunidade?	
3º PONTO	Você ou seus parentes usam ou costumavam usar algum local ou alguma trilha da área onde hoje estão os Parques?
	Você ou seus parentes usam ou costumavam usar algum recurso da área onde hoje estão os Parques?

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002

Entretanto, o estabelecimento do roteiro não implicou numa rigidez estrutural durante o processo de entrevista. Esta rigidez poderia resultar numa perda de riqueza na coleta de dados e em potenciais riscos para o nível de informalidade que se pretendia alcançar.

A transcrição e sistematização dos dados coletados foi feita na semana subsequente à saída de campo, sendo os dados transcritos diretamente para um modelo de ficha construída a partir do roteiro de perguntas citado anteriormente. Como forma padrão de segurança, ao final da transcrição e sistematização das entrevistas, os dados eram relidos

cautelosamente acompanhados analogamente da escuta das micro-gravações, o que proporcionava a recordação do momento dos diálogos e do contexto em que se realizaram.

Para a interpretação dos dados, foi realizada a análise do conteúdo das informações, assim tudo que foi gravado ou escrito, foi submetido à análise propriamente dita. Porém, salienta-se que a interpretação dos dados é, antes de tudo, fruto de *um olhar* sobre os mesmos, o qual é perpassado por histórias e experiências anteriores. Desta forma se fez a complementariedade das perspectivas qualitativas e quantitativas. Não no sentido apenas de legitimação, mas antes mesmo, reconhecendo a relativização das leituras, de recorrer a indicadores quantitativos para demonstrar de forma mais clara a posição tomada nestas interpretações.

Para a exposição das interpretações e análises das histórias orais coletadas são também utilizados trechos de diálogos ou relatos no decorrer do texto. Deste modo, possibilita também que outras “leituras” sejam feitas frente ao texto e à parte dos dados coletados, contribuindo significativamente para o planejamento de ações futuras junto a localidades do entorno e interior dos Parques.

Cabe ainda ressaltar que este processo buscou apenas interpretar as falas dos atores sociais no que se refere à sua visão e percepção sócio-ambiental para com os Parques, e suas implicações para os objetivos deste trabalho, procurando na medida do possível não “falar por eles”, mas dar voz a suas próprias falas e intenções. Mesmo assim, sendo praticamente impossível de tangenciar a este tipo de representação, a interpretação dos dados foi constantemente reavaliada (e ocasionalmente reformulada) de acordo com o próprio amadurecimento das leituras e das indagações interiores conseqüentes deste processo de investigação como um todo, não constituindo em sua forma final um significado permanente e fixo, mas sim, reflexo de uma experiência contextualizada num espaço de tempo específico.

### **3. A PERCEPÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE MORADORES DO ENTORNO DO PNAS E DO PNSG**

Antes de iniciar a análise propriamente dita, cabe aqui salientar a importância e influência que os aspectos históricos e culturais do planalto riograndense e da planície sul catarinense, notavelmente da região em que se inserem as referidas Unidades de Conservação, parecem exercer na percepção sócio-ambiental das comunidades circunvizinhas sobre as mesmas. Assim, embora outros aspectos como o distanciamento e a acessibilidade aos Parques, ou mesmo o grau de contato da sua administração com os municípios do entorno sejam também potencialmente relevantes neste sentido, as diferenças encontradas entre ambas unidades ambientais, planalto e planície, parecem refletir de forma característica as diferenças sócio-econômicas de ambas regiões.

#### **3.1 A importância dos Parques para os moradores do entorno**

Monaglio *apud* Indrusiak & Pádua (1997), menciona que muito freqüentemente se descobre que comunidades vizinhas a áreas naturais protegidas desconhecem suas existências e/ou seus propósitos de conservação. Embora esta seja uma realidade aparentemente comum em Unidades de Conservação brasileiras, o desconhecimento das comunidades do entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral sobre os mesmos não constitui, de acordo com os dados coletados, um problema significativo.

No entanto, dada as peculiaridades referentes a estes Parques Nacionais, alguns aspectos devem ser considerados. Mesmo compondo uma área contígua, ambas Unidades de Conservação foram criadas e implementadas em épocas diferentes, sendo da mesma forma distintos muitos aspectos relacionados à infra-estrutura, visitação, divulgação, dentre outros.

Assim, mesmo que praticamente todos atores sociais contatados em campo tenham demonstrado conhecimento da existência dos Parques, uma expressiva porcentagem deles, particularmente nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, ressaltou nunca tê-los visitado. Entende-se aqui que, aparentemente, conhecer/visitar os Parques significa para a maioria dos moradores entrevistados ter entrado através de alguma guarita de fiscalização do IBAMA e/ou ter conhecido o centro de visitantes do PNAS.

A análise dos dados coletados demonstrou que, em Cambará do Sul, 100% dos atores entrevistados conhece e/ou visitou em algum momento os referidos Parques. No entanto, esta porcentagem diminui para 55,6% em Praia Grande e 30% em Jacinto Machado. Se por um lado, o distanciamento e a acessibilidade aos locais de controle e recepção para visitação nos Parques é distinto em relação aos municípios do planalto e da planície, por outro há um considerável desconhecimento dos limites territoriais nas encostas da Serra, por parte de moradores de algumas comunidades de Praia Grande e Jacinto Machado.

Com relação ao conhecimento da existência do Parque cabe destacar a colocação de duas professoras de Praia Grande, se referenciando a população local:

*“As pessoas da comunidade nem se dão conta”.*

*“O pessoal daqui não olha pra serra, caminha olhando só pra baixo. Muito pouca gente conhece os cânions”.*

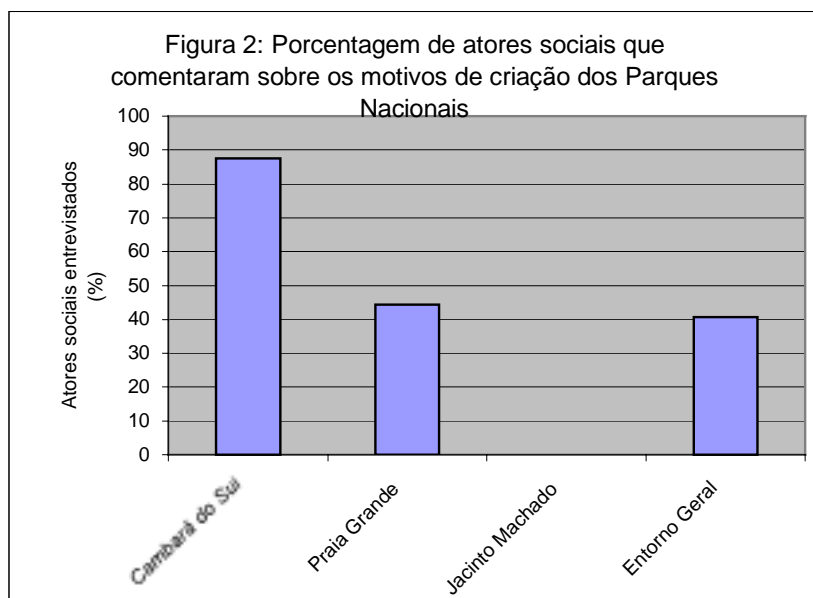
De forma ainda mais elucidativa aborda a professora de uma comunidade rural de Jacinto Machado:

*“Eu considero que um número bem pequeno de pessoas conhecem, assim de conhecer mesmo. Porque as pessoas, embora elas valorizem, elas não têm assim o hábito de tirar o tempo pra ir fazer visitas. Ainda não valorizam tanto!”*

Um grande número de atores sociais entrevistados nos municípios da planície fez referência ao Parque através do uso de trilhas que subiam as escarpas da Serra Geral, incluindo principalmente professoras que realizaram atividades recreativas com alunos. O reconhecimento de áreas da encosta como sendo pertencentes aos Parques pode estar relacionado a recente criação de associações de condutores locais que vem operando na região, e possuem, segundo os dados coletados, algum contato e/ou trabalhos em parceria junto às escolas. No entanto, muitas das trilhas referidas por estes atores não faziam parte da área do PNAS ou PNSG, o que nos remete novamente ao desconhecimento dos limites territoriais dos mesmos.

Outro dado interessante está relacionado à denominação utilizada pelos atores sociais para referenciar os Parques, freqüentemente associada aos nomes dos principais atrativos dos mesmos, os cânions. Assim, o PNAS é geralmente designado como “Parque do Itaimbézinho” ou “Parque do Taimbézinho”, como colocado principalmente pelos moradores de Cambará do Sul. No caso do PNSG, se verificou um considerável desconhecimento por parte de moradores entrevistados. Também na maioria das entrevistas realizadas, apenas um dos Parques é designado para ambos, no caso, o “Parque do Itaimbézinho”.

Este grau de conhecimento dos moradores do entorno sobre os Parques pode também ser analisado quando do questionamento sobre os motivos que levaram a criação dos mesmos. Novamente aqui, as diferenças encontradas, com base nos dados coletados, foram significativas entre o planalto e a planície, como pode ser observado na figura 2 que segue.



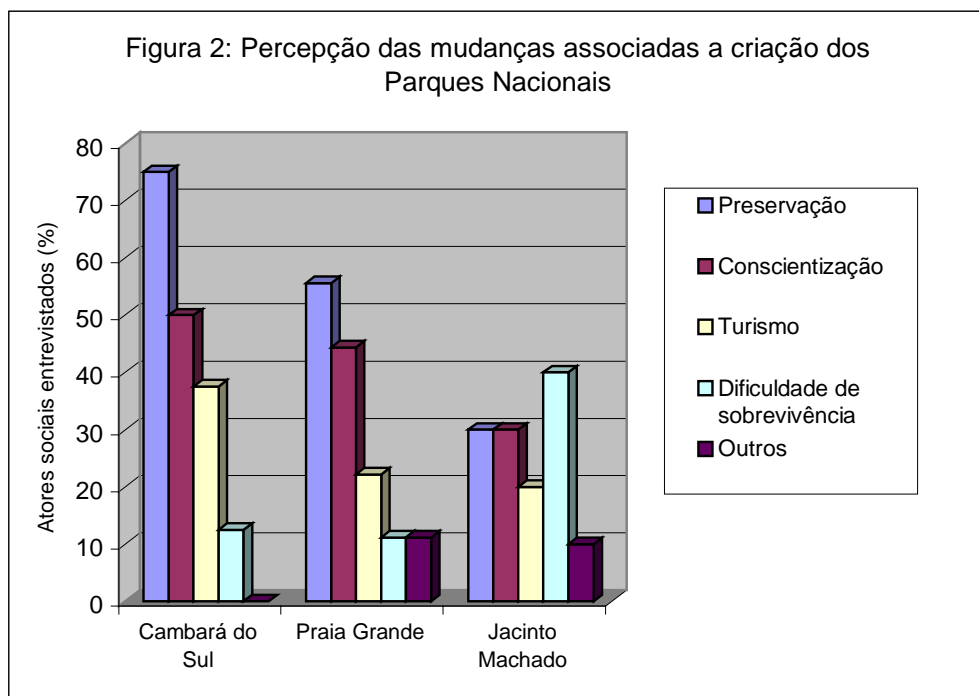
Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002

Em Cambará do Sul, cerca de 87% dos atores sociais teceram algum comentário sobre os motivos de criação dos Parques, sendo a maioria deles associada à preservação ambiental. Um dos moradores ressaltou as belezas paisagísticas como principal motivo, e, dos moradores que aparentemente não sabiam dos motivos, cabe destacar um proprietário de uma área pertencente ao PNAS ainda não regularizada, cuja revolta ficou explícita desde o início da entrevista. Quando questionado se tinha conhecimento dos motivos de criação dos Parques, este conhecido morador do município respondeu que:

*“Não, eles querem é ganhar dinheiro! O Parque não serve pra nada!”*

No município de Praia Grande, aproximadamente 45% dos entrevistados comentou sobre os motivos de criação dos Parques, citando tanto a preservação ambiental quanto o turismo e as belezas paisagísticas da região. Em Jacinto Machado, chamou atenção o fato de nenhum ator social contatado, incluindo professores, ter feito comentários a este respeito.

Outro aspecto abordado junto aos atores sociais diz respeito à percepção das mudanças ocorridas com a criação e implementação dos Parques. Neste sentido, foram confirmadas e comentadas mudanças por aproximadamente 90% dos atores em Praia Grande e Cambará do Sul, caindo este número para 50% em Jacinto Machado. A proporção das principais mudanças comentadas pelos moradores entrevistados nos três municípios encontra-se na Figura 3.



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002

Nos municípios de Cambará do Sul e Praia Grande foi proporcional a porcentagem de comentários atribuídos a conscientização (cerca de 50%), e dificuldade de sobrevivência (em torno de 12%). Os comentários relacionados ao turismo e a preservação ambiental, no entanto, foram mais frequentes em Cambará do Sul (38% e 75% respectivamente) do que em Praia Grande (22% e 56% respectivamente).

Em Jacinto Machado, as proporções das atribuições relacionadas aos comentários sobre mudanças percebidas com a criação dos Parques foi visivelmente distinta dos demais municípios, sendo maior o número de comentários sobre mudanças associadas à dificuldade de sobrevivência dos agricultores do município (40%). Este aspecto, dada a peculiaridade do município, será abordado mais adiante. A percepção de mudanças ligadas à conscientização, preservação ambiental e ao turismo, foram razoavelmente equivalentes, correspondendo respectivamente a 30%, 30% e 40%.

Novamente aqui, a grande atribuição dada ao incremento do turismo parece estar relacionada às atividades da associação de condutores locais, e não de fato ao envolvimento turístico do município como um todo com os referidos Parques Nacionais.

*“De uma forma geral, ninguém é contra o Parque, todo mundo acha que é necessário”.*

A frase acima, de um morador de Cambará do Sul, exemplifica de maneira explícita um sentimento aparentemente predominante entre grande parte dos atores sociais entrevistados em campo. Neste sentido, os Parques foram considerados importantes em cerca de 90% das entrevistas em Cambará do Sul e Jacinto Machado, e 100% em Praia Grande.

Estes dados corroboram com os resultados encontrados por Santos (2001) e Kinker (1999) para o PNAS, complementado neste caso, com a análise sobre o PNSG e com as comunidades de Jacinto Machado. O quadro 2 ilustra os principais motivos atribuídos a importância dos Parques pelos atores sociais entrevistados nos três municípios. Ressalta-se que alguns entrevistados atribuíram mais de um motivo a importância dos Parques, de modo

que a soma das porcentagens relativas a cada um dos três municípios corresponde a mais de 100%.

**Quadro 2: Motivos associados à importância dos Parques (em %)**

	Cambará do Sul	Praia Grande	Jacinto Machado
Preservação	62,5	44,4	60,0
Turismo	37,5	55,6	20,0
Paisagem	25,0	33,3	30,0
Conscientização	-	11,1	-
Qualidade da água	-	-	10,0
Outros	-	11,1	10,0

*Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002*

Se por um lado, estes motivos atribuídos à importância de ambos Parques Nacionais caracterizam a existência de pontos de afinidade na percepção das comunidades para com os mesmos, por outro, vários pontos de conflito foram também levantados pelos entrevistados. Praticamente todos atores sociais contatados, no três municípios, citaram problemas associados à relação Parques/Comunidades.

Mesmo tendo sido retratados de forma distinta pelos entrevistados, a diversidade de conflitos foi aqui categorizada com base em experiências anteriores com comunidades situadas no entorno e interior de Unidades de Conservação, sendo, no entanto, algumas delas aparentemente peculiares à realidade local. Todos estes pontos de conflito, assim como os de afinidade, estão sistematizados e espacializados, com relação aos três municípios, na Matriz de Percepção Sócio-ambiental (Quadro 5 no final deste capítulo).

Esta categorização não levou inicialmente em conta a atribuição de uma possível origem dos conflitos, no que diz respeito a instituições, legislação ou meramente imaginário popular, refletindo, na medida do possível, apenas uma organização das “falas e olhares” das comunidades amostradas neste trabalho. Deste modo, destaca-se dentre as categorias de conflitos levantadas pelos atores sociais da pesquisa, aquelas referentes a:

- indenização;
- desapropriação;
- restrições de uso;
- desconhecimento dos limites territoriais dos Parques;
- fiscalização ostensiva;
- limitação do desenvolvimento agrícola;
- predação de animais domésticos;
- sistema de arrecadação do Parque;
- proibição de acesso;
- ausência de contato/articulação dos Parques com as comunidades; e,
- acesso e infra-estrutura dos Parques.

Em Cambará do Sul, alguns comentários que caracterizam bem os principais conflitos levantados são citados no quadro a seguir:

Quadro 3: Principais conflitos levantados em Cambará do Sul

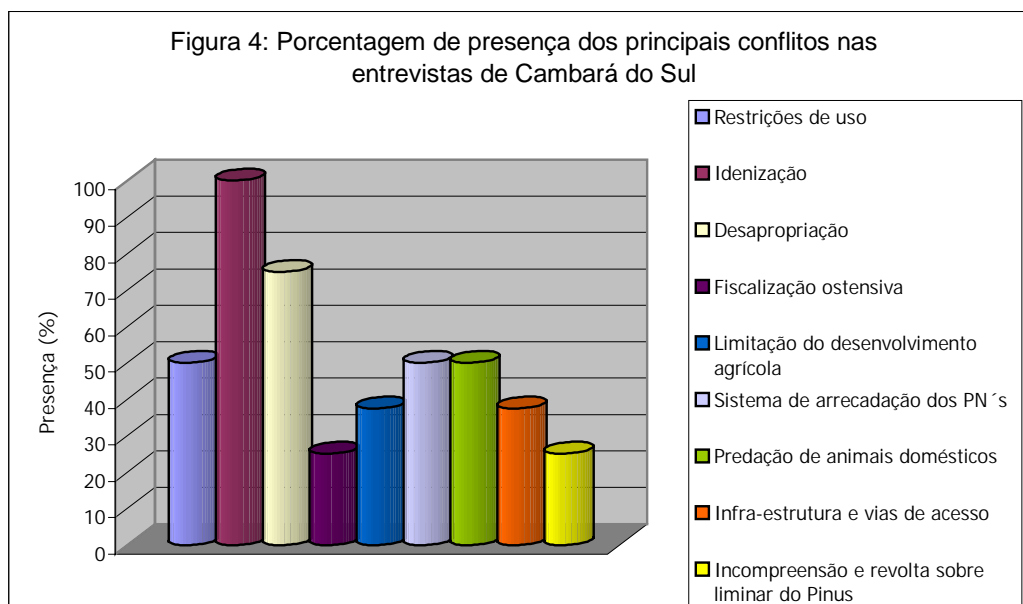
CATEGORIA	COMENTÁRIOS
Indenização	<i>"Já entraram em choque não pagando os proprietários do Parque. Este é o maior choque que representa a criação do Parque. (...) eles tinham que ter verba, o governo tinha que ter verba para pagar os proprietários do Parque"</i>
Desapropriação	<i>"Acho que eles funcionariam como um meio de preservação, de ajudar a cuidar assim, já que lá era o habitat deles. Uma vaca que pasta lá também não vai mudar nada! E o homem do campo, tirar ele do campo, pra onde ele vai?! Morrer de fome na cidade porque não tem uma profissão!"</i>
	<i>"Fulano trabalha no IBAMA, mas mora dentro do Parque, a nossa fazenda é ali, tivemos de sair!"</i>
Indenização e desapropriação	<i>"A não regularização fundiária criou uma certa resistência na comunidade"</i>
Predação de animais domésticos	<i>"Uma coisa que eu não sei se ta certo, é trazerem animais de fora e soltarem aqui. Estes, acho que de circo, sei lá da onde. Aqui já foram muitos que matam mesmo! Jaguarica e estes outros animais. Predadores, carnívoros, leãozinho... Tem que soltar num habitat que eles estavam, soltar num estranho eles vão procurar fazenda, onde tem gado, ovelha!"</i>
Restrições de uso	<i>"Precisa de muita lenha né. Para aquecer. Então o IBAMA pega um e multa, pega outro cortando um pau lá dentro da propriedade, então dá multa. Não gostam disso, a pessoa quer liberdade!"</i>
	<i>"O fazendeiro aqui não tem vez. É como a queimada também. Era queimado e vinha o pasto novo. Hoje em dia com os ambientalistas, não pode mais queimar. Acho que estão certos por um lado, mas o que mora na região vai ter um prejuízo com isto."</i>
	<i>"A gente não vai queimar ilhote a vida inteira, até porque o ilhote ta sendo aí até condenado!"</i>
Sistema de arrecadação	<i>"Uma das reclamações da comunidade é isto daí, aonde vai o dinheiro? Por que é tão caro pra entrar?"</i> <i>"Quanto à administração, eu acho que uma parte devia ficar no município né! Embora o Parque seja nacional, o município é que arca ali... Tem que ter este convênio com a prefeitura, elas coloca os funcionários e tinha que ter um retorno de tantos por cento."</i>
Ausência de contato com as comunidades	<i>"Eu acho que 90% da população de Cambará não conhece o Parque."</i>

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002

De um modo geral, estes comentários ilustram de forma bastante clara alguns sentimentos negativos na visão de moradores de Cambará do Sul sobre os Parques. Esta visão reflete também a forte ligação existente entre o homem, a terra e a atividade agropecuária nesta região do planalto riograndense.

Outros comentários isolados feitos pelos entrevistados em Cambará do Sul, dizem respeito à fiscalização ostensiva, às péssimas condições das estradas de acesso aos Parques e, curiosamente, ao fato de alguns moradores discordarem da existência de asfalto e de um projeto de construção de um hotel, dentro da área do PNAS.



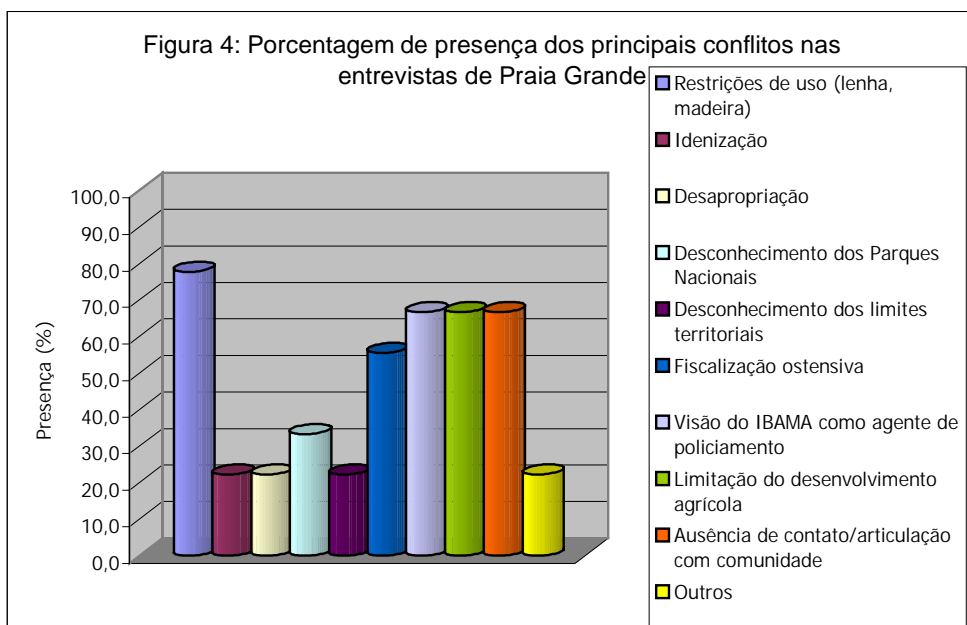


Fonte: Pesquisa de campo, 2002

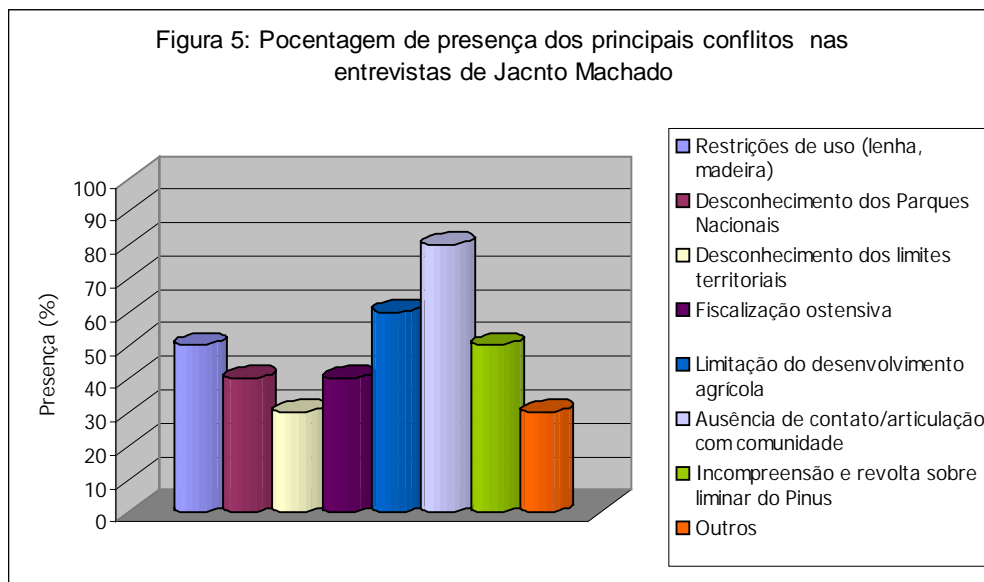
Nas comunidades da planície, os principais conflitos relatados pelos atores sociais entrevistados estão, de certa forma, relacionados à importância das atividades agrícolas desenvolvidas nos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande. Neste sentido, a principal diferença em relação ao planalto está ligada a grande significância dada a algumas categorias de conflito, dentre as quais destaca-se:

- ostensividade da fiscalização;
- restrições de uso, principalmente quanto à extração de madeira nativa; e,
- limitação do desenvolvimento agrícola.

Mesmo que outros conflitos tenham sido relatados, como os referentes à indenização e desapropriação, é importante ressaltar a relevância daqueles citados anteriormente, aparentemente relacionados de forma intrínseca ao processo produtivo da região, herança histórica e cultural das diferentes levas de imigração europeia ocorridas na região.



Fonte: Pesquisa de campo, 2002



Fonte: Pesquisa de campo, 2002

Neste sentido cabe também ilustrar esta relação através da transcrição de alguns relatos coletados em comunidades da baixada, como segue no quadro 4:

Quadro 4: Principais conflitos levantados em Jacinto Machado e Praia Grande

CATEGORIA	COMENTÁRIOS
Restrições de uso	<p>"Tu não pode tirar um palanque, não pode tirar uma tora, tem que tirar só coisas que foi plantado, se não... não tem como sobreviver, se não tiver emprego!"</p> <p>"O agricultor devia ter algo mais que o beneficiasse, não só proibisse."</p>
Limitação do desenvolvimento agrícola e restrições de uso	<p>"Não mudou nada, o que mudou aqui, sabe o que mudou, é que ficou mais dificuldade pra nós aqui. Mais difícil porque o seguinte, se tem que tirar uma lenha, de repente o gás tá R\$ 25, (...) tem que cortar de machado assim escondido, tipo roubo. Coisa que tem e a gente não pode fazer nada".</p>

CATEGORIA	COMENTÁRIOS
	<p><i>“Por um lado é bom, por um lado proíbe muita coisa daí também. IBAMA proíbe muita coisa, principalmente pros colonos que trabalham na roça e querem fazer alguma coisa, daí vai pertencer ao parque, e ta tudo demarcado já!”</i></p> <p><i>“Eles fazem um papel bom. A comunidade aqui, o único defeito que eles acham é que não pode tirar lenha, daí muitas pessoas precisam de lenha, porque tem que tocar fumo.”</i></p>
Fiscalização ostensiva	<p><i>“Eu acho que eles não precisavam dá multa, só orientar as pessoas pra não pegar mais os bichos, não cortar lenha...”</i></p> <p><i>“O pessoal vem aí ameaçando, assustando o povo, ai ninguém vai lá por causa disso!”</i></p>
Falta de contato/articulação com a comunidade e Limitação do desenvolvimento agrícola	<p><i>“Qual esse objetivo? O porque desta reserva? Pra que isto? Por que ali não pode ser mexido, ser desmatado? As pessoas não entendem muito isso. As pessoas pensam assim ó, que não tem como morar próximo a estas regiões porque daí não tem como sobreviver!”</i></p>

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2002

Particularmente na baixada, não só os agricultores, como muitos professores foram bastante elucidativos com relação tanto aos conflitos quanto as dúvidas de alguma forma associadas aos Parques Nacionais. Neste sentido, ficou bastante perceptível o receio que muitos agricultores tinham de expressar suas angústias, possivelmente com medo de eventuais represálias.

Desta forma, os próprios conflitos existentes em relação à categoria de manejo das Unidades nos remetem a outro histórico problema, comum a diversas áreas naturais protegidas brasileiras: trata-se da imagem associada aos órgãos responsáveis pela administração destas áreas.

### 3.2 A relação com a administração dos Parques e com o IBAMA

Na coleta de histórias orais, a relação da administração dos Parques e do IBAMA com as comunidades do entorno foi analisada, no intuito de também subsidiar o planejamento de estratégias de mitigação de conflitos junto às comunidades.

A análise dos dados revelou diferenças marcantes relacionadas não só ao contato/articulação do IBAMA e da administração dos Parques com as comunidades do planalto e da planície, como, conseqüentemente, à visão que estas comunidades possuem dos mesmos, corroborando novamente com as colocações levantadas por Santos (2001) e Kinker (1999).

Enquanto em Cambará do Sul, cerca de 90% dos entrevistados conhecem o responsável pela administração e funcionários dos referidos Parques, nos municípios da baixada, nenhum dos atores sociais da pesquisa relatou ter conhecimento sobre a administração dos Parques. Alguns destes, no entanto, comentaram conhecer os fiscais que ocupam os Postos de Fiscalização e Controle (PIC's) do PNAS localizados no município de Praia Grande.

A exceção dos aspectos associados as restrições e a própria ausência de contato com as comunidades, a abordagem predominante no que diz respeito à visão/relação com a administração dos Parques foi relativamente diferente na planície e no planalto.

Em Cambará do Sul, o aspecto levantado pelos entrevistados que mais chamou a atenção (37,5% das entrevistas) está relacionado a parcialidade com que a administração dos Parques se relaciona com a comunidade. Assim, não só a priorização de contato com a prefeitura do município e com atores sociais privilegiados foi ressaltada, como também a própria arbitrariedade na seleção e contratação de funcionários dos Parques. Estes dados não foram confirmados junto aos órgãos responsáveis, tendo apenas o intuito de elucidar

aspectos marcantes abordados na coleta de dados junto à comunidade, sendo sobretudo de grande importância no planejamento futuro de ambas Unidades.

Cabe destacar, neste sentido, que em muitas Unidades de Conservação o uso indevido e sem planejamento de informantes privilegiados na comunidade, pode gerar problemas de intriga decorrentes de um sistema informal de denúncias, dificultando ainda mais trabalhos de inserção e envolvimento comunitários.

Nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, a administração dos Parques, embora pouco comentada, foi associada à aplicação de multas e a ações ostensivas de fiscalização por dois moradores entrevistados.

Novamente cabe ressaltar que os dados coletados refletem, em parte, o fato do centro de visitantes do PNAS e das vias de acesso aos principais pontos turísticos dos Parques estar localizada na região do planalto. Acrescenta-se a isto o fato da grande maioria dos funcionários dos Parques, incluindo aí seu administrador, residir no município de Cambará do Sul e/ou regiões adjacentes.

Com relação à percepção das comunidades sobre o IBAMA, na grande maioria dos casos este órgão é visto com certa negatividade pela população, parecendo despertar sentimentos como medo, insegurança e revolta. Esta negatividade é resultante principalmente do papel atribuído a este órgão, de agente de policiamento e fiscalização ambiental, por grande parte dos atores sociais entrevistados (67% do total de entrevistas). Esta atribuição se fez presente tanto na planície quanto no planalto, como fica ilustrado nos relatos abaixo.

Planalto:

*“O pessoal do campo falam que o IBAMA é pior que o leão, é um bicho né!”*

*“O IBAMA pra nós não fez nada, só incomodou!”*

*“A comunidade fica mau informada, foi o IBAMA que fechou.(...) É assim que eles vêem o IBAMA, como um intruso!”*

*“O IBAMA foi chegando, foi chegando, sem uma reunião assim com a comunidade, com abuso de poder, é o que eles entendem!”*

*“Bom, o IBAMA manda, multa, faz e acontece, pra onde vai o dinheiro não sabemos, se fica aqui, se vai pra Brasília.”*

Planície:

*“As crianças fala que o IBAMA é a polícia da natureza.”*

*“A função do IBAMA é cuidar pra turma não andar derrubando o mato.”*

*“Eu acho que os alunos não tem claro qual é o papel do IBAMA, pra eles, a idéia do IBAMA é um repressor, um policiamento. É o cara que vem pra atrapalhar a vida deles, um obstáculo!”*

Fica bastante claro que as comunidades não parecem compreender qual o verdadeiro papel do IBAMA. Por outro lado, chamou a atenção o fato de alguns atores sociais entrevistados, nos três municípios, terem reconhecido a própria importância do órgão no que se refere a este mesmo ponto de conflito, o policiamento e a fiscalização.

*“O IBAMA pra mim é um órgão competente, no que cabe a eles.”*

*“Se não fosse o IBAMA, na verdade, nós já tinha destruído tudo isso daqui. Por que? Porque nós não temos emprego, nós temos que tirar aquela madeira, tirar aquele palanque (...) pra gente se alimentar pra sobreviver.”*

*“A importância é muito grande, em todos os sentidos. Porque aí existe uma preservação em tudo, na água, nas matas. Muitos de nós não se davam conta do valor...”*

### **3.3 Sugestões levantadas pelos moradores do entorno**

Muitos atores sociais contatados salientaram pontos importantes para subsidiar o planejamento de ações estratégicas junto às comunidades. Mesmo que algumas destas demandas possam não caber a administração dos Parques Nacionais e/ou ao IBAMA, elas assumem fundamental importância uma vez que demonstram os anseios e desejos das comunidades no que se refere a um cenário ideal. Outras demandas, no entanto, estão diretamente ligadas a uma relação potencialmente amigável entre a administração dos Parques e/ou o IBAMA e as comunidades.

*“Eu acho que o pessoal do IBAMA podia fazer uma reunião com o pessoal dos restaurantes, das pousadas, alguém mais influente aqui na comunidade, não só com a prefeitura.”*

*“O que eu acho que a administração dos Parques podia fazer é, além de vir aqui falar com os alunos, podia levar eles, programar alguma coisa assim pra que eles vejam, eles conheçam.”*

*“E o IBAMA é mais conscientização, mostrar como funciona, como que é o IBAMA, a função deles. Talvez conhecer de mais perto as pessoas. Porque a informação que eles têm do IBAMA é aquela que eles têm dos pais.”*

*“Falta orientar as pessoas, o que pode, o que não pode fazer. Legislação. Porque, na verdade, eles não têm conhecimento disto, do que tem que preservar, o que pode ser mudado.”*

*“Até seria importante que se fizesse bastante trabalho de conscientização, só que eu não sei de que forma, quanto ao uso de inseticida, o local adequado onde eles botam as embalagens...”*

*“Mais orientação e mais informação, pra que esse pessoal possa se tranquilizar de qual seria o futuro da família ali, no entorno né.”*

*“Eu acho que o IBAMA devia trabalhar junto com a comunidade, e procurar dar uma mão, porque ninguém derruba mais mata nativa, as águas tão preservadas, plantar alguma coisinha pra gente comer, é a única coisa que a gente quer!”*

*“Ter uma reunião com a comunidade, e alertar mais, talvez por pura ignorância, caçam derrubam mato...”*

*“Tudo tinha que ser melhor esclarecido para comunidade. Até pra ter maior entrosamento. Se não, vai ser sempre este choque entre prefeitura, comunidade e IBAMA...”*

### 3.4 O uso de recursos e/ou trilhas da área dos Parques

O uso de locais, trilhas ou mesmo recursos no interior dos Parques Nacionais, embora tenha sido também abordado nas entrevistas em campo, não constituiu aspecto relevante na análise dos dados coletados. Merece destaque para o planejamento das Unidades, no entanto, as atividades de caça e extração de palmito, ainda realizadas principalmente nos municípios da planície, com destaque para as localidades de Jacinto Machado, tendo em ambos forte conotação histórica.

Não obstante, chamaram a atenção comentários feitos por alguns moradores entrevistados, no que diz respeito ao uso de recursos animais para fins medicinais, dentre os quais destaca-se: óleo produzido a partir da gordura de capivara como fortificante e remédio para asma; o uso de tatu para fazer coalho; orelha de veado também para asma; dentre outros. Estes comentários foram feitos exclusivamente por moradores das áreas rurais de Cambará do Sul e foram relatadas como sendo de conhecimento e uso por gerações passadas de moradores antigos entrevistados.

Com relação a recursos vegetais, uma considerável quantidade de ervas medicinais parece fazer parte do conhecimento herdado através das gerações dos moradores, tanto da planície quanto do planalto. Neste sentido, cabe destacar iniciativas de resgate do conhecimento tradicional de ervas e plantas medicinais, por parte de entidades como a EMATER em Cambará do Sul, e a EPAGRI em Praia Grande.

### 3.5 Consideração final

Cabe por fim salientar a valorização de grande parte dos atores sociais contatados (cerca de 80% das entrevistas) em relação ao contato interpessoal estabelecido neste trabalho. A importância deste contato, segundo os próprios entrevistados, não se resume tão somente a interação com a realidade local e ao conhecimento dos anseios, interesses e insatisfações tanto coletivas quanto individuais da população, mas também ao simples fato de “conhecer e falar” com as pessoas, despretensiosa e informalmente.

*“É bom vocês fazerem este trabalho, de intercâmbio com as comunidades, pra ver o que eles pensam, saber quais são as angústias deles!”*




Este laço interpessoal de contato está intimamente relacionado à informalidade e cumplicidade alcançada durante o processo de coleta de dados em campo. Do mesmo modo, estas peças devem ser utilizadas para a aplicação de estratégias de planejamento a serem desenvolvidas para suprir as demandas levantadas por este diagnóstico. Neste sentido, além das contribuições trazidas nesta abordagem, ainda que sumárias e iniciais, o que pode-se destacar como de suma importância é a necessidade de comunicação sistemática, amistosa e sincera a ser estabelecida entre o órgão gestor, na figura de seus responsáveis, e a comunidade em geral. Tal necessidade assume caráter de urgência, sobretudo, em relação aos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande.

Assim, é importante manter ativada a motivação e envolvimento interpessoal, interinstitucional e intercomunitário, destacando o propósito comum que é o patrimônio natural dos Parques

O reconhecimento e respeito aos saberes populares não só é fundamental para se buscar esta cumplicidade como pode ser uma ferramenta essencial a ser utilizada na aplicação e planejamento de estratégias envolvendo as comunidades dos municípios de entorno do PNAS e PNSG.

Quadro 5: Matriz de Percepção Socioambiental

		CAMBARÁ DO SUL	PRAIA GRANDE	JACINTO MACHADO	ENTORNO GERAL
<b>CONFLITOS</b>					
Desconhecimento dos Parques Nacionais					
Desconhecimento da administração dos Parques Nacionais					
Desconhecimento dos limites territoriais dos Parques Nacionais					
Visão do IBAMA como agente de policiamento e punição contra crimes ambientais					
Insatisfação sobre os valores no processo de indenização					
Insatisfação sobre a desapropriação de moradores antigos					
Incompreensão e revolta sobre as restrições de uso (maderia e lenha)					
Limitação do desenvolvimento agrícola/agropecuário					
Fiscalização ostensiva e truculenta					
Predação de animais domésticos por silvestres da área dos Parques					
Ausência de contato/articulação com comunidade					
Proibição de acesso à área dos Parques					
Desconhecimento e incompreensão sobre o sistema de arrecadação dos Parques Nacionais					
Insatisfação sobre condições de vias de acesso e infra-estrutura dos Parques					
Incompreensão e revolta sobre liminar judicial referente ao plantio de Pinus					
<b>AFINIDADES</b>					
Percepção da importância dos Parques Nacionais					
Motivos associados à importância dos Parques Nacionais	Preservação ambiental				
	Turismo				
	Patrimônio paisagístico (belezas naturais)				
	Manutenção da qualidade da água (preservação de nascentes)				
	Saúde das Comunidades				
Percepção de mudanças consequentes da criação e implementação dos Parques Nacionais					
Mudanças associadas à criação dos Parques Nacionais	Aumento da conscientização ambiental nas comunidades				
	Aumento da preservação ambiental				
	Incremento no turismo				
	Maior segurança para visitantes/turistas				
	Aumentou interesse local em conhecer a área englobada pelos Parques				

<b>Legenda:</b>	
	- Variável moderadamente presente nos dados (0 - 50% dos atores sociais)
	- Variável fortemente presente nos dados coletados (acima de 50% dos atores sociais)
	- Variável ausente nos dados coletados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002

#### 4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BUTZKE, Ivani Cristina. Percepção Ambiental e Educação Ambiental. In: X Semana Nacional de Oceanografia – Educação Ambiental em Áreas Costeiras. Itajaí, CNPq / MAST, 1997.

DA-RÉ, Marcos Aurélio. Ararinha-azul e Comunidade de Conservação: abordagem conceitual da prática de uma estratégia. In: PADUA, S. M. & DE ROURE (Org.), M. Empreendedores sociais em ação: iniciativas inovadoras em tecnologias de cidadania e desenvolvimento integrado ao meio ambiente. São Paulo: Cultura Editores Associados/Ashoka empreendedores Sociais/IPÊ, 2001, p:101-120.

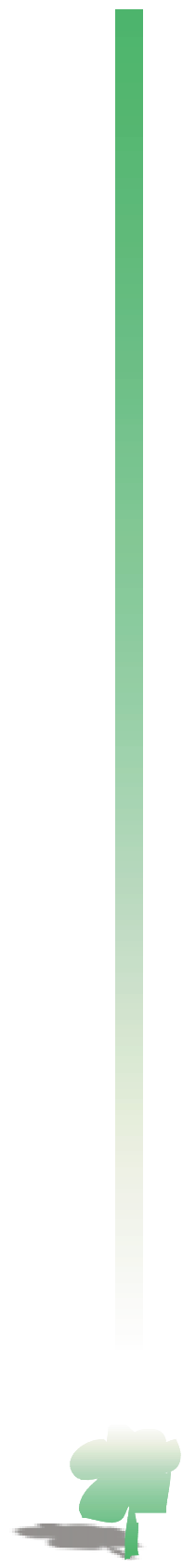
HERMES SILVA, Eduardo. Vidas pedem passagem: afinidades e conflitos na relação de moradores do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com a fauna local. Florianópolis, 2002. Monografia (necessária à obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas). Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

INDRUSIAK, C. BARROS & PÁDUA, S. MACHADO. Levantamento do perfil dos diferentes grupos relacionados ao Parque Estadual do Turvo, R.S. In: PÁDUA, S. MACHADO & TABANEZ, M.F. (Org.). Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: IPÊ, 1997. p. 103-117.

KINKER, Sônia M.S. O Ecoturismo como uma das estratégias para a conservação da natureza em Parques Nacionais brasileiros – Estudo de caso dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Caparaó. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo.

SANTOS, Maria de Fátima Maciel dos. Aspectos da Ecologia e Conservação dos Mamíferos Carnívoros do Parque Nacional de Aparados da Serra (Cambará do Sul/RS e Praia Grande/SC). Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.





Ministerio do  
Meio Ambiente